

adernos do

terceiro mundo



PORTE PAGO

REVISTA MENSAL

agosto/1981 - Esc. 60\$00 - MT 60,00 - PG 60\$00 - CV 60,00 - Kw 60,00 - Cr\$ 120,00 - Ano IV - nº 36

Torrijos:
acidente ou atentado?



A BANCARROTA ARGENTINA

O assalto
à Amazônia

A woman wearing a headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans in a plantation. She is holding a large woven basket. The background shows coffee trees with ripe red cherries.

ANGOLA

Café de Angola
um
gosto
de
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "MICAPE" • M.P.A.

Argentina
e
Amazônia
em
destaque

Dois grandes assuntos ocupam praticamente 80 por cento desta edição: uma análise exaustiva da situação político-social-econômica da Argentina e uma denúncia sobre o assalto, no Brasil, ao patrimônio amazônico. Qualquer dos dois trabalhos garantiria a qualidade de um número apenas. Melhor para o leitor, que num só número tem estes dois temas reunidos.

As duas matérias exigiram um trabalho cuidadoso, algumas vezes difícil – particularmente no caso argentino – uma coordenação firme, para que os prazos pudessem, tanto quanto possível, ser cumpridos. Tudo foi centralizado na nossa sede do Rio de Janeiro, mas vieram-nos colaborações das nossas redações de Roma, Lisboa e Cidade do México – é bom lembrar que existem milhares de argentinos a viver no exílio, muitos deles políticos influentes, personalidades da vida pública do país e combatentes do povo. Recebemos também muita informação e, até mesmo, uma análise bastante irônica de um dos nossos colaboradores (argentinos) em Buenos Aires. Na realidade, o material sobre a Argentina poderia perfeitamente dar corpo a um número especial sobre o assunto. Fica, porém, à disposição do leitor nestas páginas.

Sobre a Amazônia, o trabalho restringiu-se à questão dos recursos naturais, tanto do ponto de vista da invasão estrangeira como também da preservação ecológica. É evidente que quando se fala de Amazônia muitos outros temas estão presentes: os índios, a questão das terras, a participação da Igreja, etc.

Preferimos centrarmo-nos nos recursos naturais mais por uma questão de opção de trabalho. Voltaremos, futuramente, ao assunto sob uma outra abordagem. Edilson Martins, jornalista há muito familiarizado com os assuntos amazônicos, coordenou o trabalho, contribuindo para que apresentássemos com qualidade esta nossa «iniciação» nos grandes temas brasileiros. E, depois, a Amazônia, mais do que um patrimônio dos brasileiros e dos povos indígenas dessa grande selva, é hoje um bem da humanidade, um dos poucos «pulmões» verdes do planeta existentes e hoje já ameaçado.

Editor Geral
Neiva Moreira
Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bixio
Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro — Juan Somavia
Henry Pease Garcia — Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

● Edições em português
ANGOLA — CABO VERDE
MOÇAMBIQUE — PORTUGAL
— S. TOMÉ E PRÍNCIPE

GUINÉ-BISSAU

Editor
Altair Campos
Administrador
Ernesto Pádua
Redacção
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
Leonardo Mourão
Revisão
Estevam Reis
Tricontinental Editora Lda.
Calçada do Combro, 10-1.
T. 320650 — Lisboa 1200
Serviços Comerciais e Publicidade
José C. Figueiredo
Composição e Impressão
Renascença Gráfica e
Gráfica Europam, Lda.
Distribuição
CDL — Central Distribuidora Livreira SARL

Representantes

Angola
Luís Henrique — C.P. 3593 — Luanda
Moçambique
Ezevaldo Hipólito
Rua Kongwa, 153 — Maputo
T. 25140

BRASIL

Director e Editor
Neiva Moreira
Director Administrativo
Altair Campos
Secretário de Redacção
Nilton Caparelli
Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Casa Postal 60.086 — CEP 05.033
Arte
Maria Nakano
Carmem Saporetto
Copidesque
Francisco Viana
Tradução e Revisão
José Carlos Gondim
Cláudia Guimarães
Publicidade
Jesus Antunes

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irake), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzania), WAPA (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzania).

Circulação em 68 países

Alemanha Ocidental — Angola — Argélia — Argentina — Austrália — Áustria — Bangladesh — Belize — Bélgica — Bolívia — Brasil — Cabo Verde — Canadá — Checoslováquia — Chile — Colômbia — Costa Rica — Cuba — Dinamarca — El Salvador — Equador — Espanha — Estados Unidos — Etiópia — Finlândia — França — Granada — Guiana — Guiné-Bissau — Honduras — Iémen Democrático — Índia — Indonésia — Irão — Iraque — Jugoslávia — Jamaica — Japão — Kuwait — Líbano — México — Moçambique — Nicarágua — Nigéria — Panamá — Paraguai — Peru — Portugal — Porto Rico — Quênia — República Dominicana — Sahara — São Tomé e Príncipe — Seychelles — Sri Lanka — Suécia — Suíça — Suriname — Santa Luzia — Tailândia — Trindade-Tobago — Uruguai — União Soviética — Venezuela — Vietname — Zâmbia — Zimbábue.

Documentação e Arquivo
Lúcia Freitas
Composição
Ronaldo Fonseca
Distribuição
Homero Souza
Fotolito
Colornet Studio Gráfico Lt.
Rua 2 de Fevereiro, 33 — Encantado
Impressão
Capemi Editora e Gráfica Lt.
Rua Peçanha da Silva, 360 (Eng. Novo)
Rio de Janeiro — RJ — Tel.: 201-2596
editora terceiro mundo lt.
Rua da Lapa, 180
(sobrelajeira -A-) Tel.: 242-1957
CEP 20.021 — Rio de Janeiro (RJ)
Registro na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro n.º 33.200.306, 291
C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual n.º 81.341.400
Registro no INPI: Protocolo n.º 013.539
Registro no SCDP/SR/DPF
n.º 2195 — P. 209/73

● Edições em espanhol

MÉXICO — AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE e CARIBE
Editor
Roberto Remo
Gerente Geral
Gerónimo Cardoso
editores periodistas del tercer mundo a.c.
salle California, 98A — Coyocacán
México, 21 DF — telephone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF
BOLÍVIA — CHILE — COLÔMBIA
EQUADOR — PERU — VENEZUELA
(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru — Teléfono 724-712

● Edições em inglês
ESTADOS UNIDOS — CANADÁ
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO
Editor
Fernando Molina
Editor Consultivo
Cedric Belfrage
Apartado Postal, 20.572 — México, DF.

Editor e Director: Altair L. Campos
Propriedade:
Tricontinental Editora, Lda.
Redacção e Sede da Administração:
Calçada do Combro, 10-1.
tel. 320650 1200 Lisboa
Tiragem desta edição: 36.000 exemplares

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro, CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. COLÔMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanário Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Ediciones sociales, Córdova 801 y Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colômbia 248, of. 205. Quito Ed. Jaramillo Artesa, Tel. 517590, Reg. Sendip Pex 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Librería Las Américas, 152 East 23 rd. Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St. Boston, Mass 02118 — Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 — Tom Moonie Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 Valencia St. San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ-BRETANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITÁLIA: Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Usclita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vocadores de Periódico, Humbolt No.47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrota de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 librerías em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas No. 80, Quinta Soledad, Manágua, Nicarágua. PANAMÁ: Librería Cultural Parameña, S.A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: CDL, Av. Santos Dumont, 57, 1000 Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marin Esq. Ave Gonzalez, Rio Piedras — Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65 th Inf. Station, Rio Piedras, P.R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S.A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular, SUÉCIA: Wenngren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechosa a Ple. Brion, Caracas.

Neste número

1 aos leitores:
4 correio

Matéria de capa: A bancarrota argentina

- 7 **Editorial:** O fracasso blindado
10 Entre a ditadura e a democracia. *Gabriel Ross*
13 Repressão: uma doutrina própria. *Martin Morazán*
20 Os desaparecidos. *J. Monserrat Filho*
21 O capitalismo na encruzilhada. *Carlos Abalo*
28 Políticos no governo, militares no quartel. entrevista com Esteban Righi. *Roberto Bardini*
31 Emergência nacional. entrevista com Raúl Alfonsín. *Luis Adolfo Galván*
33 Educação: uma ameaça ao regime. *Dora Guagnini*
35 Os chefes da «subversão». *Juan Sauna*



América Latina

- 41 **Panamá:** A morte de Torrijos. *Paulo Cannabrava*

África

- 47 **Gâmbia:** «Senegâmbia, versão 81?». *Alice Nicolau*

Ásia

- 51 A escalada militar. *Pablo Piacentini*

Médio Oriente

- 55 **Libano:** A interminável batalha. *Beatriz Bissio*
59 **Palestina:** Arafat. «Não temos terra nem para enterrar os nossos mortos». *Sus Van Elzen*

- 63 **Panorama Tricontinental**

- 69 **Telex**

Especial: O assalto à Amazônia

- 73 **Amazônia:** Cinquenta anos de fracassos e decepções. *Edilson Martins*
75 O ciclo da borracha
77 O assalto à floresta. *Orlando Valverde*
81 A invasão estrangeira. *Ricardo Bueno*
84 O projecto Jari: a luta contra a desnacionalização. *Irene Garrido*
86 Carajás, uma riqueza em perigo. *Luis Alfredo Salomão*
91 Alcoa ameaça destruir São Luís. *Reginaldo Telles*
95 A contra-informação: uma tática de entrega
96 Última Página: Humor. *Willy*



CARTAS LETTERS CARTAS

Leitura a bordo

No dia em que eu viajava de Nova Iorque para Lagos, Nigéria, visitei a *Liberation Bookstore* (Livraria Libertação), no Harlem, a fim de comprar material de leitura para a minha viagem de quatro meses. Dos quinze dólares que gastei, o melhor investimento foi, sem dúvida o último número da vossa edição em inglês (*Third World*). Nos últimos quatro anos de minha existência, dos vinte neste planeta chamado Terra, tenho procurado uma publicação que abrangesse Ásia, África, América Latina e o Caribe desde uma perspectiva de 360 graus, isto é, não de 90 graus,¹ como em geral acontece com a imprensa ocidental.

Ainda que esse tenha sido o meu primeiro contacto com *Third World* (*cadernos*), estou certo de que a cobertura histórica e analítica dos povos, factos e situações do Terceiro Mundo apresentada na vossa publicação, colocam-se definitivamente entre a vanguarda no género.

Certamente, quando eu voltar a ler *Third World* (o que só ocorrerá quando eu retornar da minha viagem, já que lamentavelmente a vossa publicação não está a ser vendida comercialmente em Lagos) já estarei livre da euforia deste momento e poderei julgar a revista com maior objectividade e espírito de crítica construtiva.

Continuem na linha progressista de vocês!

Michael Ward, Lagos, Nigéria

(¹) O ângulo recto em inglês é «right angle», quer dizer, ângulo «direito» e o leitor faz a comparação com a perspectiva ideológica de direita. (N. da R.)

Um amigo na Nova Zelândia

(...) Na Nova Zelândia, a exploração das companhias transnacionais cresce cada vez mais com projectos grandes de muito capital mas pouco emprego. Contudo, as dificuldades do governo em explicar as suas políticas aumentam também, e o povo, ainda que de mentalidade conservadora, pouco a pouco resiste mais.

Gostaria de oferecer o vosso editorial do n.º 34 (traduzido) a uma revista da Nova Zelândia, com a vossa permissão. Se eu puder ajudar, ainda que de maneira pequena, teria muita satisfação.

Gary Williams, Nova Zelândia



Intercâmbio

Manuel Caetano Naheque
S.P.M. 2814
Maputo
R.P. de Moçambique

Horácio Cayombo Kamponês
Caixa Postal n.º647
Luena - Moxico
R. Popular de Angola

Alcir Rodrigues de Oliveira
Rua Jayme Duprat, 527, Villa Ramos
07780 Franco da Rocha - SP
Brasil

Raimundo Carlos Freire
AV. Assis Chateaubriand, 485, Liberdade
58100 Campina Grande - PB
Brasil

João Carlos Pinzetta
Rua Padre Aneto Bogni, 871
99260 Casca - RS
Brasil

Xavier Malassa Alves Neto
ao c/ do Cda. André Muhungue
Postal n.º15
Sorra - Dundo
Diamang
R. Popular de Angola

Henrique Boaventura
Complexo Escolar Agrário do Tchivinguiro
Lubango
R. Popular de Angola

Belmiro Manuel Pelo
Caixa Postal 1479
Huambo
R. Popular de Angola

Jorge Machava
Av. Julius Nyerere n.º500, 2.º Dto.
Maputo
R. Popular de Moçambique

José João Lucas
Município de Lukala
Caixa Postal 22
Lukala - Província do Kwanza Norte
R. Popular de Angola

A BANCARROTA ARGENTINA

Não se trata apenas da falência maciça do empresariado neste país sul-americano, mas sim de todo o «fracasso blindado» de um projecto autoritário. A *barbarie* foi amplamente denunciada nestes últimos anos, mas, para muitos, o «caso argentino» continua a ser um mistério e um paradoxo. Como pode chegar a tal extremo um país auto-suficiente em petróleo e alimentos, com um parque industrial considerável, com o sindicalismo mais forte da América Latina e com o orgulho de ter indicadores de bem-estar (distribuição rendimento, médicos por habitantes, escolaridade e outros) mais próximos das economias desenvolvidas do que do resto do Terceiro Mundo?

O assunto é analisado a partir de diversos ângulos nas páginas seguintes. O nosso editorial situa-o no contexto do Cone Sul, assolado por ditaduras ferozes que tentam esmagar à força os movimentos populares. No México e Buenos Aires a nossa revista entrevistou dois dirigentes políticos que, com diferentes posições ideológicas, concordam em estabelecer a democracia como a única saída possível para a crise. Martín Morazán fala da elaboração de uma doutrina repressiva

«original» e Dora Guagnini (mulher de um dos milhares de desaparecidos, nosso colega e colaborador desde o primeiro número de «cadernos», Luís Guagnini) descreve as repercussões do modelo sobre a educação.

Finalmente, o economista Carlos Ábalo analisa a estratégia económica das chamadas vantagens comparativas, que os ideólogos do neoliberalismo propõem como solução para o Terceiro Mundo; e um conhecido cientista político, que aqui assina como Juan Suan, ironiza, de Buenos Aires, a raiva universal dos argentinos e a perplexidade de militares e empresários que já não sabem o que fazer com o monstro engendrado nestes cinco anos, agora em processo de devorar os seus próprios criadores.

Não há, até ao momento, uma estratégia única das forças democráticas e populares. As propostas políticas são, conseqüentemente, polémicas, o que se reflecte no conjunto das matérias publicadas. Se esse debate contribuir para que o povo argentino encontre o caminho para reconquistar a sua liberdade, dignidade e soberania, contando também com um esforço de solidariedade internacional, acreditamos ter alcançado o nosso propósito.

Argentina: o fracasso blindado

A crise de que padece a Argentina, cujas manifestações são amplamente descritas nos artigos que compõem esta edição, constitui a evidência do fracasso do esquema de Segurança Nacional que envolve todo o Cone Sul da América, assim como outras nações do Terceiro Mundo.

As características deste modelo são de uma simplicidade extrema: no plano institucional, uma ditadura rígida e repressiva exercida pelas Forças Armadas; e, a par deste Estado totalitário, um liberalismo económico sem controlo. Trata-se, de facto, de uma selecção dos piores valores do sistema. O liberalismo aplicado às instituições políticas mostra limitações no que se refere ao desenvolvimento social, mas reúne também valores positivos, como sejam: o respeito pelas diferentes opiniões e militâncias, a possibilidade de alternância do poder, etc. Por outro lado, a intervenção do Estado na orientação do processo económico – o oposto ao liberalismo – tem a virtude de oferecer instrumentos para a correcção das desigualdades materiais entre os distintos estratos da sociedade, de redistribuir com um carácter de equidade os rendimentos e os serviços, de realizar uma planificação económica em consonância com os interesses nacionais e, de acordo com estes, estabelecer em que grau e áreas podem ser admitidos os investimentos estrangeiros.

Os primeiros ideólogos do liberalismo não dissociavam as duas vertentes da doutrina: a política e a económica. Mas à medida que essas ideias foram sendo aplicadas na Europa constatou-se que, enquanto o meca-

nismo político dava funcionalidade ao sistema, o económico gerava aspectos negativos, como, por exemplo, o desamparo dos estratos menos favorecidos da sociedade. Fruto dessa evolução são as sociedades demoliberais do capitalismo avançado, em cujas economias não se aplicam os cânones do liberalismo puro, antes se combinando a propriedade privada dos meios de produção e a livre iniciativa empresarial com as intervenções correctivas do Estado. (Recentemente as teorias do monetarismo e do ultraliberalismo foram assumidas pelos governos da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos da América e os seus desastrosos efeitos sociais já se estão a fazer sentir).

Os militares argentinos e os seus colegas do Cone Sul da América escolheram o que a experiência havia posto de parte em cada uma das mencionadas doutrinas e submeteram os seus povos ao pior sistema possível. Em todos esses países as cúpulas castrenses e os seus aliados civis de extrema-direita velam as armas de um Estado que, por um lado, proibe e castiga as liberdades cívicas enquanto que, através da censura e da acção oficial nos meios de comunicação de massas, no sector educativo e na cultura, procura modelar, e até regulamentar, o pensamento dos cidadãos. Enquanto, por outro lado, os interesses económicos encontram o caminho aberto para fazer valer a lei do mais forte, promover uma concentração económica em favor próprio – logicamente contra as camadas populares; ao mesmo tempo que as empresas transnacionais efectuem a mais profunda penetração no mercado, eliminando inúmeras empresas na-

cionais abandonadas pelo Estado à sua sorte, tudo isto em nome da livre concorrência e da eficiência. Aparentemente, é uma acção inexplicável. Obviamente que, por detrás dela, existem motivações precisas.

Em todos os países do Cone Sul – no Chile, no Uruguai e na própria Argentina – o golpismo irrompeu quando entrou em crise o modelo de desenvolvimento que vinha a ser seguido. Modelo que admitia uma dose consistente de intervencionismo governamental, assim como um aparelho estatal de serviços sociais em certa magnitude. O modelo teve a sua origem nos anos cinquenta, quando as programações económicas seguiam, em linhas gerais, uma tendência para a substituição de importações, inspirada na tese dos criadores do CEPAL (Comissão Económica para a América Latina), que, na década seguinte, começaria a dar sinais de esgotamento, comprovado pouco tempo depois.

Entretanto, porém, tinham sido realizados importantes progressos no plano social. A expansão do sector industrial por intermédio de filiais das empresas transnacionais (em menor grau no Uruguai, país predominantemente agrícola) fez crescer a classe operária. Os sindicatos dos três países eram os mais poderosos de toda a América Latina e constituíam um factor fundamental na vida política.

Paralelamente, tinha aumentado a importância das forças progressistas. Em 1973, quando se deu o golpe no Chile, a coligação de esquerda – a «União Popular» – encontrava-se no governo e acabava de sair fortalecida das eleições parciais. No Uruguai, o golpe deu-se também em 1973, depois de as várias componentes da esquerda terem obtido 20 por cento dos votos nas eleições de 1971 e quando se encontravam numa fase de pleno crescimento, enquanto que no Partido Nacional (um dos maiores do país) dominava a ala progressista. Na Argentina, quando foi dado o golpe, em 1974, estava no governo Maria Estela Martínez de Perón e com ela os

núcleos da direita peronista, mas entre estes e os grupos progressistas travava-se um dura luta, enquanto que os sindicatos continuavam a ter um papel relevante.

Naturalmente que, não obstante estes factores comuns, existiam e existem numerosos elementos específicos em cada um desses processos que influíram para determinar as particularidades de cada caso.

O dilema sociopolítico era, em termos gerais, semelhante e manifestava-se da seguinte forma: a continuidade da crise económica – ou seja, a impossibilidade de prosseguir-se com um modelo que se havia esgotado – estava a modificar as correlações de força no plano político. Nestas condições, caso fosse mantido o modelo político-liberal, tal como sucedia no Chile, as forças sociais maioritárias estariam em condições de implementar, não já uma simples mudança de modelo, mas um sistema de ampla expressão popular. Essa perspectiva ameaçava por igual todos os membros do poder não obstante as muitas e relevantes diferenças que tivessem entre si. Foi essa a base para a amálgama reaccionária que delegou nas «espadas» a solução do dilema.

Uma das diferenças mais importantes foi a de que no Chile o pronunciamento foi realizado contra um governo já conquistado pelos partidos da Unidade Popular (coligação de esquerda), enquanto que na Argentina e no Uruguai os golpes tiveram um carácter preventivo e foram desfeitos em circunstâncias politicamente favoráveis, como o caos na Argentina e a luta contra a guerrilha no Uruguai.

Uma vez donas da cena, as espadas começaram a cortar. E deu-se a perseguição dos opositores, considerando como tais, não só os partidários da luta armada e os militantes de esquerda, como também os expoentes democráticos moderados.

Evidentemente que foi na área progressista que a repressão foi particularmente violenta. Procederam à liquidação física, à prisão e ao

exílio de políticos de esquerda, de sindicalistas e intelectuais progressistas. O objectivo traçado era afastar para sempre o perigo de que um possível regresso ao modelo político liberal, causado pelo eventual fracasso do esquema de Segurança Nacional, pudesse implicar, de novo, a presença e até o auge das forças partidárias da mutação do sistema.

O esquema de «segurança nacional» não se reduz, na realidade, aos países do Cone Sul americano. Nas Américas, assim como no resto do Terceiro Mundo, existem regimes que apresentam semelhanças com estes. E como foi assinalado nestas mesmas páginas (ver editorial do n.º 34), subsiste o risco de que este esquema seja cada vez mais utilizado no mundo subdesenvolvido como fórmula para enfrentar a crise. Na verdade, ele não é senão a última moda do autoritarismo nos países dependentes.

No entanto, é indiscutível que foi nos países do Cone Sul que o esquema de Segurança Nacional foi implementado mais a fundo e de forma sistemática e que, por isso, essa região constitui a melhor região para examinar os seus resultados. E os efeitos são, com diferenças de grau, similares. Entre os mais significativos destacam-se os seguintes: recessão da indústria nacional e incremento da penetração estrangeira; estagnação ou crescimento económico lento se comparado com períodos anteriores; desemprego e pauperização dos estratos de menor rendimento e concentração da riqueza no nível mais alto da pirâmide; aumento da dívida externa, elevação dos indicadores socioculturais negativos, desde o analfabetismo até à mortalidade infantil.

Trata-se de «um fracasso blindado», pois só através da ostentação das armas se pode obrigar uma sociedade a tolerar este estado de coisas. A abertura democrática poria um rápido fim nas experiências de «Segurança Nacional» — este outro ponto em comum aos três países do Cone Sul. E não poderia deixar

de ser de outro modo, já que em vez de superar um modelo insuficiente ele modificou-o de forma regressiva.

Existem, no entanto, factores subjectivos que diferenciam estes casos. Em alguns países o golpe favoreceu um caudilho, ou seja, nas Forças Armadas surgiu um chefe absoluto que acumulou nas suas mãos todo o poder. Configura-se, então, um processo de interacção recíproca que permite aplicar o modelo com maior «coerência», o que, por sua vez, reforça a autoridade do ditador. É o caso do Chile, onde o general Pinochet concentra todo o poder.

Na Argentina, pelo contrário, coexistem diversas tendências e chefes distintos na disputa pela supremacia. O poder está disperso a tal ponto que durante os tempos mais duros da repressão cada unidade militar operava com autonomia e com critérios próprios. Em tal situação não é possível a coerência do caso anterior e a dinâmica é inversa. Os resultados negativos alimentam o debate interno nas cúpulas, cada sector procura responsabilizar o outro e supõe ter uma receita melhor para enfrentar os problemas. Logo, não há unidade de mando nem exercício coerente da fórmula.

Isso leva ao que se passa hoje na Argentina. Terminado o período do general Videla, que só muito dificilmente conseguiu manter até ao final a política económica ultraliberal, sobe ao poder o general Viola, que se propõe corrigi-la mas é atacado pelos seus rivais, privando-o de eficácia no exercício governamental. Em consequência, tornam-se ainda mais graves e evidentes as falhas económicas. E perde estabilidade a edificação política.

Daí que se assista no tempo presente à luta de tendências e ao auge da crise política argentina. A incerteza sobre o futuro político imediato é completa e apenas resta uma certeza: a vilania desse fracasso blindado que nem sequer se tolera a si mesmo e deambula em busca de uma impossível correcção de rumo.

AS OBRAS DO MAIOR ESCRITOR VIVO
DE LÍNGUA PORTUGUESA

JORGE AMADO

● 26001 – Tenda dos Milagres	290\$	● 26013 – Seara Vermelha	310\$
● 26002 – São Jorge dos Ilhéus	280\$	● 26014 – Os Subterrâneos da Liberdade	
● 26003 – Mar Morto	290\$	I. Os Ásperos Tempos	270\$
● 26004 – Capitães da Areia	290\$	● 26015 – Os Subterrâneos da Liberdade	
● 26005 – Os Velhos Marinheiros		II. A Agonia da Noite	270\$
ou o Capitão de Longo Curso	280\$	● 26016 – Os Subterrâneos da Liberdade	
● 26006 – Dona Flor e Seus Dois Maridos	310\$	III. A Luz no Túnel	290\$
● 26007 – Gabriela, Cravo e Canela	290\$	● 26017 – O Cavaleiro da Esperança	260\$
● 26008 – Bahia de Todos-os-Santos	340\$	● 26018 – Tieta do Agreste	450\$
● 26009 – Os Pastores da Noite	310\$	● 26019 – A Morte e a Morte	
● 26010 – ABC de Castro Alves	330\$	de Quincas Berro Dágua	200\$
● 26011 – Tereza Batista		● 26020 – Farda Fardão	
Cansada de Guerra	290\$	Camisola de Dormir	320\$
● 26012 – O Amor do Soldado	230\$		

 editadas por
PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

Recorte este cupão e envie-o directamente ao editor.



Publicações Europa-América (Os preços são acrescidos das despesas de expedição e cobrança).

Apartado 8 – 2726 MEM MARTINS CODEX – PORTUGAL

Desejo que me enviem, contra reembolso, os livros abaixo indicados com uma cruz

<input type="checkbox"/> – 26001	<input type="checkbox"/> – 26006	<input type="checkbox"/> – 26011	<input type="checkbox"/> – 26016
<input type="checkbox"/> – 26002	<input type="checkbox"/> – 26007	<input type="checkbox"/> – 26012	<input type="checkbox"/> – 26017
<input type="checkbox"/> – 26003	<input type="checkbox"/> – 26008	<input type="checkbox"/> – 26013	<input type="checkbox"/> – 26018
<input type="checkbox"/> – 26004	<input type="checkbox"/> – 26009	<input type="checkbox"/> – 26014	<input type="checkbox"/> – 26019
<input type="checkbox"/> – 26005	<input type="checkbox"/> – 26010	<input type="checkbox"/> – 26015	<input type="checkbox"/> – 26020

Aproveito a oportunidade para solicitar o envio do vosso catálogo geral SIM NÃO

Nome _____

Profissão _____ Morada _____

Código postal _____ Localidade _____ País _____

Entre a ditadura e a democracia

O descontentamento popular é latente e todos aguardam oportunidade de se manifestar

A BANCARROTA ARGENTINA

Gabriel Ross



Cámpora



Isabelita



Videla



Viola

O programa de contra-insurreição do regime militar, estabelecido pelo golpe de Estado de Março de 1976, baseou-se num plano de operações de círculos concêntricos. O círculo maior incluía todas as actividades políticas, sindicais e culturais acusadas de permissivas, cúmplices, inocentes úteis ou mentoras ideológicas da «subversão e caos». O círculo menor circunscrevia-se à direcção militar da guerrilha peronista e marxista.

Após cinco anos de aplicação sistemática, o saldo do plano é pavoroso. A repressão oficial e para-oficial, denunciada com coragem dentro e fora do país por numerosos sectores da sociedade, envolve todos os matizes de horror. Dos mais sofisticados sistemas de tortura física e psicológica ao assassinato em massa, da censura ideológica à

sanção de uma moral hipócrita que vai da mais escandalosa corrupção do poder a uma tutela escolar que obriga estudantes a cortar o cabelo dois centímetros acima do colarinho, se possível no estilo prussiano.

Segundo a gíria policial, todos os círculos concêntricos foram «varridos e escovados» durante os últimos cinco anos e a ordem pretensamente restabelecida. No entanto, os chefes militares, cobertos de lodo e de sangue, não escutaram aplausos nem vivas ao alcançarem esses seus objectivos. Pelo contrário, estão isolados e os cidadãos, quase sem excepção, rodeiam-nos em círculos concêntricos de insatisfação, rancor e desprezo.

Que fazer? Dar por cumprida a missão e negociar o regresso às bases e quartéis ou reiniciar planos com outras figuras geométricas da repressão?

A situação militar

Grosso modo, identificam-se actualmente três blocos nas Forças Armadas (principalmente no Exército, a força hegemónica), segundo a sua própria concepção sobre o resultado do programa de contra-insurreição; os que defendem que:

1) **A guerra não terminou.** Ainda não se conseguiu modificar a mentalidade da população que continua a não assumir a ideologia do regime. Ainda que formalmente derrotada, após o frustrado golpe do general Luciano Menéndez, em Setembro de 1979, esta tendência subsiste em alguns núcleos castrenses.

2) **As Forças Armadas ganham a guerra.** Têm o direito exclusivo de estabelecer prazos e condições para abandonar o Governo, in-

cluindo a nomeação de futuros candidatos civis, a organização de forças políticas civis simpáticas ao regime, etc. Por enquanto, este sector parece ser maioritário e os seus porta-vozes habituais são o Comandante do Exército, general Leopoldo Galtieri, e o ex-ministro do Interior, general Albano Harguindeguy, actual assessor do Presidente.

3) **A guerra acabou.** Na paz há que se encontrar um qualquer acordo cívico-militar que garanta a continuidade e estabilidade política, formando três correntes políticas básicas: de centro-direita, centro e centro-esquerda, que substituam, principalmente, o peronismo e o marxismo.

Esta posição pode ser atribuída ao general Roberto Viola, ex-comandante do Exército e actual presidente, desde Março último, por vontade da Junta Militar.

Existem, no entanto, pontos coincidentes no 2 e 3.º grupos:

a) os chefes de ambos são responsáveis pela acção repressiva durante todos estes anos;

b) exigem dos civis uma espécie de «lei do esquecimento», que consiste em reconhecer que a «guerra suja» foi justa, patriótica e inevitável e, por isso, não há delito a ser incriminado no futuro;

c) reivindicam compromissos de continuidade do regime em futuros Governos constitucionais, que legitimem também a presença do poder militar no funcionamento democrático.

A não existência de um grupo hegemónico foi um factor decisivo para que Viola chegasse à Presidência através de um acordo inter-blocos, sem a possibilidade de formular um programa comum, enumerando apenas sucessivamente diferentes pontos de vista. À sua sombra cada um dos blocos se dedicou a traír o acordo, articulando uma guerrilha palaciana que levou à paralisia da actividade oficial e quase



Apesar das divergências, os peronistas procuram unir-se: na libertação de Isabelita todos estiveram juntos

anulou a capacidade executiva do presidente.

Durante os meses de Abril e Maio o confronto chegou a tal nível que parecia inevitável a erupção de um qualquer tipo de golpe de Estado interno que levasse um dos grupos militares a hegemonizar o controlo do processo. Até o próprio Viola poderia, desse modo, criar novas condições que anulassem os anteriores acordos e ampliassem substancialmente a sua capacidade de manobra.

Qualquer que seja a alternativa que prevaleça, persistirão a instabilidade e a incerteza como características principais desta etapa do regime.

Alternativas civis

Peronistas e radicais (centro-direita), por serem as duas maiores forças eleitorais, polarizam as alternativas no campo civil. Os restantes agrupamentos (comunistas, socialistas, democrata-cristãos e conser-

vadores) são fracções menores que actuam em consequência e ou a reboque de peronistas ou radicais.

Apesar das tradicionais tendências conciliadoras na cúpula do peronismo, a crescente convicção de que serão excluídas pelo poder militar, favorece a unificação das diversas correntes no seu seio. Exemplo disso foi a mobilização em torno da situação da ex-presidente Maria Estela Martínez de Perón, detida desde Março de 1976 até Julho do corrente ano, altura em que foi libertada.

A necessidade de manter a sua influência na base, a repressão de que foram vítimas numerosos dos seus quadros e a incapacidade dos militares em fazerem concessões, contribuiu para que a cúpula peronista acentuasse a sua militância de oposição, assumisse a defesa dos direitos humanos, juntando as suas reivindicações às dos familiares de milhares de presos e desaparecidos, exigindo o exercício das liberdades democráticas e eleições livres.

Os radicais, por seu lado, acredi-

tam que se tornarão nos herdeiros, senão «naturais» pelo menos «inevitáveis», da incapacidade militar em continuar a governar. Procuram, então, não se opor frontalmente ao poder para facilitar o arranjo para essa eventual saída. No entanto, a deterioração do regime está a conduzir este partido para atitudes cada vez mais contundentes como oposição para não debilitar a sua imagem a tal ponto que pudesse eventualmente ficar eliminado do jogo de forças reais na luta política pelo poder.

O desenvolvimentismo — desde a oposição à política económica seguida nos últimos anos — juntou-se às fileiras do general Viola. Outras correntes, como a do almirante na reforma Emilio Massera, ex-membro da Junta Militar até 1979, não passam actualmente de superestruturas dotadas de generosos meios financeiros para as suas actividades, mas sem representatividade popular. Massera hipoteca o seu futuro na possibilidade de se tornar figura de consenso da cúpula do regime quando for necessário eleger um presidente, caso triunfem os planos militares.

Nenhuma destas forças expressa, no entanto, o descontentamento real existente na maioria do povo, já que os seus líderes estão muito mais atentos ao desenlace da guerrilha palaciana do que à opinião das suas bases.

Tão pouco podem avançar para um acordo cívico-militar sem que antes se esclareça o tema dos direitos humanos, principalmente através da recuperação dos direitos à livre actividade sindical e política, suspensos por decreto militar, assim como a definição sobre o destino de milhares de desaparecidos. A heróica e contínua actividade dos organismos de direitos humanos, em particular das «Mães da Praça de Maio», contribuíram decisivamente para colocar este tema como o mais

importante e definitivo problema político do panorama nacional.

Economia e fronteiras

A evolução económica é outro cancro que corrói o corpo do regime. Cinco anos consecutivos de uma política destinada a proteger as corporações nacionais e internacionais de maior capacidade financeira distorceram em absoluto o esquema produtivo do país.

Qualquer recuperação da indústria autenticamente nacional requeria um esforço de tal magnitude que apenas poderia ser viabilizado se assentasse num consenso nacional. E ainda que fosse essa a intenção — e não é esse o caso — o poder militar não estaria em condições de o concretizar.

A linha sustentada pela cúpula das Forças Armadas, ao contrário, favorece uma economia especulativa que, no seu auge, atraía capitais financeiros da ordem dos 400 milhões de dólares semanais. Actualmente, porém, a instabilidade política e a precária situação do país estão a afastar esses capitais a um ritmo muito mais acelerado que o verificado à sua chegada. Só no dia 29 de Abril último saíram do país quase 350 milhões de dólares. As reservas do Banco Central já baixaram 60% em seis meses e o Governo já desvalorizou a moeda nacional em mais de 100% em relação ao dólar num período de 90 dias. Alguns funcionários governamentais, inclusive, começaram já a mencionar a possibilidade de «oscilação livre» do peso, visando proteger os exportadores e evitar a contínua avalanche de importações que pudessem levar os sectores sociais menos favorecidos a uma situação insuportável e explosiva.

A chamada crise do sector financeiro, com a falência voluntária ou forçada de uma centena de cartéis industrial-financeiros, com um valor registado de mais de três mil milhões de dólares, é um sinal claro

do fim de uma etapa de piratas que se dedicam a saquear uma nação rica e plena de recursos.

Com taxas de inflação real superiores a mais de 100% ao ano, salários congelados por decreto e reajustados apenas naqueles sectores que conservam um certo dinamismo produtivo (principalmente os serviços), a pressão social causada pelo descontentamento apenas está a ser contida pela ameaça de repressão ou punição directa de qualquer movimento de protesto.

Aliás, esse é um dos motivos pelos quais as principais forças políticas não estimulam as greves e os protestos generalizados. No entanto, o descontentamento é um facto e só aguarda uma oportunidade para se manifestar.

Neste quadro, o surgimento da questão fronteiriça com o Chile (o caso do canal de Beagle) torna-se uma válvula de escape para numerosas pressões, uma fórmula de apelo à unidade nacional em torno do regime, uma via para dissipar os enormes gastos realizados com a segurança e a contra-insurreição, incluindo a corrupção interna, mecanismo utilizado para manipular focos de discordância na oficialidade militar. Daí o perigo desta situação: as reacções argentinas não se encontram vinculadas ao litígio em si mesmo, mas aos vãos das lutas internas no seio do regime, o que deixa latente a possibilidade de uma trágica, absurda e injustificada confrontação armada com o Chile.

A questão da soberania nacional não conta para um regime que publicamente se manifesta orgulhoso da sua condição de dependência do «mundo ocidental e cristão», liderado, segundo os seus mais qualificados porta-vozes, por Reagan e João Paulo II. Em todo o caso, as autênticas fronteiras dos problemas argentinos (e também chilenos) são as que separam a ditadura da democracia. □

Repressão: uma doutrina própria

Os terríveis métodos utilizados pelo regime militar para acabar com a «subversão»; a ideologia dos seus promotores

Martin Morazán



A BANCARROTA
ARGENTINA

DESDE há cinco anos que a cena se repete quase quotidianamente: a qualquer hora do dia, dois ou três carros de qualquer marca, normalmente Ford Falcon, sem matrículas, estacam violentamente diante de uma casa determinada e de dentro deles saltam vários homens em traje civil, fortemente armados, que ordenam que a porta seja aberta ou arrombam-na sem cerimónias. Pouco depois, voltam a sair com uma ou mais vítimas e todos os objectos de valor que podem carregar. Sobem para os veículos e desaparecem a grande velocidade pelas ruas da cidade, sacudida pelo barulho das sirenes. Nunca há polícias nas imediações e nunca ocorreu que um qualquer agente da ordem pública tivesse intervindo. Com o tempo, vizinhos ou testemunhas ocasionais passaram a optar por não fazer qualquer denúncia. É muito mais seguro não o fazer. Os jornais, por seu turno, não noticiam nada sobre o sucedido, ou quando o fazem, resumem-no a umas quantas linhas, sob um título pequeno, perdidas num qualquer canto de uma página par.

Até que, por fim, altas patentes do exército romperam o silêncio e puseram de lado algumas evasivas. Começaram a mencionar «os anticorpos gerados pelo organismo social». Era, como afirmavam aqueles oficiais superiores, «uma guerra suja, imprecisa». Na realidade é uma guerra curiosa esta: fala-se de «prisioneiros e mortos», excluiu-se os feridos... e acrescenta-se um novo conceito: «os ausentes para sempre».

Os números, ainda que frios, são eloquentes: 30 mil desaparecidos (um em cada 900 habitantes), inúmeráveis assassinatos em «combate» ou em «tentativa de fuga», milhares de presos que não figuram em nenhuma prisão (segundo os militares há apenas 980 detidos), cerca de 750 mil cidadãos a viver no estran-

geiro (em cada 36 argentinos, um abandona o país). Este é o saldo do processo repressivo iniciado na Argentina, em meados de 1974, e instaurado com maior vigor a partir do golpe militar de 24 de Março de 1976.

O próprio Jorge Luis Borges, pouco dado a atitudes populares ou progressistas, declarou à revista norte-americana *Newsweek*, em Janeiro deste ano: «Agora temos mortes silenciosas. As pessoas são sequestradas e imediatamente executadas. É um novo tipo de terrorismo, em vez de bombas ruidosas, há mortes em silêncio, sequestros e execuções».

A «Tríplice A» na época de Isabel Perón

O terror, na realidade, começou, em meados de 1974, com María Estela Martínez de Perón (Isabelita) no governo. Nessa época existiam indícios de claras ligações da CIA com sectores do exército e da polícia, por um lado, e com grupos políticos e sindicais da direita peronista, por outro, na utilização da «técnica do massacre».

Quando o peronismo chegou ao poder em 1973, os Estados Unidos designaram como embaixador na Argentina, Robert Hill, o qual contava entre os seus «antecedentes profissionais» o facto de ter trabalhado para a CIA na invasão da Guatemala, em 1954. Antes de ter sido designado para Buenos Aires, Hill tinha sido embaixador em Espanha, onde manteve contactos com o secretário particular do general Juan Perón, o tristemente célebre José López Rega, conhecido por «o Bruxo», um ex-cabo da polícia que chegou a comissário-geral e ministro.

Uma das primeiras actividades oficiais de Hill em Buenos Aires foi firmar um convénio com o Ministério do Bem-Estar Social — cujo titular era López Rega — através do qual os Estados Unidos dariam «assessoria, tecnologia e pessoal para ajudar a Argentina na repressão ao tráfico de estupefacientes». Na cerimónia, López Rega falou associando a luta contra a droga com a repressão política (atribuiu aos guerrilheiros o consumo e a propagação de alucinogéneos como forma de corromper a juventude).

Este facto é eloquente se se levar em consideração que, em 1974, o director da CIA, William Colby, admitiu que «a repressão ao tráfico de drogas em colaboração com polícias e governos estrangeiros estava a cargo da Agência e comportava não só informações sobre narcóticos como também sobre terrorismo internacional». Há também outro indício da estreita colaboração da CIA com o ministro López Rega: o plano de extermínio realizado na Argentina pela «Tríplice A» tem um antecedente, o Plano Phoenix,

assente no assassinato e no terror, aplicado no Vietname durante a década de 60. O plano foi dirigido por Colby que, em seguida, seria designado director da CIA.

Por outro lado, durante o tempo em que as forças norte-americanas permaneceram em Saigão, a embaixada dos Estados Unidos naquela cidade concentrava o maior número de pessoal de segurança e de agentes da CIA. Após a evacuação da capital sul-vietnamita, a embaixada em Buenos Aires passou a ocupar esse posto na estatística do Departamento de Estado e entre os seus funcionários figurava um número significativo de veteranos do Sudeste Asiático, da República Dominicana, Bolívia e Brasil, países em que foram desenvolvidos conhecidos planos de extermínio.

Phillip Agee, ex-agente daquela corporação, sustenta no seu livro «Por dentro da CIA» que, «na Argentina, o nosso principal agente era a polícia federal, com a sigla *biogénesis*. Noutro livro, «A CIA e o culto à espionagem», de Larchett e Marks, afirma-se que «em Buenos Aires funciona um dos principais escritórios financeiros da Agência».

Segundo denunciaram vários grupos políticos, em 1975, o coronel Jorge Osinde foi, entre outros, activo coordenador da «Tríplice A». Osinde, recorde-se, foi um dos organizadores do esquema de segurança para o regresso de Perón à Argentina, em 20 de Junho de 1973, que culminou com o massacre de Ezeiza, o qual constituiu um antecedente imediato da «Tríplice A». Entre os colaboradores de Osinde figurava o grupo de direita Concentração Nacionalista Universitária (CNU), que editava o semanário *El Caudillo*, financiado por López Rega com fundos do Ministério do Bem-Estar Social. A revista terminava todos os seus editoriais com a palavra de ordem: «O melhor inimigo é o inimigo morto».

No seu número 48, *El Caudillo* abria na capa e contra-capas com o seguinte título: «Quem teme as Três A... por algum motivo será». No número 50, o seu editorial afirmava: «os polícias são muitos, mas não podem matar qualquer um: é nesta diferença que radica a desvantagem do aparelho defensivo do Estado. Para combater neste tipo de guerra as forças de segurança devem despojar-se de todos os preconceitos mentais e morais que lhes atam as mãos». Desta maneira, os fascistas argentinos se adiantavam às declarações dos teóricos da «guerra suja».

Com a queda de López Rega e a sua fuga da Argentina deu-se uma mudança na condução e composição da «Tríplice A», tomando o Exército as rédeas deste processo. Em Outubro de 1975, teve lugar em Montevideo a 11.ª Conferência de Exércitos Americanos, a que assistiu o então Comandante General do



A caça à liberdade do cidadão argentino...

Exército argentino, Jorge Rafael Videla, que viria a afirmar: «Deverão morrer na Argentina todas as pessoas necessárias para que se consiga a segurança do país».

Balanco de cinco anos

A 24 de Março de 1976, as Forças Armadas promovem o golpe de Estado, dissolvem o Congresso Nacional e os parlamentos provinciais e intervêm no poder judicial (todos os membros do Supremo Tribunal de Justiça destituídos, bem assim como outros... magistrados nacionais e federais), autoproclamando-se como Poder Constituinte ao abolir os artigos referentes aos direitos humanos e às liberdades públicas.

Após cinco anos à frente do poder, o saldo apresentado pelos militares argentinos é o seguinte:

1) Detenção (com longos períodos de incomunicabilidade) de funcionários do governo deposto — de todas as áreas e níveis — sem a instrução de processo legal, apesar de os acusarem de «delitos comuns».

2) Ilegalização dos partidos políticos e sindicatos, associações profissionais e universitárias, com a



... e a impunidade que esconde os rostos

proibição de se reunirem e expressarem publicamente enquanto tais.

3) Intervenção na Confederação Geral do Trabalho (CGT), a mais poderosa central operária argentina, e nos sindicatos de âmbito nacional, colocando militares nas suas direcções. Outras estruturas da classe trabalhadora — federações e comissões de empresa — foram destruídas e os seus dirigentes conheceram toda a espécie de repressão: desde o desemprego e a prisão ao sequestro e assassinato. Além disso, foi proibido o direito à greve, com punições que vão até dez anos de cárcere. Tendo sido, igualmente, congelados os salários e abolidas as contratações colectivas de trabalho (negociadas entre associações sindicais e patronais).

4) No campo universitário, a Junta Militar provocou um descalabro total. Inteveio nas 25 universidades com que conta o país e em todos os institutos de investigação, acabou com a autonomia e as liberdades académicas, expulsou grande quantidade de professores, encarcerou outros e muitos foram sequestrados e, posteriormente, assassinados. A nível especificamente educacional foram alterados os planos e programas universitários, do ensino secundário e primário (no auge da repressão foram proibidas as matemáticas modernas por serem consideradas... subversivas). Ao mesmo tempo eram assaltadas e saqueadas editoras, bibliotecas e livrarias e, mais tarde, queimadas em público as obras de autores considerados «perigosos».

5) Foi imposta a censura a todos os meios de comunicação de massa; meia centena de jornalistas foram assassinados e idêntica quantidade «desapareceu», enquanto outros 100 estão nas prisões. Mais de 100 órgãos de imprensa foram encerrados e calcula-se que quase mil jornalistas tiveram que abandonar o país.

Os detidos-desaparecidos

Estima-se em 30 mil, até ao momento, o número de detidos-desaparecidos. O governo militar nega o seu desaparecimento. No maior cinismo, os porta-vozes militares mencionam «auto-sequestros», «ajustes internos de contas», «execuções» ou, simplesmente, «abandono do país e mudança de identidade».

Em Março de 1979, realizou-se em Caracas, Venezuela, o seminário «A democracia na América Latina», organizado pelo Instituto de Altos Estudos Políticos da Universidade Simón Bolívar. Durante o decorrer dos trabalhos, o dr. Ricardo Rojo, exilado na Venezuela, apresentou um relatório sobre a situação argentina, que a revista *Resúmen* (n.º 291, Caracas, de 3 de Junho de 1979) publicaria os trechos mais impor-

tantes. Na parte referente aos «detidos-desaparecidos», a publicação mencionava «as inumeráveis e penosas *démarches* que realizam os seus familiares (na Justiça, mediante recursos de *habeas corpus*; nos infundáveis escritórios do Ministério do Interior, da Polícia Federal ou dos Comandantes Chefes das três Armas das Forças Armadas), superando as ameaças de todo o tipo a que são submetidos (e ainda detenções, torturas ou ainda novos sequestros das vítimas que se encontram detidas).

«Na verdade, as pessoas que a Junta Militar sequestrou e que não figuram em nenhuma «lista» conhecida judicial ou publicamente (mulheres, homens e até crianças, de todas as condições sociais, culturais e profissionais, jovens, velhos, trabalhadores, estudantes, sacerdotes, jornalistas, professores, cientistas) encontram-se encarceradas num qualquer quartel militar ou base da Marinha ou Aeronáutica (lugares secretos aos quais ninguém tem acesso). Conhecemos, por informação dos seus familiares, vizinhos, advogados ou através das organizações de solidariedade, a existência de 60 campos de concentração, onde são submetidos a todo o tipo de torturas e monstruosos «interrogatórios» por pessoal dos três ramos das Forças Armadas».

A denúncia, feita em 1979, conserva, dois anos depois, toda a actualidade e dramaticidade. Na Argentina a situação dos detidos-desaparecidos mantém-se igual.

Um pacto de sangue

Na província de Córdoba existe um campo de concentração e extermínio conhecido por *La Perla*, utilizado pelo Terceiro Corpo do Exército para torturar, interrogar e fuzilar prisioneiros. O campo já existia antes do golpe militar de Março de 1976, mas foi depois desta data que as Forças Armadas assumiram o seu controlo através do general Luciano Benjamin Méndez.

Segundo testemunhos de sobreviventes que daí conseguiram escapar, de tempos a tempos, nas imediações de *La Perla*, unidades do exército fuzilavam prisioneiros durante a noite. A essas execuções era dado o carácter de «cerimónia militar» em que participavam os oficiais de todas as unidades do Terceiro Corpo, desde os subtenentes recém-incorporados aos generais mais veteranos. Estas «cerimónias» procuravam unir todos os membros das Forças Armadas na repressão e a consolidar a actividade dos serviços de informação.

Em princípios de 1977, um capitão assegurou a um prisioneiro que, posteriormente, conseguiu evadir-se

do campo de concentração: «só estarão limpos os subtenentes que sairão no próximo ano do Colégio Militar. O resto tem as mãos manchadas de sangue». Aquele oficial afirmaria que até o tenente Jorge Videla, filho do ex-Presidente da Junta Militar, havia participado nos fuzilamentos. Na opinião daquele militar, na raiz destes cruéis crimes existe um verdadeiro 'pacto de sangue' entre a oficialidade do Exército. Todos estão comprometidos por igual com a ditadura. Defendendo-a, defendem a sua própria imunidade pessoal».



A repressão na Argentina é parte dos fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional

Legislação pública e repressão secreta

No dia 27 de Fevereiro de 1981, um grupo de civis armados prendeu em sua casa, pelas 9 horas da noite, o doutor Emilio Mignone, director do Centro de Estudos Legais e Sociais, membro da Assembleia Permanente dos Direitos Humanos e conselheiro da Associação Latino-Americana de Direitos Humanos. Duas horas antes, tinham arrombado a sede do Centro dirigido por Mignone e detido várias pessoas que ali se encontravam. Levando também o arquivo que guardava numerosos documentos comprovativos das violações dos direitos humanos na Argentina.

No mês anterior, um trabalho intitulado «o caso argentino: desaparecimentos forçados como instrumento básico e generalizado de uma política», elaborado por um grupo de voluntários e assinado pelo dr. Mignone, tinha sido apresentado no seminário «A política de desaparecimentos forçados», organizado pela Associação Internacional de Juristas, em Paris, de 31 de Janeiro a 1 de Fevereiro. O documento analisa o processo repressivo desenvolvido pelas Forças Armadas argentinas desde 1974, com especial detalhe para o período a partir do golpe de Estado de Março de 1976, distinguindo nele dois níveis: um público e outro secreto.

O poder absoluto

O primeiro destes níveis encontra-se delimitado pelo conjunto de normas decretadas antes e depois de 24 de Março de 1976, com a intenção de formalmente enquadrar a acção repressiva. A partir do golpe militar, a actividade passa a emanar de um poder absoluto, colocado acima da Constituição Nacional e dos princípios jurídicos universalmente reconhecidos.

Em 1975, é decidido que o Exército passe a assumir de maneira directa a programação, o controlo e a execução das acções anti-subversivas, com a cooperação — sob as suas ordens — de todo o aparelho de segurança do Estado. A tomada do poder político pelas

Forças Armadas, em Março de 1976, foi acompanhada pela sanção de uma série de medidas excepcionais que ampliaram ainda mais a capacidade repressiva do Estado, com um alcance sem precedentes no país. Enquanto que, nas mãos da Junta Militar, se colocava uma concentração de poderes, igualmente sem qualquer precedente no país.

A «Acta de Responsabilidade Institucional» é disso o exemplo mais claro: através dela, a Junta Militar, como «órgão supremo do governo, assume a prerrogativa e a responsabilidade de julgar a conduta daqueles que venham a ferir ou tenham ferido os princípios morais, éticos e sociais», determinando «a perda dos direitos políticos e de associação, a perda da cidadania dos cidadãos naturalizados, a expulsão do país dos estrangeiros e argentinos naturalizados, a incapacidade para exercer cargos e funções, a confinamento em local determinado pelo Poder Executivo e a proibição de dispôr de bens e de exercer a profissão para a qual tenham permissão legal». Nunca na história argentina, nem mesmo nos seus períodos mais negros, uma ditadura se tinha atrevido a tanto.

O segundo plano repressivo — o secreto — de que fala o trabalho apresentado em Paris pelo Centro de Estudos Legais e Sociais, obviamente não foi publicado, ainda que haja elementos para supor que existam documentos escritos que formam uma verdadeira doutrina aprovada pelo Alto Comando das Forças Armadas. Além disso, a análise dos factos, experiências, dados e testemunhos colhidos nos últimos cinco anos constituem um valioso material empírico que corrobora esta possibilidade. A existência dessa «doutrina» tem sido admitida por porta-vozes militares em diversas manifestações oficiais: um general de brigada, três generais de divisão e um tenente-general — o próprio Jorge Rafael Videla — referiram-se à «guerra suja», inspirada pelos teóricos franceses com

a experiência da Indochina e da Argélia e pelos estrategos norte-americanos.

Este segundo nível, de carácter secreto, é constituído por ordens e normas de organização e acção — seguramente escritas — propostas pelos serviços de informação e pelos Estados Maiores do Exército, Aeronáutica e Marinha. Se acaso subsistisse alguma dúvida, bastaria recordar as declarações do general José António Vaquero, chefe do Estado Maior do Exército, ao jornal *Clarín*, de Buenos Aires, em 18 de Outubro de 1980: «Coube e cabe ao Estado Maior do Exército exercer um papel preponderante no planeamento, condução e coordenação integral das operações na luta contra o terrorismo (...) Houve no país uma guerra que nós ganhámos (...) Houve mortos, mártires e traidores. Resolvemos o problema de acordo com as condições objectivas num lugar e tempo determinados. (...) O Estado Maior continua com o controlo das acções destinadas a combater o terrorismo».

A «guerra suja» explicada pelos seus ideólogos

Em princípios de Janeiro do corrente ano, o general de brigada Ramón Camps, chefe da Polícia da província de Buenos Aires entre 1976 e 1977, e activo protagonista — teórico e prático — da repressão, declarou ao jornal *La Prensa*, de Buenos Aires: «Em 1957, foram iniciados no exército argentino estudos sobre a guerra revolucionária comunista de forma organizada. Para isso, contou-se com a assessoria de dois oficiais do exército francês. (Os oficiais argenti-

nos) trabalharam com base na doutrina francesa aplicada na Indochina e em utilização naquele momento na Argélia. Essa forma de actuar foi mantida até 1975. (...) Na Argentina, recebemos primeiro a influência francesa e depois a norte-americana, pondo em prática cada uma delas separadamente e, em seguida, utilizando-se conceitos de ambas. (...) Até que chegou o momento em que assumimos a nossa maioria e aplicámos a nossa própria doutrina».

Por seu lado, o general de divisão Santiago Omar Riveros, comandante do Instituto Militar e responsável pela acção repressiva no período entre 1976 e 1979, afirmou, a 16 de Fevereiro de 1980, em Washington, no seu discurso de despedida da Junta Interamericana de Defesa: «Fizemos a guerra com a doutrina na mão, com as ordens escritas dos comandos superiores. Nunca necessitámos, como nos acusam, de organismos paramilitares. (...) Esta guerra foi conduzida pelos generais, almirantes e brigadeiros de cada força. (...) A guerra foi conduzida pela Junta Militar do meu país, através dos Estados Maiores».

O general de divisão (na reserva) Tomás Sánchez de Bustamante, de grande influência no interior do exército, forneceu mais detalhes em meados de 1980: «Neste tipo de luta, o segredo que deve envolver as operações leva a que não se deva divulgar quem foi capturado ou quem se pretende capturar. Deve existir uma nuvem de silêncio que envolva tudo e isso não é compatível com a liberdade de Imprensa. O estilo da justiça comum também não é compatível com a rapidez e a gravidade com que estes casos devem ser julgados».

«As Mães Coragem»

As «loucas da praça», como foram depreciativamente apelidadas pela Junta Militar. Adolfo Pérez Esquivel, prémio Nobel da Paz, deu-lhes, com justiça, um outro nome: as «Mães coragem». O mundo, através da imprensa internacional, conhece-as como as «mães da Praça de Maio». No dia 30 de Abril do corrente ano completaram-se quatro anos em que elas, regularmente, todas as quintas-feiras, — faça chuva, frio, calor ou repressão — se manifestam na histórica Praça de Maio de Buenos Aires, em frente à Casa Rosada, palácio do governo, para reclamar

aos militares o reaparecimento dos seus parentes sequestrados.

O movimento nasceu como uma resposta espontânea à situação que — a partir do golpe de Estado de 24 de Março — provocou a detenção e posterior desaparecimento de aproximadamente 30 mil argentinos, incluindo centenas de crianças. As pessoas que integram esse movimento declaram: «Não aceitamos que nenhum sector argentino pretenda cobrir sob um manto de esquecimento a sorte de milhares de detidos-desaparecidos e pedimos, como acto humano

de solidariedade, de ética e de justiça, que se leve esta causa até ao seu esclarecimento definitivo».

Um senador francês declarou a respeito das Mães da Praça de Maio: «São a consciência organizada, a voz e a reivindicação imbatível do povo argentino». Elas, por sua vez, afirmam: «Não nos move nenhum objectivo político. Ninguém nos convocou, impulsionou ou nos utiliza como instrumento. Estamos contra a violência e qualquer tipo de terrorismo. Repudiamos a injustiça, a opressão, a tortura, o assassinato, os sequestros, as prisões sem processo, as detenções

O general de divisão Leopoldo Fortunato Galtieri, comandante chefe do Exército — famoso, entre outras coisas, por tentar eliminar destacados exilados argentinos no México — afirmou ao diário *Clarín*, em 30 de Maio de 1980: «A luta anti-subversiva é uma página da história que para alcançar o prémio da glória teve de superar zonas de lodo e escuridão». Noutra ocasião aquele general afirmou: «Do trono do vencedor (...) não podemos explicar o inexplicável, não podemos dar razão ao irracional, não podemos justificar o absurdo».

O próprio tenente-general Jorge Rafael Videla declarou ao *The Times*, de Londres, em 2 de Junho de 1980: «Não reconhecemos culpas sob nenhuma circunstância, porque se houve necessidade de matar não foi matar por matar, mas sim porque alguém tinha necessidade de matar para defender certos valores».

Repressão clandestina: um método mais rápido e eficaz

Como já foi referido, após o golpe de Março de 1976, o regime dotou-se de um poder quase ilimitado através de uma legislação de excepção (pena de morte, aumento de sanções e acções consideradas como delitos, centralização de todas as estruturas de segurança sob o controlo das Forças Armadas, constituição de tribunais militares semelhantes aos vigentes em tempo de guerra, controlo de todos os sectores organizados da sociedade e dos meios de comunicação de massa). Mas, apesar desse imenso arsenal jurídico-repressivo, as Forças Armadas preferiram levar por diante opera-

ções de tipo clandestino, de forma paralela, submetidas porém à direcção militar e política do Estado.

Porquê uma acção paralela e clandestina? No relatório «O caso argentino: desaparecimentos forçados como instrumento básico e generalizado de uma política», afirma-se: «Esta opção foi defendida por quatro motivações principais, frequentemente mencionadas por oficiais superiores em conversas particulares. Primeiro: a ideia de que este seria o método mais eficaz e rápido para eliminar a subversão. Segundo, a noção de que era preciso evitar o obstáculo de influências e pressões internas e externas, provocadas por uma acção cujos efeitos viessem à tona publicamente. Terceiro, a protecção que exigiam os que dirigiam e executavam as acções repressivas. E quarto: a incerteza e o terror que estas formas de actuação conseguiam criar nas fileiras da oposição e na sociedade no seu conjunto».

Tal opção, que incluía como elemento básico a técnica do desaparecimento, constituiu a «doutrina própria» a que se referiam — sem mencionar o seu conteúdo — os generais Riveros e Camps. É possível afirmar, assim, que o sistema de desaparecimento de pessoas é uma «invenção argentina», tal como outra descoberta anterior, a «picana» eléctrica.

Estas contribuições para a história da crueldade humana não honram, certamente, o país ou, para ser mais preciso, as suas Forças Armadas. □

* *Picana* — instrumento utilizado nas sessões de tortura para aplicação de choques eléctricos.

seguidas de desaparecimento, a perseguição por motivos religiosos, raciais, ideológicos ou políticos. Não julgamos os nossos filhos detidos-desaparecidos. Nem sequer pedimos a sua liberdade. Só pretendemos que nos digam onde eles se encontram, de que são acusados e que sejam julgados de acordo com as normas legais e com o legítimo direito à defesa se consideram que eles cometeram algum delito. Que não os torturem. Que os mantenham em condições decentes. Que possamos vê-los e assisti-los».



Roberto Bardini

O inconformismo e a tristeza das mães da Praça de Maio

Os desaparecidos

Os juristas querem definir à luz do direito a questão dos presos-desaparecidos

J. Monserrat Filho

Rodolfo Mattarollo, advogado argentino exilado em Paris, um dos participantes na 33.^a reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), revelou que, na Argentina, a engrenagem repressiva optou por «normas secretas derivadas de uma doutrina de guerra», onde os desaparecimentos sistemáticos são definidos como «método de combate».

Um documento do Centro de Estudos Jurídicos e Sociais, de Buenos Aires, sobre o assunto afirma o seguinte: «a responsabilidade maior ficou com os comandos superiores dos três ramos das Forças Armadas, mas de modo paralelo à estrutura formal das suas respectivas corporações. É possível falar de um paralelismo global para definir esta forma de repressão».

Rodolfo Mattarollo considera a concepção do «paralelismo global» como «um fenómeno diferente do *apartheid* sul-africano». Ou seja: em lugar do exercício «criminoso e aberto» da soberania do Estado, como no *apartheid* ou mesmo no nazismo e no fascismo, «a doutrina do Estado-Maior conjunto das Forças Armadas da Argentina visa manter a ficção do funcionamento normal de algumas instituições fundamentais do Estado democrático».

A questão dos desaparecidos surge no Direito Internacional apenas no século passado, juntamente com tentativas de regulamentação sobre conflitos armados internacionais. Num primeiro trabalho de sistematização, a Convenção de Genebra, de 1949, e a prática do Comitê Internacional da Cruz Vermelha consagraram determinadas obrigações atribuídas aos Estados bem como certos direitos a favor de pessoas que necessitam de protecção

O Estado tem obrigação de realizar investigações sobre pessoas desaparecidas, mesmo depois do termo de um conflito; tem a obrigação de identificar essas pessoas e de as localizar; tem a obrigação de trocar informações a esse respeito com outros Estados.

Por outro lado, o artigo 12 do Protocolo I da convenção de Genebra reconhece «o direito das famílias de conhecerem o paradeiro dos seus membros».

Múltiplas violações

A reunião do SBPC examinou ainda uma série de providências necessárias para prevenir os desaparecimentos forçados e proteger as pessoas desaparecidas e seus familiares.

Como providências imediatas, foi sugerida a criação de um Grupo de Trabalho permanente junto da Comissão de Direitos Humanos da ONU, além de investigações *in loco* por grupos *ad hoc*.

Como medida de mais longo alcance, foi proposta a elaboração e adopção de uma convenção internacional sobre a matéria; tendo sido submetidos aos participantes do SBPC dois projectos: um do Instituto de Direitos do Homem do Foro de Paris e outro da Assembleia Permanente dos Direitos Humanos da Argentina.

Na reunião, foi unanimemente aceite que uma convenção internacional serviria para definir claramente as bases jurídicas e o alcance do direito à protecção dos presos-desaparecidos e seus familiares.

Crime contra a humanidade

A experiência de inúmeros países demonstra que o desaparecimento forçado é utilizado para eliminar direcções e quadros coordenadores de sindicatos, partidos políticos, associações profissionais e estudantis, movimentos e entidades empenhados, de uma forma ou de outra, em expressar a vontade, as aspirações e os anseios de amplas camadas da população. Dessa forma, são assim destruídos componentes imprescindíveis do processo de autodeterminação de um povo, ou seja, as pessoas mais activas que planeiam, dirigem e executam as acções políticas, sociais e culturais.

Daí que a Comissão de Direitos Humanos da ONU tivesse razões de sobra para, no seu projecto de resolução, declarar o desaparecimento forçado de pessoas como um crime contra a humanidade, à semelhança do genocídio.

Esta definição como já salientou o jurista Dalmiro Dallari, ex-presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de S. Paulo, acarreta duas consequências fundamentais:

1) Qualquer país do mundo será competente para processar e punir o criminoso, mesmo que ele fuja do seu país ao mudar a situação política que lhe dava cobertura, pois em parte alguma estará livre da justiça. A justiça perseguirá-o-á onde quer que vá.

2) O criminoso nunca será beneficiado pela prescrição ou extensão do prazo da punibilidade, uma vez que o crime contra a humanidade não está sujeito a prescrição. Enquanto viver, o criminoso poderá ser punido, independentemente do tempo que decorra após a prática do crime.

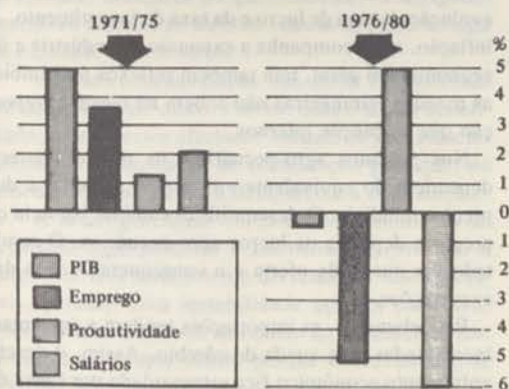
O capitalismo na encruzilhada

O desastre económico não é uma consequência do fracasso da política económica liberal, mas fruto do seu êxito na destruição do modelo anterior. As alternativas do Governo do general viola

Carlos Ábalo

A maioria das análises sobre a política económica dos militares argentinos destaca sempre os aspectos que contrariam os interesses da classe operária, dos trabalhadores em geral e da burguesia não monopolista. Deixando de parte tais aspectos — que são óbvios — analisaremos aqui uma característica peculiar do capitalismo argentino: a incapacidade da sua burguesia para conceber um projecto capaz de unificá-la por um longo período junto das classes exploradas. Essa divisão no seio da burguesia atinge, também, muitas vezes, os partidos políticos e os militares. Por isso, as fracções mais prejudicadas das classes dominantes têm procurado alianças com a classe operária, de tal maneira que as lutas desta última combinam-se, frequentemente, com os conflitos intraburgueses.

Produção, Emprego e Salários



O reordenamento da economia argentina, iniciado a partir do golpe de 1976, faz parte de uma nova divisão internacional do trabalho, orientada para o aproveitamento dos chamados custos comparativos. O caso argentino é um banco de ensaio para as teorias neoclássicas e friedmanianas. Os seus resultados mostram a sua debilidade e a sua absoluta incapacidade para compreender a realidade do capitalismo actual, do qual apresentam uma visão quase mítica. Sem dúvida que a especialização baseada nas vantagens comparativas faz parte da organização mundial capitalista contemporânea.

Um desastre instrutivo

A política de Martinez de Hoz, o verdadeiro primeiro-ministro dos militares argentinos no período que vai de Março de 1976 a Março de 1981, visou articular a economia argentina com a economia mundial através das vantagens comparativas assentes no rendimento agrário diferencial obtido com a exportação. A aplicação pragmática dessa política conduziu ao auge financeiro e à crise posterior, como não podia deixar de acontecer. O que é paradoxal é que Martinez de Hoz teve sucesso na implementação do seu modelo com os resultados verdadeiramente desastrosos que se colhem hoje. O absurdo seria que a aplicação de uma política inflexivelmente capitalista conduzisse, numa época de crise, ao bem-estar do povo.

No capitalismo, os capitais marginais tendem a desaparecer, mas não desaparecem de todo. Nesse fenómeno influem as relações sociais e políticas de todo o género e até mesmo as contradições das classes dominantes. É isso que não entendem aqueles que crêem que as conclusões teóricas mais gerais encontram a sua aplicação prática de forma taxativa. Marti-

nez de Hoz teve que abandonar a direcção da economia porque a sociedade, incluindo a maioria dos capitalistas, não apoiou a sua política. Depois de Martínez de Hoz, o futuro não repetirá mais o passado. O que não se sabe, no entanto, é o alcance que poderá chegar a ter a revisão da sua política.

A crise actual pode bloquear o caminho empreendido em 1976, mas se a burguesia voltar às fórmulas anteriores, a próxima crise será pior. Com ou sem as inovações de Martínez de Hoz, o futuro da economia argentina — e de toda a sociedade — será de instabilidade porque o que está em crise, na realidade, é o capitalismo argentino como modalidade específica do capitalismo mundial.

A maioria dos países do Terceiro Mundo estão a tratar de reacomodar-se frente à nova divisão internacional do trabalho e encaram os problemas das chamadas vantagens comparativas no comércio internacional e as propostas monetaristas. A política argentina e as suas consequências podem vir a converter-se numa experiência bastante instrutiva.

Latifúndios versus indústria

Nas primeiras décadas do século, a Argentina produzia matérias-primas agrícolas — particularmente trigo, lã e carne — de uma maneira especial: eram os métodos extensivos de cultivo em grandes latifúndios, sujeitos ao regime de agricultores arrendatários e a uma vasta periferia de pequenos e médios produtores. O seu custo de produção era altamente competitivo no mercado internacional e deixava grandes excedentes para os proprietários que monopolizavam as terras.

A economia industrial, pelo seu lado, tinha graus de especialização relativamente elevados, em comparação com outras economias industriais de países dependentes. O seu objectivo era reduzir os preços dos artigos de consumo popular, os chamados bens de salário. Desta maneira, os salários poderiam ser menores, como também sobraria deles um excedente maior de dinheiro para usar na compra de produtos industriais. Finalmente, uma economia industrial em desenvolvimento necessita gerar serviços e requer uma infra-estrutura cada vez mais complexa e diversificada. Como a pressão gerada sobre os custos industriais não pode ser muito elevada, o Estado obtinha os recursos para tais obras através de impostos de exportação, aplicados aos produtos agro-pecuários internacionalmente competitivos.

Resultado: produziu-se assim uma certa divergência de interesses entre a economia agrária e a industrial, apesar do inter-relacionamento de capitais entre ambas. Em todo o caso, a solução mais favorável para

a economia agrária — e especialmente para os que tinham rendimentos da terra sem serem, necessariamente, produtores — era a existência de uma indústria muito concentrada. O inverso, a maior calamidade para o sector agro-pecuário, seria uma indústria descentralizada, com a verdadeira proliferação de empresas marginais, não competitivas.

Para a burguesia latifundiária, o controlo do câmbio, o protecção e a substituição de importações, constituíram uma excepção tão necessária como transitória. Em contrapartida, para a pequena e média burguesia industrial, os assalariados e outros sectores sociais cujo futuro dependia da sorte dessas indústrias, o curso da economia não devia inverter-se. Com o golpe militar de 1943 e, sobretudo, com a sua posterior institucionalização no governo peronista, impulsionou-se uma política populista que favorecia justamente aqueles últimos.

Naquele período, o desenvolvimento industrial extensivo e a redistribuição dos lucros acabaram por bloquear o desenvolvimento agrário. E, nos primeiros anos da década de 50, a Argentina teve que importar trigo e consumir pão negro. Havia um outro problema: sem um aumento das exportações, a indústria também não poderia prosseguir com o ciclo de acumulação. Por isso, nos primeiros anos da década de 50, ocorreram as primeiras concessões à economia agrária: aconteceu a crise de 1952-1953 e iniciou-se um novo período que se prolongaria por 20 anos. (N. de R. Refere-se o autor à série de governos militares que governaram o país durante esse lapso).

Crises cíclicas

O desenvolvimento capitalista passa invariavelmente por ciclos de expansão e depressão. Na economia argentina, esses ciclos combinam-se com desvalorizações periódicas da moeda, em consequência da evolução da taxa de lucro e da taxa de investimento. A inflação, que acompanha a expansão da indústria e da economia em geral, tem também reflexos no câmbio: as moedas estrangeiras não sobem na mesma proporção que os preços internos.

Nos produtos agro-pecuários, os preços internos dependem do equivalente em moeda nacional e dos preços mundiais. O desequilíbrio cambial barateia os preços e deprecia os lucros agro-pecuários. O resultado é a queda da oferta e a consequente queda das exportações.

Paralelamente, as importações tendem a aumentar, incentivadas pela queda do câmbio. Assim, o desenvolvimento económico fica estrangulado por causa da insuficiência das exportações agro-pecuárias. Estas só

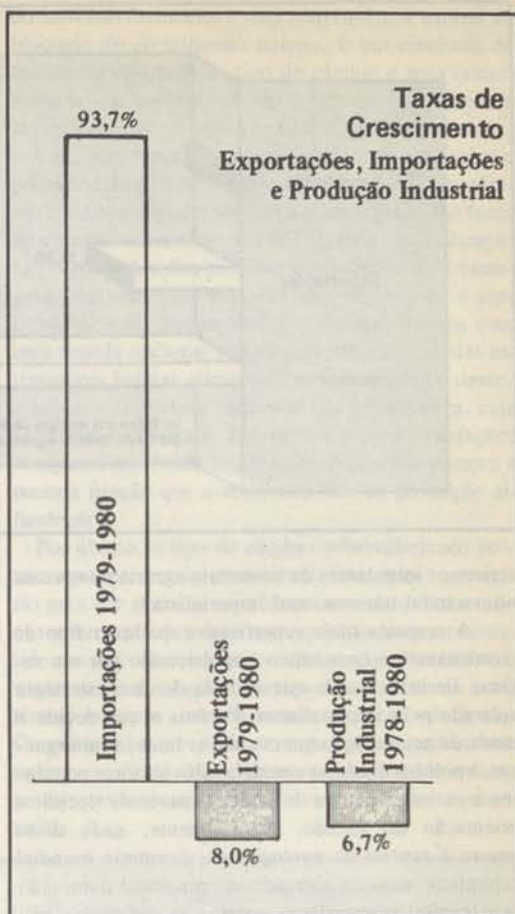
podem ser incentivadas se os preços dos produtos forem aumentados, trasladando lucros para o campo.

Os demais preços sobem a um ritmo mais lento, uma vez que, no princípio, só se alteram os custos dos produtos importados e dos que têm os preços fixados de acordo com o equivalente em moeda estrangeira. Ainda que a alta dos custos tenda a generalizar-se, os preços agro-pecuários obtêm marcada vantagem sobre os demais, pelo menos no período inicial. O aumento dos preços agro-pecuários implica um incremento dos bens denominados bens de salário e, conseqüentemente, deprecia-se o poder de compra dos trabalhadores. Os assalariados gastam mais em alimentos e ficam com um excedente menor para comprarem bens industriais, os quais, por sua vez, também aumentam os preços. O resultado é a recessão na indústria de manufaturas. Com efeito, as desvalorizações, assim como as recessões e a redução do ritmo de actividade económica, tiveram lugar periodicamente: 1952-53, 1955-56, 1959, 1962-63, 1966-67, 1970, 1972-73 e 1975-76.

Durante duas décadas a economia argentina funcionou com este esquema: a expansão industrial conduziu a uma situação de deterioração relativa dos preços agrários, de inflação e de crise na balança de pagamentos por insuficiência das exportações. Tudo isso obriga a uma reorganização do quadro. Na raiz desta reorganização, criam-se condições favoráveis para a produção agro-pecuária e o crescimento das exportações através de melhores preços relativos para o sector e da desvalorização da moeda. Tais medidas deprimem o mercado interno e dão lugar a uma queda do dinamismo da produção industrial. Tempos depois, embora o câmbio continue fixo ou fique inferior à evolução dos preços, a indústria recupere por causa da elevação dos seus preços relativos e os assalariados recuperam, completa ou parcialmente, o seu poder aquisitivo anterior ao da crise. Inicia-se então a etapa da expansão da economia.

Em cada uma das etapas, um sector é beneficiado em detrimento do outro. Porém, nem o sector beneficiado, nem o sector afectado, mudam as suas características ou o seu modo de acumulação para que, no período seguinte, tenda a desaparecer a contradição.

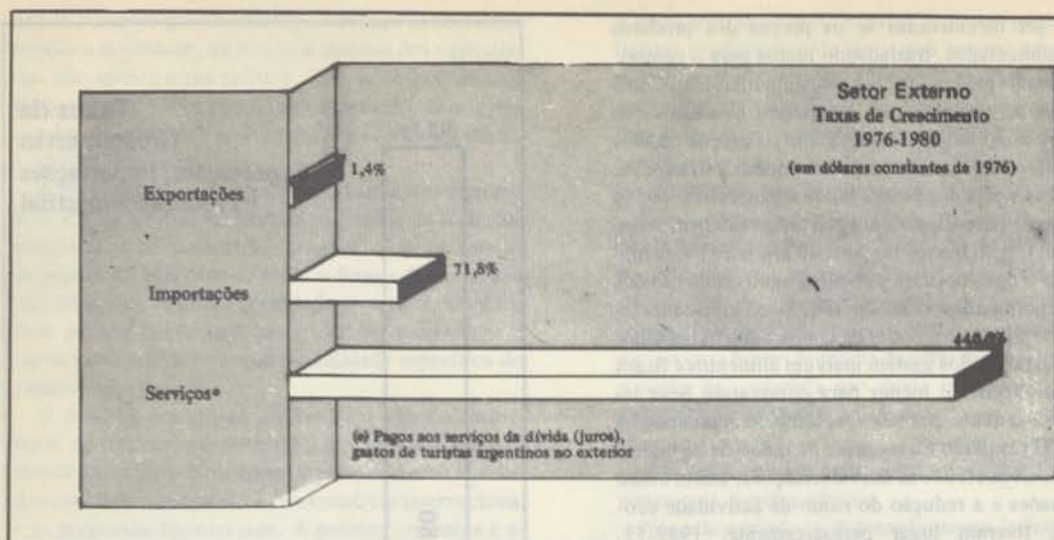
A heterogeneidade do modo de acumulação da economia agro-pecuária e industrial faz om que a burguesia viva eternamente dividida em fracções rivais, gerando uma instabilidade política periódica. Pode-se falar, então, de um modo de acumulação não homogêneo compartilhado porque o movimento de pêndulo favorece ora um ora outro sector, sem que nenhum dos dois defina uma hegemonia definitiva.



1976, a vitória agro-pecuária

A política económica imposta por Martínez de Hoz a partir do golpe de Estado de 1976 é a primeira tentativa séria para resolver as contradições e voltar a um modo de acumulação homogêneo. O seu projecto favorece a acumulação agrária e obriga a indústria a reordenar-se e adaptar-se a um esquema que não interfira no pleno aproveitamento das vantagens comparativas. Essa política tem uma repercussão expansiva para a produção agro-pecuária da Pampa e uma influência recessiva para a produção industrial e a agricultura não *pampeana*. Os benefícios para o sector agro-pecuário *pampeano* acontecem sobretudo nas unidades produtivas de grande extensão, com capacidade para beneficiar da economia de escala e racionalizar os cultivos.

A essência da política de Martínez de Hoz causou polémica entre os argentinos. Eles interrogavam-se a respeito dos beneficiários do programa: na realidade,



seriam os impulsores da economia agrária *pampeana* ou o capital transnacional imperialista?

A resposta mais superficial a qualquer tipo de reordenamento económico impulsionado por um regime dereitista é a de que se trata de uma estratégia aplicada pelo imperialismo. Porém, o que decide o modo de acumulação interno são as lutas intraburguesas, a política da classe operária e dos sectores populares e os instrumentos de poder capazes de decidir a orientação do Estado. Naturalmente, nada disso ocorre à revelia da evolução da economia mundial capitalista, nem do mercado internacional dominado pelo capital imperialista; porém, as definições não surgem da vontade directa deste capital. É a luta interna que decide a forma como a burguesia local se adaptará às mudanças registadas no mercado mundial.

Na sua tentativa para recuperar a hegemonia mundial, a burguesia norte-americana segue uma nova divisão internacional do trabalho, a partir de uma maior intensidade no uso do capital, de uma modificação da base energética e no modo de operar na indústria. Isto implica uma grande concentração e a produção em maior escala, o que tende a especializar a produção.

A especialização da produção e o aproveitamento das denominadas vantagens comparativas favorece a acumulação de poder económico nos grupos mais poderosos e, num momento de concentração mundial, esta orientação é a que melhor serve ao capital imperialista mais monopolista. Nos países capitalistas subdesenvolvidos, a opção pela especialização resulta directamente da estruturação do comércio mundial e da aplicação universal da lógica do capitalismo monopolista, à qual é difícil fugir. Esta não é, sem dúvida,

uma simples imposição política; é uma consequência dos mecanismos da acumulação capitalista internacional.

A nova orientação é imposta ou aproveitada por aquela fracção numericamente pequena da burguesia que, nos países subdesenvolvidos, pode aproveitar da superposição dos seus objectivos particulares com os do grande capital monopolista transnacional.

Paralisação

A aplicação desta lógica na Argentina significa a promoção de uma única actividade competitiva à escala mundial: a produção agrária *pampeana*. Não quer isso dizer que a produção agrária *pampeana* venha a ser beneficiada da mesma forma no seu conjunto. A especialização capitalista é, por sua vez, um mecanismo concentrador da propriedade. Consequentemente, o usufruto da especialização concentra-se exclusivamente nas mãos dos sectores capazes de aproveitar as vantagens comparativas, que são justamente os sectores da propriedade mais monopolistas.

Como a produção agrária extensiva emprega pouca mão-de-obra e consome poucos produtos industriais, o rendimento da exportação, não se difunde pelo resto da economia, nem aumenta o emprego. Em contrapartida, o excedente da exportação gera saldos favoráveis crescentes na balança de pagamentos. Por sua vez, o aumento constante das reservas provoca uma contínua pressão inflacionária.

A estratégia da chamada vantagem comparativa está indissolivelmente ligada à aplicação da teoria neoclássica quantitativa da moeda. Segundo esta doutrina, a inflação é consequência do aumento do

meio circulante. Para baixar os custos, seria necessário, então, depreciar os salários. Esta estratégia anti-inflacionária gera uma restrição da actividade produtiva, ao reduzir o poder de compra dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo, as reservas crescentes tendem a sobrevalorizar a moeda nacional frente às divisas. Uma vez que a vantagem comparativa funciona como uma economia aberta, baixam os impostos sobre as importações. As divisas baratas, aliadas à redução dos impostos sobre as importações deveriam, em teoria, obrigar as empresas a reduzir os custos para competir com os produtos estrangeiros. Pouco a pouco, a chamada vantagem comparativa conduz a uma avalanche de importações e à virtual paralisação da economia interna.

Os altos níveis dos rendimentos (consequência da inflação) atraem capitais especulativos. Enquanto dura o investimento, aumenta o chamado «atraso de câmbio». Assim, o rendimento real torna-se ainda maior, já que os especuladores do exterior não só retiram os lucros, como voltam também a comprar as divisas que aplicaram a um preço menor, em relação ao nível geral, conseguindo um rendimento adicional.

O que ocorre na Argentina não é, portanto, o resultado bom ou mau da inocente aplicação de uma teoria; é a consequência lógica da mudança da forma de acumulação.

Especulação financeira

Nos dois primeiros anos de aplicação do programa, foi indiscutível o benefício directo e quase exclusivo da actividade agro-pecuária exportadora, que teve rápido crescimento.

O resultado catastrófico do programa de Martínez de Hoz reside na estagnação industrial, já que actualmente a actividade manufactureira ainda não logrou superar os níveis de 1974. Isto, de nenhuma maneira, constitui surpresa.

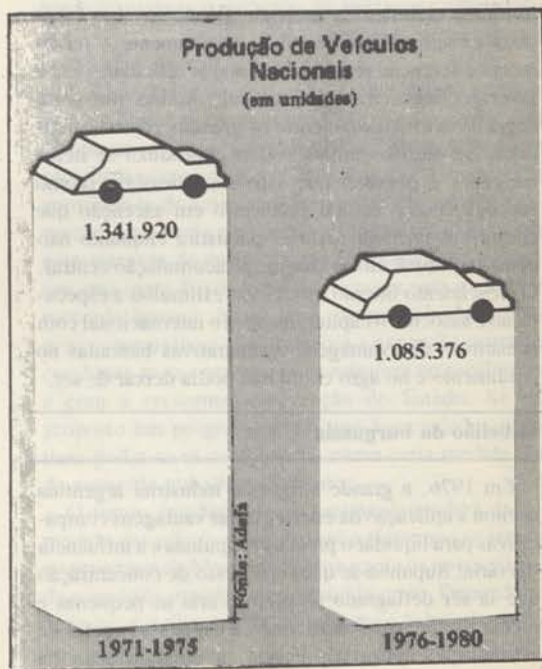
O bloqueio do crescimento interno é uma consequência da aplicação da vantagem comparativa baseada no rendimento agrário. Na acumulação compartilhada, é a expansão industrial que limita o crescimento agrário. No modo de acumulação homogénea, baseada na vantagem comparativa, é a limitação industrial que permite a expansão e a rentabilidade agrária.

O programa de Martínez de Hoz provocou também um impetuoso crescimento do mercado financeiro, gerando um agudo processo de concentração e centralização do capital. Neste período, apareceram os que diziam que um ciclo estava encerrado e que, a partir daquele momento, a economia passava ao domínio pleno do capital financeiro. Na realidade, a expansão

do mercado financeiro é uma consequência natural do bloqueio do crescimento interno. É um resultado do redimensionamento do tipo de câmbio e uma consequência da política anti-inflacionária que caminha indissolúvelmente ligada às vantagens comparativas.

Cabe aqui fazer um pequeno esclarecimento sobre o problema do tipo de câmbio. A reavaliação do câmbio e a suspensão das barreiras alfandegárias são faces de uma mesma moeda. Ambas visam a especialização nas exportações dos produtos que reúnem mais vantagens comparativas, uma vez que unicamente é essa especialização que continua a ser competitiva com uma moeda nacional sobrevalorizada. As moedas estrangeiras baratas alimentam as exportações e desencorajam a actividade industrial não competitiva, cuja expansão bloqueia o aproveitamento das vantagens comparativas. Neste caso, o tipo de câmbio cumpre a mesma função que o abrandamento da protecção alfandegária.

Por último, o tipo de câmbio sobrevalorizado promove o crescimento do mercado financeiro, necessário para dar saída ao excedente monetário (sobretudo os rendimentos da exportação) que não pode ser investido nas actividades internas bloqueadas. Por sua vez, o contributo dos capitais externos especulativos mantém as reservas altas e a moeda nacional valorizada. Constituem uma espécie de segurança complementar contra as dificuldades conjunturais que possam enfrentar as exportações dos produtos com vantagem comparativa.



Para onde vão os agrodólares?

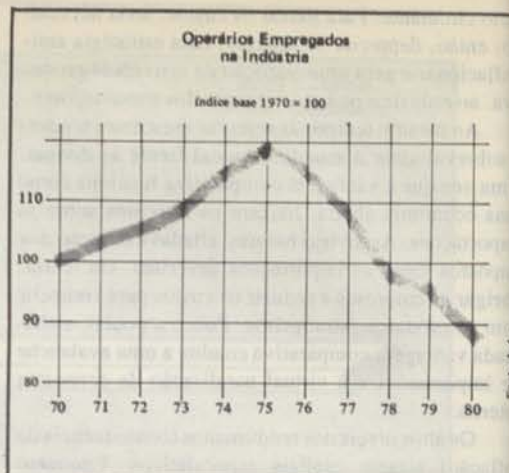
Quanto à concentração já dissemos que ela impulsiona a especialização no mercado mundial. A indústria deve concentrar-se e deixar de ser extensiva para evitar que crie obstáculos à chamada vantagem comparativa. Uma das consequências da redução da actividade industrial é o desemprego e isso contribui para diminuir os custos salariais.

No plano da economia agrária, a concentração não é menos importante: o princípio da vantagem comparativa não funciona para a felicidade da humanidade, nem para o regozijo dos agricultores do país onde a sua aplicação tem lugar. Na medida em que esta política económica se associa à concentração do capital, seu objectivo é conseguir uma espécie de pacto entre os grandes capitais mundiais, no seio de uma economia internacional mais integrada e regida por uma determinada divisão internacional do trabalho.

Num país com vantagens comparativas agrárias, tais capitais não estariam representados por todos os produtores agro-pecuários, mas pelos que têm o monopólio dos recursos naturais, o que permite a obtenção do rendimento diferencial. Este recurso pe a terra. Os seus donos são os latifundiários. A sua base de sustentação são as grandes extensões de terra e o cultivo extensivo. Por isso, a vantagem comparativa não favorece da mesma maneira o sector agrário no seu conjunto, mas sim, em primeiro lugar, a burguesia latifundiária. Como consequência dessa complexa estrutura económica, o mercado financeiro é o lugar onde os agrodólares (ou mais exactamente o rendimento diferencial recebido no país) se articulam com a inversão financeira internacional. Ambas são parte dessa nova articulação entre os grandes capitais mundiais. Se outros capitais podem reproduzir-se nesse mercado, é possível que isso seja aleatório (como sucedeu com o capital financeiro em ascensão que entrou em falência), isto é, persistirá enquanto não constituir obstáculo ao sistema de acumulação central. O crescimento interno bloqueado estimulou a especulação e associou o capital financeiro internacional com o usufruto das vantagens comparativas baseadas no rendimento e no agro como não podia deixar de ser.

Rebelião da burguesia

Em 1976, a grande burguesia industrial argentina aceitou a aplicação da estratégia das vantagens comparativas para liquidar o processo populista e a influência operária. Supunha-se que o processo de concentração que ia ser deflagrado só prejudicaria as pequenas e médias empresas, fortalecendo a capacidade geral de acumulação industrial. Porém, a unilateralização da



estrutura produtiva gerou a oposição generalizada da burguesia industrial, já que prejudicou a maior parte dos empreendimentos do sector. Este foi o motivo decisivo da substituição de Martínez de Hoz e da contestação a fundo de sua política económica.

Nos primeiros anos de gestão, Martínez de Hoz teve grande apoio do conjunto da burguesia e de um amplo sector da pequena burguesia. O seu programa projectava a imagem da ordem futura: adequação à tendência dominante do capitalismo mundial, homogeneização do modo de acumulação (actividade agrária competitiva com a industria selectiva), possibilidade de contar com elevadas reservas de dinheiro mundial, um mercado financeiro em expansão e a perspectiva de reduzir o peso social e político da classe operária.

Para os seus ideólogos, a modernização do capitalismo argentino em função das tendências mundiais dominantes conduziria a um período de progresso. Na verdade, o capitalismo subdesenvolvido subordinado plenamente ao mercado mundial conduziu à limitação da estrutura produtiva. Isto deve-se aos seguintes factores:

1) O comércio mundial capitalista perpetua a especialização que, se for baseada em bens primários, desencoraja as actividades não catalogadas na vantagem comparativa. O resultado, na Argentina, foi um verdadeiro estreitamento do mercado interno e a estagnação da indústria. O rendimento não teve meios de transferir-se para a indústria num mercado deprimido.

2) Num país cuja estrutura agrária é caracterizada pelo latifúndio, o cultivo extensivo e o arrendamento, o rendimento agrário concentra-se num núcleo pequeno de grandes proprietários. As outras actividades com possibilidades de expansão (o comércio de importação e a actividade financeira) também não têm interesse em estimular a indústria. O bloqueio do mercado

interno pela aplicação exacerbada do princípio das vantagens comparativas e as consequências da política anti-inflacionária monetarista e de importações maciças desviam os agrodólares (vendas de exportação), os rendimentos financeiros e os lucros de importação para o circuito financeiro ou para os investimentos imobiliários, os únicos com alta rentabilidade.

3) A equipa que conduziu a política económica no período compreendido entre Março de 1976 e Março de 1981 não teve interesse em corrigir ou dar flexibilidade, mesmo que de uma forma mínima, à aplicação do princípio das vantagens comparativas porque este era um verdadeiro expoente dos interesses originados nos rendimentos (tanto agrários como financeiros e comerciais).

A política posta em prática neste período foi a tentativa mais séria já efectuada na Argentina, desde os anos 30, para homogeneizar o modo de acumulação e adequá-lo às tendências da economia mundial no sentido da especialização. Por isso, pode ser também qualificada como uma tentativa de promover o rendimento da exportação e da actividade agrária a ela vinculada.

Um passo atrás?

Em Março de 1981, o governo do general Roberto Viola iniciou a marcha em direcção a mudanças drásticas na política económica. O preço das divisas foi actualizado com sucessivas desvalorizações do peso. As novas autoridades comprometeram-se também com a reparação dos erros cometidos no período de Martínez de Hoz e com estímulos à economia. As divergências no seio da nova equipa e a divisão da pasta da economia em ministérios sectoriais sugerem que existe uma tentativa de se obter consenso entre interesses divergentes. Nesse sentido, o governo do general Viola é, em relação ao de Videla, um regresso ao passado que teoricamente deveria culminar com uma maior abertura política.

Porém, o regresso é pouco menos que impossível. As mudanças introduzidas no período de Martínez de Hoz são, em grande medida, difíceis de inverter. Exemplos: a promoção das vantagens comparativas, a redução das barreiras alfandegárias e o processo de concentração. Sem dúvida, é possível esperar uma relativização da política anterior. O governo do general Viola inscreve-se numa nova linha apresentada pelo capitalismo mundial de reacção ante as políticas monetárias, que geraram mais de 25 milhões de desempregados nos países capitalistas industrializados.

A lógica do capital ou a ditadura do mercado dificilmente podem chegar até ao final. As reacções políticas e sociais obrigam o capitalismo a dar flexibili-

dade aos seus objectivos para resguardar-se da mesma anarquia capitalista e do perigo revolucionário. Já se observa essa reacção, que começa a contar com uma base ideológica de apoio. Os economistas de Cambridge (do Cambridge Journal of Economics) estão a incentivar a reactivação da economia, um maior protecção e o controlo das importações dentro do que Bernard Cassen denominou, em artigo publicado em *Le Monde*, como «uma estratégia de mudança no sentido da esquerda». A versão mais extrema desta orientação é a «Estratégia Económica Alternativa» elaborada pelo Partido Trabalhista britânico.

Se o capitalismo mundial se prepara para uma etapa mais protecção, é de esperar-se na Argentina um regresso ao modo de acumulação não homogéneo e compartilhado, embora que em condições muito mais instáveis que no passado. Se se afasta, a curto prazo, a possibilidade da revolução social (porque esta não pode originar-se no espontaneísmo e na falta de uma direcção para a classe operária) a recuperação capitalista poderá encontrar vias diferentes de desenvolvimento:

1) A imposição da estratégia das vantagens comparativas por meio de uma ditadura pior que a actual, uma derrota do governo Viola e a restauração da política de Martínez de Hoz.

2) A flutuação do tipo de câmbio e desvalorizações periódicas, com maior protecção, porém sem mudanças de grande alcance que impliquem um regresso, à acumulação não homogénea e compartilhada, embora que dentro de limites estreitos e tentando conservar o estímulo às vantagens comparativas. A esta situação pode chegar a curto prazo a política do general Viola.

3) Uma reforma profunda do capitalismo argentino. Afirmar-se-ia a preponderância das vantagens comparativas, mas os seus frutos seriam divididos pela sociedade como um todo. Para isso, o Estado teria de apropriar-se de uma parte do rendimento agrário diferencial, que seria destinado a capitalizar a indústria com margens de protecção mais elevadas, e a promover uma certa distribuição das receitas para garantir o mercado interno. Neste caso, o exercício das vantagens comparativas não obstruiria a expansão interna e combinar-se-ia com uma nova estrutura protecção e com a crescente intervenção do Estado. Se for proposto um programa deste tipo à sociedade argentina, poder-se-ia compará-lo, numa certa medida, ao da esquerda trabalhista britânica.

O futuro imediato da Argentina dependerá da dimensão das relações sociais ante o ajuste que se seguiu ao programa de Martínez de Hoz e ante os novos rumos da economia mundial nesta fase de crise. Dependerá, de facto, das disputas intraburguesas e da luta da classe operária argentina. □

Políticos no governo militares nos quartéis

A BANCARROTA ARGENTINA

Esteban Righi, ex-ministro do Interior durante o Governo de Hector Cámpora, analisa a actuação política e económica do general Videla, fala do peronismo e defende o retorno à democracia

Roberto Bardini

SE a Argentina tinha problemas na época de Isabel Perón, a experiência militar iniciada por Videla, em 1976, não solucionou nenhum deles, antes os agravou». A afirmação é de Esteban Righi, advogado argentino exilado no México, ex-assessor do ex-presidente Hector Cámpora quando este era delegado pessoal do general Juan Domingo Perón, em 1971; ministro do Interior durante os dois primeiros meses do governo popular instaurado na Argentina em 25 de Maio de 1973.

A 13 de Julho de 1973, Cámpora renunciou à presidência como resultado da ofensiva da direita do Movimento Peronista. Righi adoptou atitude semelhante e regressou à sua cátedra de Direito Penal na Universidade de Buenos Aires. Em Setembro de 1974, a Aliança Anticomunista Argentina (tríplice A) já havia feito grande número de vítimas e o ex-funcionário resolveu refugiar-se na Embaixada do México, país para onde viajou posteriormente.

Na generosa terra azteca, Righi trabalha como professor universitário. Foi presidente do Comité Argentino de Solidariedade (CAS) e, com as devidas limitações, dedica-se a actividades políticas no exílio.

Doutor Righi, porque razão caiu Isabel Perón em Março de 1976?

O pretexto do golpe — a existência de um «vazio de poder» dentro do governo — ficou sem validade a partir do conhecimento da gestão da Junta Militar. Tornou-se claro, uma vez mais, que os militares tomaram o poder porque essa era a sua vocação. Isabel Perón apenas lhes tornou propícia a ocasião; de forma nenhuma, porém, é correcta a tese oficial segundo a qual eles (os militares) «não tiveram outro remédio senão tomar a seu cargo a gestão pública».

Isabel abandonou aquilo que deveria ter sido a sua política. A sua queda — no mais absoluto isolamento, sem ninguém que a defendesse — foi um dos preços que teve de pagar. Provavelmente acabaria

também por cair, mas, a ser assim, cairia a defender as suas bandeiras e não por abandoná-las.

No entanto, nenhuma das críticas que possam ser feitas à gestão de Isabel Perón legitima o golpe de Estado. E se a Argentina tinha problemas em 1976, a experiência militar antes os agravou, não solucionando nenhum deles.

Videla, um balanço negativo

Em 29 de Março do corrente ano, o general Roberto Viola assumiu a presidência da Argentina iniciando uma «segunda etapa» do governo militar. Qual é, na sua opinião, o balanço da «primeira etapa», nascida quando do golpe de Estado de Março de 1976?

A meu ver, o balanço global é negativo. A própria realidade demonstra que, de facto, assim é e, inclusive, foi reconhecido por alguns protagonistas dessa experiência. O governo manteve-se na solidão e no isolamento. Somente sectores muito minoritários e com limitada representatividade aderiram à experiência de Março de 1976.

Foi no plano económico que os militares desenvolveram uma política mais agressiva. Aproveitaram a paralisia política e a absoluta ausência de participação para levar por diante um plano económico inaplicável dentro de um esquema democrático. Se acaso as forças sociais tivessem condições de se manifestar, esse plano não poderia ter sido concretizado. Só foi viável acompanhado de uma brutal repressão, sem precedentes.

Nesse contexto, o plano económico foi implementado sem atender às reclamações. E se no princípio contou com algum apoio em certos sectores económicos, depois perdeu-o.

Qual foi a principal directriz do plano económico do ministro Alfredo Martínez de Hoz?

Desde o início, o modelo económico da Junta Militar teve um claro antagonista nos sectores operários, que foram os directamente prejudicados pela gestão de Martínez de Hoz. Porém, progressivamente, passaram para a oposição outros sectores sociais afectados por uma política que, em definitivo, só favorecia os que não trabalhavam. Ou seja: todas as pessoas ligadas à produção, quaisquer que fossem essas formas, eram prejudicados, beneficiando apenas os sectores especulativos, isto é os financeiros. Todavia, curiosamente, a experiência termina com uma tremenda crise financeira. Isto é, o único sector que lucrava com o modelo entra em crise com a falência de importantes bancos e empresas financeiras.

O autoritarismo repressivo que imperava no político e social, foi também utilizado no plano económico. Não se consultava ninguém; era a imposição de um modelo elaborado por um grupo de «iluminados» que manipulava o Ministério da Economia e que contava com a «luz verde» do governo como nenhuma outra equipa económica conseguiu nos últimos tempos

Quais estão a ser os efeitos, na Argentina, da subida de Ronald Reagan ao governo dos Estados Unidos?

A vitória de Reagan teve, desde o princípio, um efeito psicológico entre os militares argentinos. A Junta quis aparentar que se encontrava associada ao triunfo republicano desde o período da campanha eleitoral. Isso foi consequência das dificuldades criadas pela política de direitos humanos do presidente Carter. A vitória de Reagan foi «vívida» pelos militares argentinos como um triunfo próprio. As pressões sofridas por Videla durante a administração Carter, provenientes sobretudo do Departamento de Estado, serão agora poupadas ao general Viola. Isso foi assegurado pela nova administração norte-americana.

O peronismo

Há quase 35 anos que o peronismo é uma das forças políticas mais importantes da Argentina e também uma das mais proscritas. Ao mesmo mesmo tempo, trata-se de um movimento que aglutina sectores sociais diversos, cujos interesses — em alguns casos — são opostos. Como encara o papel que o movimento peronista poderá representar sob o governo de Viola?

O movimento peronista viveu duas importantes crises em épocas recentes: a morte do general Perón e a perda do aparelho do Estado em Março de 1976. Isso provocou certa estagnação nos primeiros anos do governo de Videla. O peronismo tardou em recompôr-se a nível de direcção. Há, porém, um importante episódio na sua recuperação: o documento

que o peronismo apresentou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA (Organização de Estados Americanos), quando esta visitou a Argentina.

Este documento situa o peronismo como um movimento claramente contrário aos militares. A partir daí, a sua direcção provisória — assumida por Deolindo Bittel — aparece como cabeça do pólo opositor. Na medida em que o peronismo continua a ser o movimento popular mais importante do país e que manifestações como esse documento interpretam correctamente as expectativas do povo, vai-se criando um maior vigor dentro do movimento.

Mas o movimento peronista, tal como outros partidos, está proscrito...

Há que considerar dois aspectos: primeiro, se o movimento peronista pode ser uma alternativa de poder no futuro; segundo, sob que condições.

A primeira questão está clara; o peronismo é uma opção de poder na Argentina, condicionada à vigência da democracia e do Estado de direito. Na medida em que haja participação popular, ele constitui uma força



Perón morto: uma herança que ainda é uma opção de poder

que necessariamente vai pesar na tomada de decisões dentro do país.

Para que isso ocorra — e aí está o segundo aspecto — o peronismo deve evitar a fragmentação. O perigo que enfrenta o movimento é a divisão interna. A questão é como conseguir a unidade, antes tradicionalmente representada na figura de um líder carismático.

Anteriormente, nesse grande movimento pluralista, a única forma de manter a coesão foi através de uma liderança indiscutível. A partir de agora, o peronismo deve iniciar uma transformação na sua forma de actuar. De um movimento conduzido por um líder, deverá passar a ser uma força cuja direcção surja de um processo democrático interno.

De que forma o peronismo pode transformar-se num interlocutor válido frente aos militares?

Para as ditaduras sempre houve peronistas «bons» e «maus». Os «bons» eram os que estavam dispostos a chegar a um acordo com o governo e os «maus» aqueles que adoptavam uma atitude de intransigente oposição. Face a isto, a estratégia passa também pela unidade: um processo unitário impede e neutraliza as possibilidades de fragmentação que se podem originar a partir de uma manobra oficial destinada a tal fim.

Durante a época de Videla, todo o peronismo era «mau». Hoje há alguns sintomas diferentes. Nisto influiu a actuação de alguns peronistas — «bons» — que se identificaram com o governo desacatando a vocação das massas peronistas em se manter na oposição.

É provável que o novo governo de Viola tente o recrutamento de certos peronistas para um projecto de continuísmo. Porém, se o movimento se mantiver ferrenhamente unido através dos seus principais grupos internos e, se além do mais, houver garantias que as decisões serão tomadas democraticamente... poderá haver, eventualmente, peronistas que venham a participar num processo de convergência com a ditadura, mas não passarão de uma excepção insignificante.

Caso continue um esquema de governo autoritário no plano político, liberal no económico, sem participação popular e hostil aos sindicatos, é muito difícil que um peronista — ainda que dos «bons» — possa apoiar o regime.

A criação de uma Frente Nacional

Como antevê o desenvolvimento dos demais partidos políticos, especialmente a União Cívica Radical do Povo (UCRP), a segunda força importante no país?

Para os demais partidos políticos uma das estratégias possíveis é um processo de unidade. É possível que possam ser reeditadas experiências positivas anteriores, como as do princípio da década de 70: a Hora do Povo, a Frente Cívica de Libertação Nacional (FRECILINA) e a Frente Justicialista de Libertação (FREJULI), que foram coligações de vários partidos com representação significativa. Ultimamente, foram firmadas propostas conjuntas, tendo-se criado um grupo de trabalho para redigir um documento que expresse uma estratégia comum das organizações políticas.

Um dos obstáculos a este processo de convergência — que, na minha opinião, deveria ter sido iniciado muito antes — é a actuação da União Cívica Radical do Povo, liderada por Ricardo Balbín. O radicalismo tem de optar entre oferecer-se como saída aos militares — repetindo assim experiências anteriores, quando esse partido teve um ministro do Interior no governo das Forças Armadas — ou, pelo contrário, extrair as lições decorrentes desse apoio e participar de um processo de confluência.

Para que isso se dê, é necessário uma autocritica dos radicais. Eles têm de compreender que o seu lugar é junto do povo e não contra ele. Lamentavelmente, a actuação de Ricardo Balbín não leva a que a UCRP fique a favor das causas populares.

Viola e o continuísmo

O plano do general Viola oferece unicamente um estatuto aos partidos políticos e, eventualmente, um



Righi e Cámpora: vítimas do regime militar

processo de reorganização interna dos sindicatos. E tudo isto num período de três anos. Como alternativa, é bastante raquítica...

A pergunta que fazem muitos sectores políticos é se o novo governo será diferente do anterior ou se é o mesmo com uma mudança de figuras. Quem melhor pode responder a esta questão são os principais protagonistas. Eles asseguraram que o governo de Viola é um governo de continuidade. E não há dúvidas: dizem a verdade.

Porém, o poder desgasta. E na Argentina está demonstrado que essa é uma dificuldade para quem governa à margem do povo.

A Argentina é, além disso, um país difícil de governar. Viola representa a continuidade, mas já não pode governar o país como na época de Videla. É necessário abrir comportas, permitir formas de participação.

Os militantes fizeram afirmações — mais ou menos retóricas mas bastante repetidas nos últimos anos — que se verão obrigados a reformular. Dizem que o «interesse nacional» requer determinada política. Mas até onde o «interesse nacional» é superior a todos os outros que coexistem na sociedade argentina? Em toda a sociedade há diversos interesses: o dos trabalhadores, dos empresários, dos estudantes, dos militares. Não creio que haja um «interesse nacional» que sintetize todos.

«Confiar na democracia»

No caso de se abrir um processo democrático gradual que permitisse a participação dos partidos

políticos e outras forças, o que se passaria, na sua opinião, com o aparelho repressivo, com a vocação dos militares pelo poder e com a mentalidade do exército?

Na Argentina, houve um sério debate nos sectores populares sobre a forma de acesso ao poder. No entanto, acredito que esse tema será resolvido: as experiências de violência ficaram superadas pela realidade. A única forma que os sectores populares têm de chegar ao poder na Argentina é a democracia. A história argentina demonstra que, quando prevalecem os esquemas democráticos, o povo governa; se prevalecem os esquemas de violências, são os sectores minoritários a governar.

Naturalmente, a via democrática tem os seus limites, como a manutenção do aparelho repressivo que, normalmente, não está em consonância com os interesses populares. Esta preocupação vivemo-la durante o governo de Cámpora. Quando reformulámos a política de segurança interna, preocupámo-nos em deixar claro que a forma de se garantir uma ordem democrática é diferente daquela que garante uma ordem ditatorial.

Que possibilidade tem um governo democrático de implementar uma política de segurança também democrática, quando ela tem de ser instrumentalizada através de gente acostumada a esquemas repressivos?

Esse é um dos problemas mais sérios. Não há outro recurso senão confiar na democracia e não recorrer à ruptura desse processo. □

Emergência nacional

O líder da UCR, Raúl Alfonsín, considera a actual crise como a mais profunda que o país já conheceu e considera fundamental, para a superar, um acordo entre peronistas e radicais

Luis Adolfo Galván

O problema do país é fundamentalmente político. A Argentina é dominada por uma oligarquia que já não é mais de base militar, mas sim financeira, e que necessita estar próxima dos governos ou de governar para impôr melhores condições à sua especulação. Existe a decisão de nos transformar num país pequeno e dominado — afirmou o ex-senador

da União Cívica Radical (UCR), Raúl Alfonsín.

«Esta oligarquia está desprestigiada na esterilidade da especulação e, assim, não pode submeter-se ao julgamento do povo. Por não terem votos, procuram as bôtas, e tentam utilizar as Forças Armadas como braço armado de um esquema de exploração social, através do qual eles continuam a gozar, como ver-

dadeiros privilegiados, do status-quo» — frisou Alfonsín.

«O epicentro da problemática é político, já que este plano e a imposição destas linhas económicas não poderiam ser concretizados, sob nenhuma hipótese, dentro de uma democracia» — justificou o dirigente do Partido União Cívica Radical.

Esta é a síntese do pensamento de Alfonsín sobre os temas em debate

A BANCARROTA ARGENTINA

na Argentina de hoje. Eis as suas principais opiniões:

Relações com o peronismo: O desencontro das maiorias (peronistas e radicais) tornou possível a imposição de uma minoria. Nós temos defendido sempre os valores básicos da democracia. O facto do peronismo ter tido alguns ingredientes que — pelo menos na sua práxis — não estavam de acordo com as necessidades de uma democracia, obrigou o radicalismo a enfrentá-lo. Mas seria absurdo analisar o peronismo a partir deste único ponto de vista, porque, ao mesmo tempo, ele possibilitou um grande avanço social. Houve, então, gente que se aproximou de nós, mas não para lutar contra o mal que o peronismo poderia ter, e sim contra o que ele trazia de bom. Vivemos assim essa etapa de desencontros.

As Forças Armadas: Desde 1930 que elas estão acostumadas a sentir-se donas da verdade absoluta e a actuar como se a sua presença fosse indispensável para garantir aquilo que os militares chamam o «estilo de vida ocidental e cristão».

A violência política: É outro dos factores que conduziram à actual situação, já que deu à oligarquia e à reacção em geral uma desculpa para chegar a um ponto onde nunca tinham podido ir anteriormente.

A política económica: O plano económico (de Martínez de Hoz) não poderia ser aplicado sob um regime democrático. Não teria condições de sustentação em nenhum Congresso sem ser vetado. Se os trabalhadores gozassem dos direitos fundamentais que lhes outorga a Constituição, haveria uma pressão legítima que teria impedido a concretização dessa política económica.

Restauração oligárquica: A restauração da oligarquia que vivemos hoje é muito mais grave que a de 1930. A primeira veio depois de 50 anos de ascenso do país e a de hoje

chega após 50 anos de decadência nacional.

É este o resumo, a história de todos os nossos males de meio século. O produto, é este desastre. O país vive a sua crise mais profunda, uma verdadeira emergência nacional. Em cinco anos a Argentina cresceu uns sete por cento, enquanto que o resto da América Latina cresceu uns 30%. Em 1979, somente superámos a Nicarágua no crescimento do PIB. Enquanto nós suportamos uma recessão tremenda, o Brasil implantou em seu território, nos últimos cinco anos, a mesma quantidade de indústrias que a Argentina vem implantando de 1900 até hoje.

Alternativas: A busca de uma solução requer uma atitude pragmática, que implica uma intervenção do Estado na economia, muito diferente da actual, com o propósito fundamental de conseguir um aumento importante no salário real dos trabalhadores, não só por razões éticas, mas principalmente porque é indispensável para a sobrevivência de muitas empresas. O fortalecimento do mercado só será atingido na base de um aumento do poder aquisitivo do povo.

Abertura política: As nossas Forças Armadas têm dois projectos. Analisados superficialmente pode-se dizer que existem dois grupos: os duros e os moderados. Os primeiros não querem nenhuma abertura e chegam até ao extremismo de direita. Os moderados buscam uma espécie de pseudodemocracia, onde a oligarquia não corra riscos. A resposta não pode ser outra: a formação de um pólo de poder civil que permita impôr condições. Trata-se de conseguir um tipo qualquer de solução através de uma adequada correlação de forças e não de ser o reboque de nenhum desses dois projectos.

Interesses estrangeiros: Aqui deve-se levar em conta que através

da nova divisão internacional do trabalho e da teoria das vantagens comparativas, deu-se importância a interesses extranacionais. O capital estrangeiro aplaudiu esta política, que proporcionava uma abertura irrestrita sem exigir uma decisão semelhante nos países que mantêm permanentemente as suas portas fechadas aos nossos produtos, como a Comunidade Económica Europeia e os Estados Unidos. Grandes capitais internacionais chegavam a ganhar aqui 100% em divisas fortes com a sua especulação.

Desvalorização: Para sair da crise deve-se, antes de mais nada, dar uma volta de 180 graus na filosofia que permite, entre outras coisas, que o Estado não regule a taxa de juros, instrumento fundamental da nossa economia. Qualquer um especula com moeda estrangeira. Na semana anterior à última desvalorização, saíram do país 600 milhões de dólares, o que significa que os especuladores ganharam 180 milhões nessa moeda. Quando aconteceu a desvalorização, os produtores já tinham vendido a maior parte da sua colheita aos exportadores, que, assim, ganharam mais de mil milhões de dólares. Em qualquer outro país isto significaria a queda do governo.

Fascismo: A nossa sociedade é anónima. Aqui havia muito medo. Um medo legítimo. Estamos saindo de um banho de sangue. A grave situação de emergência da nossa sociedade preocupa-me muito mais que a emergência económica.

A nossa sociedade está cansada de viver subjugada. Não estamos longe — queira Deus que eu esteja enganado — de entrar num momento social propício ao aparecimento do fascismo com todas as suas características sociais e políticas. Estamos hipotecando nestes anos o futuro dos nossos filhos. Há, no entanto, a possibilidade concreta de que vivam 20 anos sob um regime fascista. □

Educação: uma ameaça ao regime

A BANCARROTA
ARGENTINA

Para o Governo, a educação é um problema de segurança nacional; os analfabetos aumentam, os estudantes diminuem, menos livros são editados e até as crianças são submetidas à disciplina militar nas escolas

Dora Guagnini

NUMA província do nordeste argentino, os professores revelaram que tinham recebido ordens para fornecer um ensino mínimo para fazer com que os jovens começassem mais cedo a trabalhar no campo e não aspirassem a melhores destinos na cidade.

Esta denúncia do objectivo que orienta a política educacional na Argentina de hoje foi publicada no suplemento de cultura do diário *Clarín* de Buenos Aires, no dia 2 de Outubro de 1980.

Trata-se apenas de um testemunho entre muitos outros registados no decurso dos últimos cinco anos, durante os quais o sistema educacional sofreu gravíssimas limitações: redução do seu orçamento (em termos relativos é o menor dos últimos 50 anos), diminuição do número de vagas nas universidades estatais, encerramento da Universidade Nacional de Luján sem qualquer justificação válida, aumento da evasão escolar em todos os níveis e menor acesso ao ensino secundário e técnico.

Um sistema despedaçado

Na realidade, o único «projecto» do Governo militar argentino para a educação é a repressão a todos os níveis. A sua política educacional tem como base ideológica a Doutrina da Segurança Nacional e é coerente com o esquema económico aplicado no país.

A prática desta política determinou a transformação do sistema educacional, no seu conjunto num «sistema despedaçado que neste momento se encontra à beira da desintegração», como afirmava no seu editorial de 13 de Janeiro de 1980, o diário *Buenos Aires Herald*. Depois de uma análise séria, o jornal concluía:

«A deterioração generalizada da educação primária

para a ampla maioria das crianças que não pode estudar em colégios pagos, a brusca queda das matrículas universitárias e o crescente ritmo de evasão escolar, ameaçam transformar a Argentina num país de analfabetos e semi-analfabetos, inteiramente incapazes de satisfazer às exigências da vida no final do Século XX».

De facto, em 1979, o número de analfabetos do país chegou, segundo as estatísticas oficiais, a 2,4 milhões; isto é, alcançou nove por cento da população, e, no nível primário, e evasão escolar atingiu 52%; no nível médio, chegou a 40%, e, no sector universitário, foi de 60% aproximadamente. Além disso, decaiu acentuadamente a inscrição de estudantes nos vários níveis escolares.

Entre 1970 e 1977, o aumento da população total do país foi ligeiramente inferior a 13%, enquanto que o ensino médio cresceu mais de 41%. Nos três primeiros anos do governo militar, o aumento populacional foi, pelo contrário, de 3,58%, enquanto que a população inscrita no mesmo nível de ensino decresceu quatro vezes: em princípios de 1979, houve uma diminuição de 60.000 alunos no ensino médio em relação a 1977. Na universidade, a redução foi de 150 mil alunos.

Com um cinismo raro na história, o ministro da Educação exortou os comerciantes e os industriais a «não disputar as crianças com a escola, já que o oferecimento de trabalho tenta as famílias ansiosas por um rendimento melhor». E com um cinismo ainda maior, referiu-se ao sistema universitário: afirmou que só devem ascender a esse nível aqueles que têm capacidade para lhe fazer face economicamente.

«A criança e o Exército»

Mas não são unicamente os aspectos quantitativos

que têm sofrido graves limitações. O governo militar tenta controlar e doutrinar as crianças e os jovens através das estruturas escolares. Alguns exemplos são perfeitamente claros: a organização de turmas e concursos sobre temas relacionados com o conceito de «autoridade», com a «ideia das Forças Armadas», com a «noção de Estado», etc. Os trabalhos dos alunos são enviados aos escritórios centrais do Ministério da Cultura e Educação, que concede prémios aos melhores.

Que intenção está por detrás desses concursos? Poderíamos suspeitar de várias, uma das quais é inegável: as redacções das crianças servem para detectar o que se pensa na Argentina e para controlar os possíveis inimigos do regime. Recentemente, o Alto Comando do Exército e o Ministério da Cultura e Educação organizaram um concurso sobre o tema «A Criança, a escola e o exército». O júri que dará os prémios será constituído por membros do exército e professores.

O ex-ministro da Cultura e Educação, o dr. Llerena Amadeo, criou uma Comissão Orientadora dos Meios Educacionais (resolução de 15 de Julho de 1980). A sua principal função é propor textos e materiais didácticos que serão de «uso recomendado». O diário *La Nación*, de Buenos Aires, no seu editorial de 7 de Outubro de 1980, fala sobre essa medida: «O ministro não se atreveu a colocar, franca e abertamente, sob prévia aprovação oficial, o uso de qualquer livro de texto ou de consulta do ensino médio. Recorreu, assim, a uma solução tendenciosa: a criação de uma comissão encarregada de 'recomendar', ou não, esses textos (...) num procedimento equívoco, que lesará muito mais a dignidade dos professores».

Sempre nesta linha de doutrinação ideológica, a resolução do Ministério da Cultura e Educação número 1709/80, de 16 de Setembro do ano passado, inclui no «programa» do curso de História do terceiro ano do ciclo médio o seguinte tema: «A agressão e a derrota da subversão marxista». Ao mesmo tempo, incorpora como bibliografia os seguintes documentos: «O terrorismo na Argentina», editado pelo Poder Executivo Nacional (PEN) em Setembro de 1979; «Subversão no âmbito da educação», editado pelo Ministério da Cultura e Educação em 1977; «Conheçamos o nosso inimigo», editado pelo Comando Geral do Exército em 1976; «O Exército de hoje» (Páginas da sua História), editado pelo PEN em 1980; «Notas sobre a resposta à Comissão dos Direitos Humanos da OEA».

Sobre esse mesmo assunto, convém lembrar que a informação redigida pela Comissão da OEA foi proibida na Argentina. Os jovens lerão somente o ponto de

vista da Junta Militar do Governo e não terão acesso às sérias críticas feitas pela Organização dos Estados Americanos.

Cabelo, corte militar

As medidas repressivas atingiram também outros níveis: a Direcção Nacional do Ensino Médio do Ministério da Cultura e Educação sancionou, em 1979, um regulamento da «disciplina» que impõe, permanentemente, para os alunos do sexo masculino, o uso de camisa, gravata e casaco; proíbe o uso de barba; e proíbe, para ambos os sexos, as calças «tipo vaqueiro» (blue-jeans). Segundo o mesmo regulamento, os alunos não poderão realizar reivindicações colectivas, terão de pedir autorização escrita ao director de cada colégio para distribuir qualquer tipo de impresso, deverão pôr-se de pé todas as vezes que entrar ou sair da sala de aula qualquer autoridade, professor ou personalidade (circular 137/79).

Presentemente, essas práticas foram estendidas à escola primária onde, em certos casos, dependendo da rigidez do corpo directivo, vai-se ao ponto de determinar para cada turma um lugar preciso no pátio de recreio. Se um aluno do segundo grau, quiser brincar ou conversar com o irmão ou com um amigo que frequente outra série ou outro grau não poderá fazê-lo livremente. Da mesma forma, para ir à casa de banho, cada criança deverá pedir autorização aos professores de cada uma das turmas por onde tiver de passar. O corte de cabelo obrigatório, ainda na escola primária, é o chamado «cadete», tradicionalmente adoptado pelos militares.

Não podemos esquecer, além disso, que o estabelecimento destas medidas político-administrativas foi acompanhado pelo assassinato, sequestro, desaparecimento ou prisão de um extenso número de professores primários, secundários e universitários, estudantes e trabalhadores do ensino em geral. Como exemplo recordaremos o caso de Juan Angel Nougues, estudantes da província de Tucmán, de 14 anos, sequestrado diante do director e dos seus horrorizados companheiros de classe quando saía da escola; há também o caso do professor e escritor Roberto Jorge Santoro, sequestrado na «Escola Técnica Frei Luís Beltrán» enquanto dava o seu curso habitual, depois de agentes da repressão terem amarrado todo o pessoal da secretaria para que não houvesse a possibilidade de alguém ligado ao professor ser imediatamente alertado.

Recordemos, também, as palavras do ex-ministro da Cultura e Educação, Ricardo Pedro Bruera, que declarou abertamente: «O problema educacional significa, particularmente para a Argentina, um caso mais da Segurança Nacional».

Os chefes da subversão

A expropriação da burguesia, sonho de muitas vanguardas políticas revolucionárias, é levada à prática pelos mais insuspeitos «subversivos». A trágica herança do general Viola e o fantasma do fascismo com apoio de massas

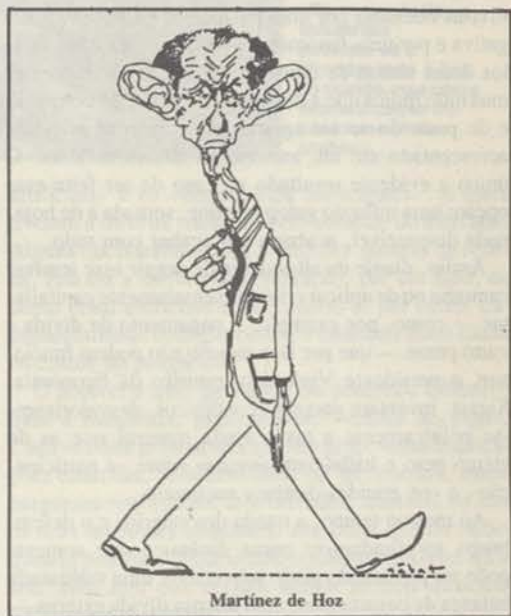
Juan Sauna

Os generais Harguindeguy, Nicolaides e outros ilustres paladinos da civilização ocidental-cristã têm clamado no deserto por algo que somente agora — tarde e arrependidos — descobrimos quanto era verdadeiro: a onnipresença da subversão, as mil caras com que costuma disfarçar-se para ocultar os seus perversos propósitos e a diabólica habilidade com que opera. Somente agora descobrimos que, enquanto criava manobras de diversão nas fábricas, nas universidades, na cultura e em outras áreas, a subversão realizava na Argentina (mais rapidamente que Lenine e Mao, que tiveram que utilizar métodos um pouco antiquados...) a expropriação da burguesia!!!

Martínez de Hoz (apelidado *Joe*) e os seus seguidores, oligarcas tecnocratizados também disfarçados, juntamente com companheiros de percurso infiltrados nas Forças Armadas — começando pelo general Videla — conseguiram o grande milagre: quase todas as empresas urbanas devem até ao último parafuso e resma de papel a bancos e instituições financeiras. Estes, por sua vez, encontram-se técnica e comercialmente falidos. O dinheiro que devem ao Estado (e a cada um de nós, incautos depositantes) tem somente como base de garantia os bens da empresa, com o que não podem pagar. Como aqueles que poderiam comprar esses bens também estão falidos, e ao capital internacional não interessa investir neste país sem capitalistas, os bancos e as instituições financeiras não podem vender esses bens a ninguém.

Por outras palavras, entre as suas dívidas para com os depositantes e para com o Estado (quer dizer, em último caso, também conosco), as burguesias comercial, industrial, financeira e parte da agrária estão em falência. Não fica claro — ainda não foi escrita a teoria que o justifique — se se trata de uma socialização ou de uma estatização dos meios de produção, mas que *Joe* e os seus sequazes expropriaram a burguesia, disso não resta a menor dúvida.

A BANCARROTA ARGENTINA



Para completar o seu êxito, esses subversivos decidiram, além disso, o mistério do Estado capitalista. Como disse Karl Marx, um dos avós da subversão (o outro, por linha edípico-paterna, foi Sigmund Freud), o Estado, apesar das suas imponentes pretensões, nada mais é que a sociedade civil, é a sua «síntese oficial», o espelho transformado daquilo que a sociedade é na realidade. O Estado não tem nem uma gota de poder a mais do que aquela à qual renunciámos em seu benefício e nem pode produzir uma partícula sequer de capital.

Inflação galopante

O empresariado, hoje, por exemplo, «tem que ser salvo». As burguesias comercial e industrial teriam

que pagar à burguesia financeira. Mas, como estão todos falidos, isso não pode ser feito a nenhuma taxa de juros. Por essa razão, muitos vêm reclamando, com decrescente pudor, que a única solução é a de que o Estado «assuma» essas dívidas. Por outras palavras, um carnaval universal.

Mas, para isso, o Estado enfrenta o mesmo problema do capital financeiro: ninguém será tão louco que vá comprar títulos da sua dívida e, mesmo que pusesse à venda os edifícios dos ministérios públicos, não encontraria compradores. E ainda que os encontrasse, não seriam suficientes — nem de longe — para pagar a dívida. Resta então a emissão de papel moeda. Mas, a gigantesca massa de dinheiro necessária, não tem apoio nem na (falida) estrutura produtiva, nem em divisas oneradas por uma balança de pagamentos negativa e por uma fenomenal dívida externa. Os cálculos dessa massa de dinheiro variam, evidentemente, mas tudo indica que a dívida da indústria, do comércio e de parte do sector agrário não é inferior ao valor acrescentado em um ano inteiro desses sectores. O único e evidente resultado no caso de ser feita essa opção: uma inflação galopante que, somada à de hoje, nada desprezível, acabaria por acabar com tudo.

Assim, diante da alternativa de seguir esse temível caminho ou de aplicar critérios sensatamente capitalistas — como, por exemplo, o pagamento da dívida a curto prazo — que por isso mesmo não podem funcionar, o presidente Viola e o ministro da Economia, Sigaut, inventam pacotes económicos, desvalorizam-se politicamente a taxas ainda maiores que as do etéreo peso e balbuciam asneiras sobre «a participação» e «os grandes destinos nacionais».

Ao mesmo tempo, a queda dos salários e o desemprego aprofundam-se numa dinâmica que somente pode ser produto do génio subversivo: uma maltratada balança de pagamentos, uma imensa dívida externa — não utilizada em investimentos, mas somente no festim financeiro —, taxas de juros fantásticas que acabam por devorar todos os devedores, um insondável *déficit* fiscal e, como resultado combinado de tudo isso, a mais profunda recessão conhecida pela castigada Argentina.

Importar lixo

É lógico, alguns ganharam — e muito: os ilustres «intermediários» de sempre, os que souberam entrar e sair e voltar a entrar e a sair do fantástico festim financeiro destes últimos anos e — se sobreviverem à sua própria falência actual — os grandes grupos que compraram a preço vil o que lhes foram deixando os burgueses que tiveram o escasso talento de se declararem falidos antes de tempo. Nenhum deles — talvez

cúmplices da subversão que, como se sabe, é apátrida e desnacionalizante — imobilizará um centavo num país, seu ou não, tão louco como este.

Também ganharam — e muito — os comerciantes industriais que se alertaram a tempo e puseram-se a importar todo o lixo do mundo (capitalista, claro). Mas agora, com a desvalorização do peso e certas restrições à importação, essa festa também acabou. Alguns encontram-se com imensas reservas das prescindíveis inutilidades que importaram, outros foram mais prudentes, mas todos têm que inventar outra maneira de ganhar dinheiro, pois reactivar fábricas, como vimos, seria uma péssima ideia.

Consequência: os que ganharam as quantias siderais que resultam de qualquer estimativa da redistribuição da receita produzida no período e da acumulação da dívida externa, não podem, não querem e nem podem querer que esse capital apareça nesta arrasada economia. A Argentina — não somente através das vagas de turistas — foi a grande exportadora dos capitais que hoje são devidos ao exterior, com os juros correspondentes.

O resto de tão saudável «empresariado» simplesmente faliu, seja ou não essa a sua situação legal hoje. É claro que alguns proprietários dessas empresas falidas são hoje — individualmente — mais ricos do que nunca. Porém, esta é uma história diferente da dos efeitos estruturais das relações entre classes, economia e Estado que determinam a actual situação da Argentina. Uma boa parte do capital fugiu e a burguesia em geral foi engolida pela sua congénere financeira. Esta, por sua vez, deve tudo a um Estado que não tem — mais precisamente, que não é, nem pode ser — o capital com que poderia resgatar essa má piada da história, esta *contradictio in terminis* que é uma burguesia sem capital.

Outra consequência não menos subversiva é a universal raiva dos argentinos. O que foi feito em termos de repressão, já é conhecido. Perfidamente, *Joe* e os seus apaniguados deixaram que alguns homens de uniforme e civis fizessem esse trabalho enquanto, com a «paz social» e o «sentido da autoridade» assim estabelecidos, se dedicavam a construir uma nova dinâmica, moderna e eficiente. Claro, isso não podia ser compreendido pelos operários e empregados, contaminados por tantos anos de demagogia. Também não puderam compreendê-lo os empresários que argumentavam, em voz baixa, que *Joe* estava equivocado. Foram devidamente condenados pelas suas perversas motivações, economicamente pressionadas com esse estilo oligárquico que, às vezes, é tão pouco subtil, e quando necessário, aterrorizados pessoalmente.



«Os comerciantes e industriais puseram-se a importar todo o lixo do mundo, mas com a desvalorização do peso essa festa acabou»

O Sumo Pontífice

Como triunfaram, tão rápida e plenamente, os subversivos que chegaram ao governo com o golpe de Março de 1976? Em primeiro lugar, porque os que tinham algo a dizer contra, foram «persuadidos» a não fazê-lo. Em segundo, porque quase toda a burguesia e boa parte da pequena burguesia foram os perfeitos idiotas úteis a *Joe*. Aterrorizados com a mobilização popular e operária pré-1976, gritando o seu agradecimento e batendo no peito por terem especulado demasiadamente, arrojaram-se aos pés dos seus salvadores militares e civis.

Os primeiros sabiam como impor a ferro e fogo a «ordem» pela qual esses trémulos burgueses e pequenos burgueses suspiravam. Os civis, com *Joe* como Sumo Pontífice, sabiam para onde tinham que levar o país, de uma economia de especulação para uma economia de produção. E os idiotas úteis acreditaram neles e acreditaram também que o caminho para tão louvável meta passava por uma «sinceridade de preços» — à excepção dos salários, que nunca foi tão mentiroso —, pela eficiência, pela abertura da economia e, em geral, pela implantação das liberdades — económicas — que têm imperado na nunca tão livre Argentina. O anterior — o protecçãoismo industrial, estatismo, «salários artificialmente elevados», negociações colectivas e outros horrores no estilo — eram execrências que estavam sendo superadas, como tantas vezes repetiram levantando a voz.

Do caminho de *Joe* e seus sequazes — eficazmente ajudados pelo silêncio imposto pela repressão — certamente, tiveram que desaparecer «as empresas

artificiais» e os «empresários ineficientes». E estes tiveram a sorte de «desaparecer» somente do mercado. Alguns queixaram-se mas, como *Joe* gostava de repetir, isto era a melhor demonstração, por um lado, de como eram artificiais e ineficientes e, por outro, da imparcialidade com que estava a distribuir entre todos os custos do progresso.

O notável é que, ganhando ou perdendo dinheiro, toda a burguesia, praticamente, «entrou no jogo». Cada vez que se mostrava que um grupo tinha implicações estatistas, proteccionistas ou ineficientes, esses burgueses retrocediam aterrorizados, doessem ou não os seus interesses imediatos. *Joe* tinha que ter razão quando pontificava que o único caminho possível era o seu, num tom que excluía aceitar receber qualquer informação dissonante.

Assim, perdendo ou ganhando, esses bons burgueses, ansiosos depois de tantos sustos por um «Grande Pai» que os protegesse para sempre da militância popular e que lhes dissesse como iria ser o seu país do qual eram a classe dominante, consentiram cada passo no caminho para o qual eram levados. Até meados de 1979, percorreu etapas como a severa queda de salários e a perda de acesso a diversos serviços públicos dos sectores populares — preço da «eficiência» que pouco comovia esses bons burgueses; liberalização dos preços; liberalização de mercados; estrondosos aplausos de um capital financeiro internacional que, como vimos, tinha excelentes razões para isso; e a primeira dança de falência e escândalos financeiros.

A tabela mágica

Foi então que, vendo aproximar-se o mês de Março,

Viola (à direita) abriu a Videla (à esquerda) o caminho para a presidência em 1976. Agora, em 1981, Massera (no meio) apresenta-se como alternativa a ambos, com um discurso acirradamente nacionalista



o grande chefe da subversão tomou a sua mais genial medida, a que coroaria todos os seus esforços para liquidar a burguesia: implantou *La tablita* (tabela das desvalorizações programadas), instrumento com o qual produziu uma sólida, enorme e crescente sobrevalorização do peso. Num esquema sustentado na renovação de créditos externos a curto prazo, a *tablita* prefixava a taxa de desvalorização do dólar muito abaixo de qualquer estimativa razoável da taxa de aumento dos demais preços internos, de modo que aqueles créditos tornaram-se muito rentáveis.

Resultado; as exportações baixaram verticalmente e as importações cresceram como cogumelos. Esmagados entre os dois braços da pinça, a indústria e a balança de pagamentos — já em má situação — tiveram quedas vertiginosas nas suas colunas de débito. Para tapar o cada dia maior buraco no sector externo, mais do que nunca foram necessárias as renovações dos bastante especulativos e voláteis empréstimos externos a curto prazo.

Para atrair esses créditos, é claro, a taxa de juros interna tem que ser significativamente superior à taxa esperada de desvalorização interna da divisa com a qual é feito o empréstimo, pois de outra forma esse dinheiro não vem.

La tablita tinha que ser mantida a qualquer preço. E foi-o gerando as incríveis taxas de juros que acabaram por arrastar quase toda a burguesia comercial e uma boa parte da agrária para o desastre industrial.

Mas faltava ainda completar a obra-prima. No início, essas supertaxas de juros inflacionaram os balaços de bancos e empresas financeiras, mas como já vimos esses lucros resultaram apenas nominais. Cada vez havia menos de quem cobrar esses lucros, ao mesmo tempo que as sucessivas renovações das dívidas a essas taxas de juros — da mesma forma como a dívida externa também pesava sobre o país — adiavam e agravavam a explosão que não poderia deixar de se fazer sentir.

Se algo faltava, pouco antes de deixar o Governo, os cada vez mais espectrais Videla e Martinez, num gesto evocador de ritos arcaicos, queimaram o símbolo do seu poder; com uma inesperada desvalorização liquidaram a *tablita*, comprovaram a todos a falência total — interna e no sector externo — que haviam conseguido, e deixaram o pobre Sigaut mergulhado numa orgia de desvalorizações. A burguesia fora expropriada, a economia estava arrasada; os burgueses e militares que os acompanharam perguntarão a si mesmos, até ao fim dos seus dias, que diabo aconteceu.

O país tem que pagar a imensa conta de um festim financeiro pelo qual nem uma simples propina foi deixada e o povo mastiga uma das raivas mais completas e justificadas da história.

Completando assim esse genial plano subversivo, num outro rito de que parecem macabramente gostar, Joe viajou para a Grécia e Videla sadomasoquista impenitente, parece que está a escrever as suas memórias.

Mas o «processo» segue triunfalmente a sua marcha, e agora temos de nos ocupar dos seus herdeiros.

O cavaleiro da triste figura

Aquém de todas as imensas tragédias que subjazem a tudo isso, emerge a triste figura de um personagem cujo rosto parece ter sido talhado para esse papel. Viola, mais inteligente e mais hábil do que o seu amigo Videla, abriu para este o caminho da presidência em 1976. Foi então que, *noblesse oblige*, ficou combinada a futura presidência de Viola. Prolixa e consequentemente, Viola, como comandante chefe compartilhou os anos mais duros da repressão e as maravilhas que estavam sendo feitas com a economia, permanecendo por detrás dos números e equações desses péssimos tecnocratas. Hábilitoso, deixou entender — cada vez mais, à medida que se aproximava o seu turno na

Presidência — que com ele as coisas seriam diferentes.

Viola acreditava que, por um lado, a economia já estaria ordenada e no rumo da plena eficiência e que por essa razão poderia ser benévolo para com certos interesses, sem excluir os de alguns dirigentes sindicais já habituados a rodar em torno dele à espera de alguma migalha. E por outro, poderia ser aberto um «diálogo» e, assim, dar aos bem domesticados políticos que também começavam a rondá-lo, algo com que se entreterem; o mais penoso trabalho repressivo também correspondera ao primeiro a exercer a Presidência, Videla.

Foi um projecto bem pensado e executado, com o qual se sobrepôs às objecções da parte do seu eleito-rado militar e aos ciúmes da Marinha. Um êxito? Não um fracasso. Porque se tudo isso era imaginável quando foi «eleito» presidente, depois do fatídico Verão deste ano, Viola, Sigaut e os ilustres representantes dos grandes interesses que ingressariam no seu gabinete, acordaram, juntamente com outros, diante da evidência da catástrofe produzida por *Joe*. Nada de economia bem ordenada, em crescimento e em cômoda posição internacional. E nada tampouco do «consenso» sobre o qual instrumentaria, mediante «diálogo» e «participação» a democracia «moderna e eficiente» (igual à economia) com a qual Viola ganharia o seu monumento.

Devaneios políticos

Grave problema para quem chega ao Governo onerado de duas dívidas. Uma, a de ratificar a imagem de que, ainda que às vezes façam umas coisas um tanto feias e não deixem ninguém falar, estas ditaduras tomam decisões eficientes e racionais, sem estarem entorpecidas nem pelos «interesses sectoriais», nem pelos devaneios dos «políticos». Pelo contrário, nunca se vira um «saco-de-gatos» tão desconcertado como o que se supõe governar a Argentina. *Joe* pelo menos dava a impressão de que sabia o que fazia.

Mas a segunda dívida é ainda mais pesada. Viola é politicamente um liberal — o que, como é sabido, não é contraditório na Argentina com o facto de se presidir a uma ditadura. Quer isso dizer que, em contraste com alguns dos seus camaradas, gostaria de legitimar o «processo» através de eleições. Para isso, apesar de mil proscricões e armadilhas, há a necessidade de votos, próprios ou emprestados.

Entre os frutos da gestão económica, o agradecimento de muitos por terem sido salvos do pesadelo anterior a 1976, o apoio oferecido por políticos ansiosos por voltarem ao jogo, mais a habilidade de Viola, mais a docilidade das direcções dos «radicais», mais o

seguro fraccionamento do peronismo — era esse o raciocínio —, não haveria problemas em formar um «Partido de Apoio ao Processo» e/ou fazer os acordos necessários para preparar umas lindas e tranquilas eleições.

Mas o que esse esquema desconhece — como sempre — é a escassa maleabilidade com que o povo nele se encaixa. Esse é o grande problema no qual sempre tropeça a direita argentina: não tem votos para sustentá-la. Viola está (ele, tapou a boea dos seus camaradas menos liberais com a isca dos votos que futuramente atrairia pela sua eficiente gestão, a sua habilidade política e a consolidação do «consenso» que seria conseguido) com um cheque sem fundos que os incautos que nele acreditaram agora querem cobrar. O facto de até agora não o terem posto fora é consequência de que os militares também não têm a menor ideia do que fazer com o presente deixado por *Joe*.

Certas «oposições»

Todos aqueles que constataram que tudo ia muito pior do que pensavam, que o grande «Papá Joe» arruinou todos, e que os grandes «papás» de uniforme continuam a gritar, mas não podem ocultar a sua própria raiva e desconcerto.

Imaginem também uma situação em que essa rapi-nagem, ao país e a cada um, foi feita às claras.

Imaginem uma burguesia e uma pequena burguesia que apoiaram o advento de um Governo «forte» e que aceitaram (alguns com o procedimento típico de não tomar conhecimento) os horrores cometidos. Depois destes anos, descubrem subitamente que estiveram profundamente enganados em benefício do capital financeiro, sobretudo daquele que, de origem local ou não, operou do exterior. Finalmente, imaginem que essas classes não só saíram de um grande susto diante da mobilização popular e operária, mas também, ainda por cima, têm defendido a saída chauvinista de uma guerra com um país vizinho.

Somemos a tudo isso a agitada inflação, a bancarrota universal e outras desventuras, agitemos bem... e teremos a probabilidade de um vigoroso movimento fascista.

Candidato a líder

Porém, para isso também faz falta um candidato a líder que, para sê-lo, tem que ter abundantes méritos antipopulares e anticomunistas, ter sido o duro entre os duros (se não, como vai oferecer-se como a última garantia para essas falidas e deconcertadas classes dominantes?), criticar duramente a usura, combater a estrangeirização com os discursos mais acirradamente

nacionalistas, prometer mundos e fundos ao «empresariado nacional» e à pequena burguesia, vestir-se com um virtuoso (ainda que, admitamos, não muito convincente) moralismo, explicitar, para nervoso prazer dos seus ouvintes, a sua voracidade pelo poder, e criar um «Movimento, que, sem necessidade de partidos políticos nem de eleições — parafernália dos «liberais» —, levá-lo-á ao poder.

Trata-se, obviamente, do almirante Massera que, como também é típico nos discursos fascistas de antes do assalto ao poder, derrama lágrimas de crocodilo pela queda dos rendimentos e do nível de emprego do povo e tenta cooptar os mais oportunistas entre os que se dizem seus representantes. Como não é menos típico, Massera aparece como sendo o homem (com todas as conotações machistas) que, no meio dessa confusão, é decidido, audaz, e sabe o que quer. Além disso, os seus adversários no regime (ou foram os seus amigos?) acabam de presentear-lo com a aura de vítima, um pouco metafórica, é verdade (num país onde se passou o que se passou e onde Massera fez o que fez) decretando para ele alguns dias de «prisão domiciliar».

Massera, é claro, tem acesso à Imprensa e à parte dos meios de comunicação de massas. E — Não poderia ser de outra maneira com um almirante da nação — não tenhamos ilusões, o que diz cai em solo fértil, nesse terreno de raivas, de implicados fracassos e de profundo medo dos sectores populares, que dão um feio pano de fundo às ânsias desses burgueses e pequenos burgueses, tão contentes em Março de 1976 e que tão descontentes estão hoje. É a eles que o almirante se dirige.

Massera tem razão. Nesse quadro ideológico, e nas não menos desconcertadas Forças Armadas (para as quais o seu próprio passado é a melhor garantia de que não se olhará para aquilo que foi feito durante estes anos), ele tem uma real possibilidade.

Liberais como Viola jogam a sua sorte nessa possibilidade, mas, na medida em que naufragam em erros e impotências, e na medida em que o sinistro fantasma da guerra contra o Chile possa ser agitado a qualquer momento, Massera —, assim como outros chefões em actividade que estão muito mais próximos dele do que de Viola — tem que ser levado muito a sério. O problema é que a repressão que continua vigente e a que está disposta a mobilizar-se, torna muito difícil um engajamento da pequena burguesia com as reivindicações populares ou, pelo menos, o desvio da sua disponibilidade pré-fascistizante para melhores direcções. Por enquanto só existe a confluência política hegemónica pelo Partido Radical na convocatória Multipartidária,

Esse partido, com o visto bom de muitos dirigentes

peronistas, tem-se colocado numa atitude oportunista e delibera, conscienciosamente, se virá ou não admitir nas discussões «partidos de esquerda» (muitos dos quais merecem as aspas) e convidar «fura-greves» da CNT e os 25 que recentemente traíram a greve nacional (sobre a qual nada disseram). Então, é muito pouco o que se pode esperar — além de abrir novas brechas no interior do regime — como começo de uma alternativa política popular. Pelo menos enquanto persistirem essas atitudes oportunistas.

O legado de violência, de catástrofe económica e da implantação do regime que deixaram Videla, Martínez de Hoz e os seus colaboradores — muitos dos quais, não somente nas Forças Armadas, continuam impolutos nas suas altas posições — requer ao menos duas coisas. Uma, imediata: não se deixar confundir com as possíveis e crescentes tensões entre o sector encarnado por Viola e as correntes fascistas. É na oposição a ambas (porque ambas são faces desse regime) que está a verdadeira oposição, ainda que tacticamente seja conveniente que as linhas mais fascistas não arrasem os «liberais autoritários». A segunda, que desgrazadamente só será viável a médio prazo, é a articulação das instâncias políticas que se engajarão com as reivindicações e aspirações populares e operárias, esmagadas na duríssima experiência dos últimos anos. E nela devem ser incluídas as diversas correntes do peronismo e outras forças externas a ele.

É uma lástima que, não somente pela repressão, mas também porque ainda não digerimos as nossas derrotas, nem delas tirámos os devidos ensinamentos, não exista hoje na Argentina uma força que possa encaminhar correctamente as consequências da expropriação da burguesia levada a cabo por Joe, esse grande subversivo. □

Em 1980, o total de falências na Argentina atingiu a cifra de mil e 200 mil milhões de dólares, o que corresponde a um aumento de 184% das falências em relação ao ano anterior, segundo dados dos jornais *Clarín* e *El Cronista Comercial*. Se somadas as liquidações feitas fora dos cartórios, o número de falências seria ainda maior.

As dívidas dos sectores produtivos com as entidades financeiras, em Julho deste ano, eram estimadas em 10 mil milhões de dólares, isto é, superior ao total das exportações do país. *Clarín* conclui que a «falência real do sistema económico durante o ano passado e a que se projecta agora adquirem características explosivas».

Panamá

A morte de Torrijos

O general falava com o ex-presidente Carter com o mesmo à vontade com que se entrevistava com Fidel.

Com a sua morte a América Latina perde um mediador inigualável nos grandes momentos de tensão, ouvido e acatado por governantes e líderes de todas as ideologias

Paulo Cannabrava *



Omar era o sexto filho dos doze de um casal de professores primários. O seu pai era colombiano e a sua mãe nasceu na província de Veraguas. Ele próprio foi professor antes de entrar para a Guarda Nacional.

Posteriormente, fez vários cursos na Escola Militar de El Salvador, onde se graduou como tenente em 1952.

ERAM 11 horas e 43 minutos da manhã do dia 31 de Julho quando o avião de Omar Torrijos desapareceu. A notícia soube-se no Panamá só ao meio-dia do dia 1 de Agosto, mas só no dia seguinte é que as equipas de busca e salvamento encontraram os destroços do aparelho — um «Twin-Hotter FAP 205», de fabricação canadiana — e se confirmou a morte de todos os seus ocupantes.

Omar estava em Coclesito e foi a Penonome, uma vila com cinco mil habitantes, na província central de Coclé, a 146 quilómetros da capital. Tinha ido fazer um tratamento den-

(*) Paulo Cannabrava, nosso actual representante em S. Paulo, foi correspondente de **cadernos do terceiro mundo** no Panamá e colaborou com o general Torrijos em muitos momentos cruciais das lutas populares da América Central.

Uma semana antes da morte do general, Cannabrava esteve várias vezes em sua companhia, recolhendo importante material político que agora ganha novo significado. Paulo Cannabrava viajou ao Panamá em representação de **cadernos do terceiro mundo** ao funeral daquele líder latino-americano.

tário. No regresso, ocorreu o acidente.

Isolada entre as montanhas, a comunidade camponesa de Coclesito está localizada a cerca de mil metros de altitude. Omar procurava o local para se refugiar dos muitos afazeres do seu cargo e aproveitava o tempo para dirigir pessoalmente um projecto agrícola comunitário muito original, onde testava um modelo de produção que sonhava estender a todo o Panamá.

O avião despenhou-se a 42 metros do cume do Cerro Marta, na entrada de Coclesito. Na sua última transmissão pela rádio o piloto do aparelho, o capitão Azael Adames, informou que estava a ver a vila. Depois veio o silêncio.

Acidente ou atentado?

O impacto da explosão foi tal que impossibilitou a reconstituição do corpo do general Torrijos. A explosão fez separar a cabeça do resto do corpo, que ficou totalmente calcinado; a sua identificação só foi possível através do pouco que sobrou da parte das costas e de uma das mãos.

O general Torrijos foi velado pelos panamianos em caixão fechado, coberto com a bandeira nacional. Como não o vissem na sua última vigília, as gentes não o acreditavam morto. Da mesma forma que o povo não acredita que a morte do general tenha sido acidental. Nas ruas a CIA é acusada de ter praticado um atentado. São lembradas as conspirações contra o general e as descobertas de planos (existem pelo menos dois casos) para o assassinar. Daí que tenham circulado versões de que Torrijos tenha sido vítima de um atentado perpetrado pelo aparelho dos serviços secretos dos EUA. A juntar a isto, diga-se que a experimentada tripulação do aparelho conhecia bem a região e custa a crer na hipótese de um acidente.

Poderia ter havido porém uma falha humana. A peritagem feita no local sugere que o piloto poderia ter perdido o controlo do aparelho ao ser surpreendido por uma turbulência.

Em nota oficial o Departamento de Estado norte-americano qualificou de «falsa e atroz» a acusação de estar por detrás de um presumível atentado. A Guarda Nacional Panamiana, por seu lado, afirmou oficialmente que as investigações prosseguem e que os seus resultados serão apresentados à justiça.

Acidente ou atentado, o facto serviu para que inúmeras personalidades políticas da América Latina que assistiram ao funeral chamassem a atenção para as terríveis coincidências em que se têm vindo a produzir os desaparecimentos de importantes personalidades do continente, envolvidas, de uma forma ou de outra, na luta contra as forças reaccionárias dos seus países e internacionais. Em 1979, morreu o ministro da Defesa do Equador, general Rodrigues, homem de confiança do presidente Roldós, com quem estava a tentar realizar mudanças profundas nos altos comandos militares do país. Em 24 de Maio de 1981, foi o próprio presidente Jaime Roldós Aguilera que morreu num acidente aéreo, em circunstâncias não esclarecidas, na costa sul equatoriana, na fronteira com o Peru. Um padre e uns camponeses que presenciaram o acidente afirmaram que o avião caiu em chamas. A opinião pública continua ainda hoje a exigir que as Forças Armadas do Equador divulguem o conteúdo da **caixa negra** do avião presidencial.

Um detalhe importante: Roldós, na véspera da sua morte, havia decretado a expulsão do país do Instituto Linguístico de Verão, norte-americano. O presidente tinha comprovado que a instituição servia de disfarce a operações de espionagem e ingerência nos assuntos inter-

nos do país. Dois dias antes da sua morte, o presidente equatoriano tinha tomado outra decisão de transcendente importância: assinara o decreto de modificação da lista de promoção das Forças Armadas, destituindo o ministro da Defesa, general Subia, que não estava de acordo com os seus planos de governo.

Na mesma faixa do litoral onde morreu Roldós, só que um pouco mais a sul, caiu, sem deixar sobreviventes, a 18 de Junho seguinte, o avião que conduzia o comandante do Exército peruano, general Hoyos Rubio. Hoyos era o último remanescente do **velasquismo** e um opositor ao retrocesso nas conquistas conseguidas com Alvarado, sobretudo contra a desnacionalização da indústria petroléira (Petroperu) e os contratos de risco com empresas transnacionais, política patrocinada no país pelo actual Governo de Belaúnde Terry e Manuel Ulloa.

«Sigam em frente!»

No Panamá, dirigentes do Partido do Governo, Partido Revolucionário Democrático, que choravam a morte de Torrijos disseram-nos: «Veja a nossa tragédia. É como se nos estivessem a preparar um grande golpe. Primeiro foi Ruben Dário Herrera, economista, amigo de Torrijos, ideólogo do PRD e autor do projecto do Cerro Colorado, a terceira mina de cobre do mundo. Ruben morreu de enfarte. Também de enfarte morreu Ascanio Villalaz, secretário do PRD, homem de confiança de Torrijos, que desenvolvia a linha de organização do partido. Depois António Yepes, jovem dirigente do PRD na província de Colón, que deixou um vazio tão difícil de preencher como o deixado por Ascanio. Agora morre Torrijos. O que vai ser do Panamá sem ele?»

Omar Torrijos previu e anunciou ao seu povo que estava perto da morte e que esta seria violenta.

como violenta era a luta em que todos estavam empenhados. Disse ele: «No dia em que eu morrer, peguem na bandeira, beijem-na e sigam em frente».

O regozijo da direita

Esta foi a frase mais escutada no Panamá durante os dias de luto. No cemitério, todo o povo presente repetia o juramento feito por Geraldo González, secretário-geral do PRD, no seu discurso de despedida: «Juramos ser fiéis aos ensinamentos, princípios e objectivos que o general Torrijos traçou para a nossa pátria e multiplicar a nossa combatividade para os levar por diante».

Os pequenos partidos de direita do Panamá alegraram-se com a morte de Torrijos e houve quem, exilado por conta própria em Miami, tivesse comemorado com *champanhe*.

Pela Televisão, Ricardo Arias Calderón dirigente da diminuta e reaccionária Democracia Cristã panamiana, afirmou que a morte de Torrijos encerrava uma etapa na história do país, produzindo um vazio dentro do governo que necessariamente teria de ser preenchido por uma reorientação com base em esquemas «totalmente democráticos».

A oposição acusava Torrijos de ter retirado todo o seu poder e reclamava a realização de uma Assembleia Constituinte que liquidasse o poder popular. Em S. Paulo, antes de viajar para assistir ao funeral, alguns colegas da Imprensa perguntavam-me: «Como é possível que vocês chorem pela morte de um general?»

«O grande ressuscitado»

Durante os dias de vigília — e também durante o enterro — o povo panamiano rendeu homenagem a Torrijos. Nas ruas, havia cerca de 500 mil pessoas, incrivelmente disciplinadas, de dor estampada nos

No cortejo, da
catedral ao
cemitério Amador,
500 mil pessoas
acompanharam
numa marcha
silenciosa o corpo
do general morto



rostos: tinham ido render-lhe a última homenagem.

A sua última viagem, da catedral, para o cemitério Amador, foi um verdadeiro plebiscito de reconhecimento a toda a sua obra. Uma impressionante demonstração de carinho que fez o comandante Tomás Borge, dirigente da Frente Sandinista da Nicarágua concluir: «Omar, és o grande ressuscitado».

Com efeito, todos estes acontecimentos levam a crer que a presença de Omar Torrijos — agora em espírito — é a garantia da unidade das forças *torrijistas* e da continuidade do processo por ele iniciado em Outubro de 1968. Até àquela época, o Panamá era uma mera sociedade prestadora de serviços do enclave colonial da Zona do Canal. A partir de então, sob a orientação do general Torrijos, o Panamá insere-se na geografia latino-americana, integra-se como nação, começa a produzir e até a exportar alguns produtos.

Foi também o general quem conduziu o processo de negociação que culminou com os novos tratados

Torrijos-Carter, garantindo um programa de descolonização da faixa conhecida como Zona do Canal.

«Não quero entrar para a História, quero entrar na Zona do Canal», costumava dizer Torrijos. Quando, porém, foi conquistada a soberania sobre aquela zona, Torrijos não quis aparecer, para que não ocupasse o lugar que pertencia ao verdadeiro protagonista da festa, o seu povo. Hoje, morto, Torrijos foi levado para o Cerro Ancón, localizado onde ficava a zona do Canal, e entrou, também, definitivamente, para a História.

As contradições internas

O coronel Floréncio Flores Aguilar, que sucedeu a Torrijos no comando da Guarda Nacional, teve um gesto emotivo antes do corpo do malogrado general ter descido ao sepulcro: bebeu do cantil de Omar, procurando, desse modo, dar a entender que com aquela atitude simbólica recolhia forças e inspiração para prosseguir. «Torrijos deixou a

sua mensagem de esperança ao índio, ao trabalhador e ao camponês. As nossas armas honrarão sempre a sua memória. Até logo comandante», disse Flores.

Antes da morte de Torrijos, especulava-se muito sobre a existência de sérias contradições entre os dirigentes panamianos, o que ameaçaria a continuidade do processo. Contradições no Estado-Maior da Guarda Nacional, contradições entre a Guarda Nacional e o governo do presidente Aristides Royo, entre grupos de tendências diversas no Partido Revolucionário Democrático e entre a esquerda do PRD e a presidência.

Paralelamente, falava-se que a esquerda se estava a unir e fazia planos para retomar o poder. Sectores conservadores dos EUA, com o apoio da CIA e da direita panamiana, estariam a pôr em marcha um plano de desestabilização no Panamá.

Actualmente, todas essas preocupações continuam presentes. Mas têm sido vários os membros do Estado-Maior da Guarda Nacional que, com profunda emoção, têm afirmado: «Sabemos que todo o

mundo tem os olhos postos em nós. Não vamos, porém, deixar-nos abater por coisas pequenas. Estamos seguros que prosseguiremos em frente, seguiremos a mesma linha».

As palavras do presidente

No Estado Maior também se afirma que «as ordens continuam a ser por *ele* assinadas». «Aqui nada mudou».

«Os amigos do general — disse-me o coronel Paredes — não têm que se preocupar, pois têm em nós amigos também».

Torrijos era o único general de Brigada da Guarda Nacional Panamiana. Postumamente, o Estado-Maior concedeu-lhe a promoção a general de Divisão.

Também o presidente Aristides Royo fez uma afirmação de fidelidade *torrijista*. Perante os restos mortais do general, afirmaria: «Seremos leais aos seus princípios, leais às suas acções. Manteremos os objectivos que se traçaram: o apoio ao poder popular, a unidade entre o poder popular, a Guarda Nacional e o partido que o senhor idealizou, o

Partido Revolucionário Democrático, mantendo as lutas e os objectivos pelos quais o senhor se sacrificou».

Acrescentou ainda, na ocasião, o presidente Royo: «Devemos dizer-lhe, general, que ainda depois de morto continuaremos a lutar por estes objectivos, pelos planos por você traçados, pelas eleições de 1984, para que o povo eleja aqueles que sabe serem os seus amigos. Continuaremos a lutar para que os norte-americanos cumpram fielmente o Tratado que leva o seu nome. E continuaremos a lutar por novos objectivos, mas com uma finalidade e um pensamento. O autêntico protagonista da luta do nosso povo é o próprio povo».

Os amigos de Torrijos

Torrijos era um homem singular — odiado por uns quantos panamianos por constituir um freio às suas ambições de poder e/ou de enriquecimento — ele gozava e continua a gozar da simpatia e do respeito de grandes líderes da política mundial. Entre os seus amigos mais próximos contam-se Gabriel Garcia Márquez, o novelista latino-americano mais premiado, o poeta e escritor Rogélio Sinam, Jorge Amado e Graham Green.

Um dos seus ajudantes e amigo muito próximo, José de Jesús Martínez (*Chuchú* Martínez), sargento da Guarda Nacional, é catedrático em Filosofia, professor de Lógica e Matemática, poeta, teatrólogo, piloto e lutador de karaté. Era ele que recebia os intelectuais que visitavam o Panamá e os acompanhava em viagens ao interior do país, como intérprete e secretário. *Chuchú* fala alemão, inglês, italiano, francês e entende o português. Com a morte do Torrijos pretende renunciar ao seu posto na Guarda e retomar a sua cátedra na Universidade do Panamá.

O Marechal Tito da Jugoslávia, também já desaparecido, foi igual-



«No dia em que eu morrer, peguem na bandeira, dêem um beijo e sigam adiante» — palavras de Torrijos. Premunição pouco antes da sua morte

mente um grande amigo de Torrijos. Quando visitou o país por ocasião da inauguração da barragem hidro-eléctrica de Bayano, construída com a ajuda jugoslava, Tito advertiu o general para a necessidade de ele ter mais cautela nas suas viagens pelo interior do país. Sugeriu mesmo que os frequentes voos de avião e helicópteros fossem substituídos por viagens em automóveis blindados, muito mais seguras.

O ex-chefe de governo de Espanha, Adolfo Suárez, tinha também grande carinho por Torrijos. Quando deixou o governo veio passar 15 dias de férias no Panamá, na companhia do general. Igualmente o secretário geral do Partido Socialista Obrero Espanhol, (PSOE), Felipe González, visitava o Panamá com frequência para dialogar com o general sobre temas ligados à política latino-americana e internacional. Ambos os dirigentes políticos espanhóis estiveram presentes no funeral de Torrijos.

Fidel de Castro quis também despedir-se do seu amigo. Foi impedido, porém, por uma decisão do Partido Comunista de Cuba por questões de segurança, segundo declarou Carlos Rafael Rodríguez, vice-presidente do Conselho de Estado e membro do *bureau* político do partido. Ele e Manuel Piñeiro Lozada chefiaram uma delegação cubana de nove dirigentes presente às exéquias fúnebres.

Torrijos e Fidel falavam com certa frequência. Trocavam conselhos ditados pelas diferentes experiências em que participavam. Os charutos que Torrijos fumava eram feitos especialmente para ele em Havana e levavam selo com o seu nome.

Em Cuba foi decretado cinco dias de luto pelo desaparecimento do amigo e companheiro, líder dos panamianos.

Torrijos visitou Cuba em 1976. E aí recebeu uma grande demonstra-



A morte de Torrijos apanhou todos de surpresa. Era difícil acreditar num acidente

ção de carinho por parte do povo. Em 1979, por ocasião da VI Conferência dos Países Não-Alinhados, esteve de novo em Havana como convidado especial de Fidel, que tomou tal atitude por entender que Torrijos, pela sua importância no Terceiro Mundo, não poderia deixar de participar num encontro daquela importância.

Repercussão na Nicarágua

Mas fora do Panamá, foi sem dúvida na Nicarágua sandinista que mais sentida se tornou a morte de Torrijos. Sete dias de luto pela morte do «irmão Omar». Ao funeral assistiu uma delegação de cinco altos dirigentes da Frente Sandinista e do governo de Reconstrução Nacional.

Sérgio Ramírez, membro da Junta

de governo, recordou que Torrijos, «grande amigo da Nicarágua», desempenhou papel destacado no desenvolvimento da situação política da América Central.

Humberto Ortega, ministro da Defesa, revelou que os sandinistas tinham recebido sábias orientações revolucionárias da parte de Torrijos, as quais procurariam seguir para defender o processo democrático nicaraguense. Torrijos realizou uma extensa visita à Nicarágua logo após o triunfo popular sobre a tirania de Somoza. Por todas as cidades onde passou teve recepção apoteótica e cheia de carinho. Ao povo, os dirigentes sandinistas que o acompanhavam diziam o que o povo já sabia: que o Panamá fora um dos maiores aliados na luta de libertação da Nicarágua, contribuindo, não só no plano político e logístico, mas também com braços e sangue.

Tomás Borge, um dos fundadores da Frente Sandinista (a 23 de Julho de 1961) e actual ministro do Interior da nova Nicarágua, reafirmou já ter dito ao povo do seu país que Torrijos era «o maior amigo da Nicarágua». Disse que, com a sua morte, «a Nicarágua havia perdido um irmão, um irmão que entra definitivamente na História por ter feito entrar o povo panamiano na Zona do Canal».

Mas também para lá da fronteira da Nicarágua, um povo em armas contra a tirania e o neocolonialismo — o salvadorenho — chora a morte de Torrijos. Para expressar este sentimento do povo salvadorenho e render ao general uma última homenagem, esteve no Panamá Guillermo Ungo, presidente da Frente Democrática Revolucionária de El Salvador e dirigente da Frente Farabundo Martí.

Foi no Panamá que foi firmado um documento de unidade entre as tendências oposicionistas nicaraguenses em luta contra Somoza, passo decisivo para o triunfo sandinista. No momento da sua morte, Torrijos estava a jogar tudo na luta pela unidade das forças que combatem a tirania em El Salvador.

Seria muito demorado enumerar todos os amigos de Torrijos, todos os que vieram ao Panamá render uma última homenagem à sua capacidade como dirigente e à sua vocação internacionalista. Torrijos foi, sem dúvida, um grande pilar da unidade latino-americana. No seu velório estiveram Rodrigo Carazo, presidente da Costa Rica, e Pepe Figueres, líder oposicionista daquele país.

Presença insubstituível

Torrijos falava com Carter com a mesma intimidade com que falava

com Fidel Castro. Daí que em momentos de tensão no continente lhe tivesse cabido o papel de mediador, de árbitro. Nisso ele era insubstituível.

É certo que a sua morte deixa um vazio no Panamá; mas deixa um vazio ainda maior na América Central e na América Latina, em geral.

Rafael Cribari, correspondente de **cadernos do terceiro mundo** no Panamá assinalou que a morte de Torrijos aconteceu num momento crucial para a América Central e para as Caraíbas, onde o imperialismo norte-americano faz aumentar os perigos para a região, através da política belicista e agressiva do governo Reagan.

Se a participação de Torrijos foi importante nas lutas pela independência total do seu país, com um hábil enfrentamento ao imperialismo norte-americano nas negociações sobre o Canal — e que culminariam com a assinatura dos tratados que levam o seu nome, em Setembro de 1977 —; também se poderá dizer que a sua projecção internacional se forjou nesse momento. Torrijos adquiriu uma projecção e envergadura tal que se transformou num interlocutor válido para diferentes forças, por vezes mesmo com posições ideológicas antagónicas.

Torrijos soube conciliar a luta do seu povo pela soberania no Canal do Panamá com uma política interna-

cional de apoio às causas de libertação nacional dos povos da América Latina, África e Ásia. Reafirmou uma linha consequente com os postulados do Movimento dos Países Não-Alinhados, de amizade e respeito pela Cuba socialista e de participação solidária e generosa na guerra de libertação da Nicarágua.

O general Velasco Alvarado, morto em 1977, na altura em que era presidente do Perú mandou chamar a delegação panamiana que participava numa conferência de ministros de Negócios Estrangeiros dos Países Não-Alinhados para dizer que ele, Velasco, era um grande admirador de Torrijos. Afirmou então que via no general panamiano um autêntico líder das lutas do Terceiro Mundo.

López Michelsen e Echeverría, ex-presidentes, respectivamente, da Colômbia e do México, mais os actuais presidentes daqueles países, Turbay Ayala e López Portillo, compartilhavam igualmente da amizade de Torrijos.

Ao todo, foram 22 os países que enviaram representantes de alto nível às cerimónias fúnebres do líder panamiano.

Os norte-americanos enviaram ao Panamá o general David Jones, chefe do comando do exército, a esposa do vice-presidente do país, Bárbara Bush e Elsworth Bunker, um dos negociadores do tratado do Canal. □

Investigação

Desde o dia 6 de Agosto que uma comissão presidida pelo Procurador da República, Omedo Miranda, está a apurar as causas que determinaram o acidente em que morreu o Chefe da Guarda Nacional Panamiana, general Omar Torrijos. Integram a comissão um fiscal auxiliar, três oficiais da aeronáutica civil e dois oficiais da Força Aérea panamiana.

O Procurador da República,

que era amigo pessoal de Torrijos, anunciou que as investigações serão levadas às últimas consequências, promessa que, segundo os que o conhecem, será cumprida, não apenas pela amizade que tinha ao general, mas por ser assim todo o trabalho que desempenha.

Logo após o anúncio da morte de Torrijos diversas organizações políticas e jornais do Panamá tinham exigido uma investigação séria sobre as circuns-

tâncias em que a sua morte ocorreu, juntamente com a tripulação do seu avião.

Omar era o sexto filho dos doze de um casal de professores primários. O seu pai era colombiano e a sua mãe nasceu na província de Veraguas. Ele próprio foi professor antes de entrar para a Guarda Nacional. Posteriormente, fez vários cursos na Escola Militar de El Salvador, onde se graduou como tenente em 1952.

«Senegâmbia», versão 81?

A Senegâmbia nasce não de um acto de vontade compartilhado por dois países, mas de um diktat imposto por um país militarmente mais forte — o Senegal — a um Estado cujo poder passou a ser uma simples ficção

Alice Nicolau

UM novo Estado vai nascer na África Ocidental, em fins deste ano ou princípios de 1982: a Senegâmbia. A informação foi dada na capital senegalesa pelos próprios presidentes dos dois países que irão constituir a confederação assim chamada: o Senegal e a Gâmbia. O presidente gambiano, Sir Dauda Jawara, está a empreender uma «tournee» pelo seu país, a fim de convencer as populações da necessidade da união entre os dois Estados, enquanto se aguarda para muito breve a reunião dos parlamentos dos dois países para ratificarem o projecto. Deste modo, após quase vinte anos de uma união sempre verosímil, mas nunca consumada, dá-se o enlace. Na sua versão 81, porém, a Senegâmbia assenta num massacre, e, segundo tudo o indica, começa mal.

Entreposto de contrabando e «paraíso» para turistas

Em princípio, o mais natural seria que a Gâmbia se integrasse no Senegal. Pela geografia, pela população, pela economia, a Gâmbia é parte desse conjunto territorial mais vasto que constitui o Estado do Senegal. Mas quase oito décadas de domínio colonial efectivo britânico criaram, nessa estreita língua de terra, uma realidade histórica, que a diferen-



Sir Dawda Jawara;

ciou do Senegal. Nos seus quase 12 mil quilómetros quadrados de superfície, a Gâmbia — dividida em relação ao Senegal — encontra-se também dividida entre si, pelo arbítrio do processo colonial. Uma zona rural, continental, onde vive o grosso da população e sobre a qual a Inglaterra exerceu um «protectorado», mantendo praticamente intactas as estruturas sociais tradicionais, diferencia-se de uma zona urbana, insular, que foi colónia inglesa e que mais fortemente sofreu o impacto do colonialismo. Daí decorreu uma primeira diferenciação com o Senegal: a anglofonia e o domínio da capital (Banjul sita na ilha de Santa Maria) por uma etnia — Akus — estranha à área, composta de mestiços, muito «ocidenta-

lizados», provindos da Serra Leoa no século passado, «herança» da breve ligação da Gâmbia àquela antiga colónia britânica.

Os Akus dominam as altas funções administrativas e os negócios, constituindo uma elite, a grande base de apoio do regime de Jawara.

Cientes das suas diferenças, e dispostos a explorar em seu benefício as vantagens de constituírem um Estado independente, os gambianos sempre têm oposto resistência à sua integração no Senegal. Para sobreviver como país politicamente independente, a Gâmbia orientou-se por duas linhas fundamentais. A única ameaça à sua soberania política só podia vir do Senegal, país no qual a Gâmbia se encontra «encravada» em consequências dos arranjos feitos por franceses e ingleses na sua partilha colonial em África. Portanto, foi ao Senegal que, logo a seguir à independência, a Gâmbia confiou a sua defesa, ligando-se ao país vizinho por um tratado, em 1966. No plano económico, a Gâmbia, além da agricultura (que ocupa cerca de 80% da população) aproveitou a sua localização geográfica, o facto de dispôr de uma excelente via navegável (o rio Gâmbia) e as facilidades portuárias legadas pela administração colonial para sobreviver. Aplicando tarifas

alfandegárias substancialmente mais baixas que as do Senegal, criando um porto franco em Banjul, tornou-se um entreposto de contrabando na África Ocidental. Escancarando as portas ao capital internacional, criou, ao mesmo tempo, condições para aliar à sua soberania os próprios interesses capitalistas europeus. Aproveitando o «boom» turístico, tornou-se um «paraíso» de veraneantes do Norte da Europa, e, desde o êxito do romance norte-americano «Raízes» de Alex Haley, que colocou na Gâmbia as origens da família negra, cuja saga constitui o trama da obra, popularizada pela TV, acolheu uma importante corrente turística de negros dos EUA.

Assim a Gâmbia se tornou viável economicamente, conhecendo mesmo uma muito relativa prosperidade, que, pelos dados estatísticos, consegue superar a do Senegal. A riqueza do amendoim, os lucros do contrabando e as receitas do turismo foram os três pilares da «autonomia» económica da Gâmbia.

Até ao mês de Agosto de 1981, a Gâmbia, apesar de proclamações em contrário, não mostrou qualquer pressa em se ligar ao Senegal. Este país, por seu lado, apesar de diferentes propostas nesse sentido, também não fez pressões intoleráveis para que a confederação se consumasse.

No ano passado, em Outubro, o assassinio de um oficial superior das **Field Forces** (a força militar da Gâmbia, composta por 500 homens, 300 dos quais operacionais) ofereceu ao poder constituído em Banjul um pretexto para acusar a Líbia de tentar um golpe de Estado contra o regime, e proporcionou ao Senegal a ocasião de uma primeira intervenção militar directa. Com o auxílio das **Field Forces**, 400 «páras» senegaleses entraram na Gâmbia, restabeleceram a ordem e daí a uma semana regressaram ao seu país. O corte de relações com a Líbia, uma

remodelação ministerial, o enforcamento do responsável pela morte do oficial, a ilegalização do Movimento pela Justiça em África — foram as únicas consequências visíveis dessa tentativa de golpe. Na altura, o Senegal voltou a insistir na velha ideia da «Senegâmbia» mas o regime de Banjul não deu seguimento a tais pretensões. Isso não impediu que Dakar alargasse a sua cooperação com o pequeno Estado vizinho, nomeadamente em dois sectores: o aproveitamento do rio Gâmbia e a construção de duas barragens. Nestes dois projectos colabora a Guiné-Conakry, e no último também a Guiné-Bissau.

A ruptura

Este equilíbrio rompeu-se brutalemente quando, na noite de 29 para 30 de Julho, um Conselho Supremo da Revolução, constituído por nove civis e três militares, sob a presidência de um dos dirigentes duma pequena formação clandestina (Kukli Samba Sanyang, do Partido Socialista Revolucionário da Gâmbia) derrubou o presidente Jawara e proclamou que iria instaurar a ditadura do proletariado, acusando o regime derrubado de nepotismo, tribalismo e corrupção, e metendo na prisão todos os ministros.

O que se seguiu a isto é digno de uma história da série negra. Usufruindo dos seus privilégios de chefe de Estado de um país da Commonwealth, estava o presidente Dauda em Londres onde assistira às bodas do herdeiro da Coroa. Logo que tomou conhecimento do que se passava na Gâmbia, telefonou ao presidente senegalês, pedindo-lhe que intervesse prontamente para restabelecer a ordem na Gâmbia. De Dakar partiram imediatamente tropas por terra e ar. Ao mesmo tempo, Jawara despedia-se de Londres e embarcava num avião a caminho do Senegal, acompanhado de dois agentes das

tropas especiais britânicas, os primeiros dessa força que extravasaram do solo irlandês. Enquanto os senegaleses «limpavam» a agitação entre os gâmbianos, os dois homens idos de Londres libertavam a mulher do presidente Jawara e ajudavam a evacuar os 850 turistas europeus, bloqueados no interior dos seus casulos de luxo pelos acontecimentos sangrentos que os rodeavam.

Durante as 200 horas que o Conselho Supremo da Revolução esteve em condições de resistir às tropas invasoras, pouco se pôde saber da verdadeira magnitude dos acontecimentos. Depois de tudo acabado, as conclusões a que as próprias autoridades gâmbianas chegaram são catastróficas: mais do que uma conjura de aventureiros com «slogans» despropositadamente revolucionários, os acontecimentos na Gâmbia foram um autêntico levantamento de massas. Levantamento que teria de facto vingado sem a intervenção das tropas estrangeiras. Nele estavam implicadas as massas desperdadas dos bairros pobres da capital que, de armas na mão resistiram aos invasores, mas também a quase totalidade das **Field Forces**, alguns elementos da polícia, os partidos da oposição legal, semi-clandestina e clandestina, e elementos do próprio partido governamental. Chefes religiosos da província senegalesa de Casamance (separada do resto do país pela Gâmbia e palco de séria agitação contra o governo de Dakar) juntaram a sua voz à dos revoltosos, avisando os soldados senegaleses de que seria melhor desistirem da sua acção.

Só ao fim de oito dias, as tropas senegalesas (que entretanto assumiram o controlo da segurança interna do país, sob todos os seus aspectos) conseguiram liquidar o levantamento. Com um saldo impressionante de mortes — mais de 500. As devastações na capital foram extremamente graves, não só pelos com-



bates, mas pelo assalto que as populações famintas e os presos libertados da cadeia fizeram aos estabelecimentos.

Nada se sabe ao certo sobre o destino de Sanyang, que provavelmente terá morrido, tal como outro dirigente do seu partido (Pintou Georges) e chefe do Movimento para a Justiça em África (Cora Sali). Quanto ao dirigente do partido da Convenção Nacional, Sherif Diba, que tem grande influência entre as populações mandinga, foi preso, não se sabendo ao certo se foi ou não já libertado.

Este levantamento foi originado no colapso que se produziu em dois dos pilares da economia: a cultura do amendoim (cuja produção se cifrou em 1978 em 80 mil toneladas contra as 175 mil de 1976), devido à seca, e o turismo (seriamente afectado pela crise económica mundial). Por outro lado, os lucros do contrabando iam parar quase totalmente às mãos dos altos funcionários do governo e das grandes casas comerciais europeias e libanesas, enquanto o turismo provocou uma degradação total dos padrões de vida das populações e implicou uma elevação incontrolável do custo de vida.

As tentativas de sanar os males da economia gambiana através das conhecidas receitas do FMI, a troco dos empréstimos concedidos por esta instituição, só vieram agravar os problemas da esmagadora maioria da população, cuja existência mais que precária contrasta com o luxo escandaloso da classe dirigente, mergulhada na corrupção.

Em Outubro do ano passado a «democracia» gambiana foi seriamente abalada por escândalos de desvios de fundos e corrupção.

Antes do levantamento deste ano, a calma aparente da vida gambiana foi perturbada pelas manifestações de protesto cada vez mais veementes de uma população duramente atingida pela crise.

Um Diktat

A Senegâmbia nasce assim de um Diktat imposto por uma potência militarmente superior a um Estado cujo poder passou a ser uma simples ficção, depois da intervenção senegalesa.

Foi o medo que fez nascer este Estado, e não o acto de vontade

compartilhado por dois países, que, ao fim de um lento processo de ultrapassagem das diferenças causadas pelo facto colonial, tivessem decidido unir-se baseando-se em razões geográficas, étnicas e económicas.

Para o Senegal, confrontado também com graves problemas económicos, com um descontentamento generalizado da população, com acusações de corrupção (que em 1979 não pouparam o próprio sucessor de Leopold Senghor), uma Gâmbia hostil seria uma ameaça intolerável. Resta saber se a anexação que se prepara, depois de uma intervenção condenada por oito dos nove partidos oposicionistas do próprio Senegal, não irá agravar ainda mais as dificuldades do regime de Abdou Diouf. Resta saber se uma Gâmbia anexada, depois do massacre de 500 pessoas, aceitará pacificamente a nova realidade. Resta saber se os privilegiados de agora, depois de liquidado o contrabando, (essa será a consequência imediata da integração da Gâmbia no Senegal), não constituirão uma poderosa alavanca «micronacionalista», para engrossarem o movimento de oposição à «Senegâmbia versão 81». □



GEOTRADERS

CONSULTORES E OPERADORES DE COMÉRCIO, LDA.

organização especializada em operações de comércio externo
especialmente vocacionada para o intercâmbio com os Países Africanos.



reúne uma equipa de operadores e de gestores financeiros
experimentados e treinados em operações de comércio externo.

★ áreas de actividade

- compra/colocação de produtos africanos
- operações triangulares
- exportação
 - produtos alimentares
 - materiais de construção
 - equipamentos agrícolas
 - equipamentos industriais
 - material de transporte

★ mercados de acção prioritária

- Cabo Verde
- Guiné-Bissau
- S. Tomé e Príncipe
- R. P. Angola
- R. P. Moçambique



Av. João Crisóstomo, 32 — 5.º dt.º — 1000 Lisboa
tels. 572929/548407 telex: 13621 GEOTRA P

A escalada militar

No campo militar, os EUA estabelecem alianças principalmente, com o Paquistão e a China: a tática de Reagan para conter o «expansionismo soviético».

Pablo Piacentini



Mohammed Zia Ul-Haq instalou em Islamabad um regime repressivo

ESTÁ a ter lugar na Ásia uma corrida armamentista a um ritmo inusitado. Ao conceder créditos ao Paquistão para que se arme até aos dentes e ao colocar a China na categoria de «país amigo», o governo dos Estados Unidos vai obrigar a União Soviética e os seus aliados a responderem com um aumento das suas capacidades militares.

A escalada que está a verificar-se na Ásia, precisamente nos flancos estratégicos da URSS, tem lugar num momento em que estão a ser postas em prática acções semelhantes noutras áreas, nomeadamente no Golfo Arábico e no Oceano Índico, bem como no teatro europeu. Ao mesmo tempo, o presidente Reagan menospreza as negociações sobre o armamento estratégico (SALT), postergando-as por um ano.

Trata-se de medidas que correspondem a um grave aumento da tensão e dos riscos de uma confrontação entre as superpotências. Desde os piores tempos da Guerra Fria, nunca o planeta esteve tão próximo de uma nova conflagração. Os cadernos do terceiro mundo têm alertado permanentemente sobre os perigos que encerra esta orientação contrária à distensão, que tem a sua origem imediata na ansia do sector hoje dominante no *establishment* norte-americano de recuperar uma

hegemonia mundial insuperável, depois de ter experimentado recuos contínuos.

Nesse sentido, esta revista publicou no seu número de Maio deste ano (N.º 33) uma secção especial subordinada ao título «como se prepara a 3.ª guerra».

O Paquistão no xadrez geopolítico

Hoje, depois dos acordos estabelecidos pelos Estados Unidos com a China e o Paquistão, todas as preocupações se centram na Ásia. O Paquistão tinha sido objecto de um sistema de relações especiais, por parte da América do Norte, durante

a Guerra Fria, devido à sua proximidade com a URSS. A distensão fez com que esse país asiático perdesse parte da sua importância aos olhos de Washington. Juntou-se a isso a deterioração diplomática causada pela política paquistanesa tendente a converter o país numa potência atómica, e o golpe de Estado que, em 5 de Julho de 1977, pôs fim ao regime democrático, executou na força o primeiro-ministro Zulficar Ali Bhutto e instalou no poder o governo autoritário e repressivo do general Mohammed Zia Ul-Haq.

Como naquela época o presidente James Carter procurava manter a sua política de direitos humanos em relação aos países que não tinham valor estratégico para essa superpotência, os vínculos bilaterais desceram a um nível muito baixo.

Em fins de 1979, contudo, verificou-se a intervenção soviética no Afeganistão e a Casa Branca voltou a ter em conta a posição geopolítica do Paquistão. Os direitos humanos e o tema nuclear passaram para segundo plano e o mesmo Carter procurou uma aproximação com o regime de Islamabad.

Isso implicava duas coisas: o apoio à insurreição islâmica afegã, o qual para ser eficaz deveria ser prestado do território contíguo paquistanes, e o fortalecimento das forças armadas do Paquistão.

A oferta de um acordo militar feita publicamente foi, do mesmo modo, repelida, dado que Ul-Haq considerou uma ninharia o auxílio financeiro e militar proposto pelo governo Carter.

A outra questão não foi ventilada ao ar livre. Washington negou que estivesse a fornecer uma ajuda directa aos rebeldes afegãos, não obstante o governo afegão e a URSS afirmarem o contrário. Por aquela época, informações diversas e dispersas, provenientes sobretudo de Washington, da Índia e do Golfo Árabe, forneceram indícios de uma acção conjunta para manter a guerrilha islâmica que, recentemente, depois do presidente Reagan ter decidido conceder esse apoio sem reboço, a Imprensa internacional pode revelar. Em relação ao Paquistão, o actual presidente norte-americano propôs (e será concedido se o congresso não fizer reajustes) um crédito de 3 mil milhões de dólares durante seis anos. Até 80% deste crédito poderá ser empregado em compras de armas norte-americanas.

O general-presidente aceitou e a paz bilateral ficou selada.

A militarização da região

Aquela percentagem sublinha o carácter eminentemente militar da aliança e faz reflectir sobre as consequências socioeconómicas que terão os gastos para expandir as forças armadas e o poderio nuclear para um dos países mais pobres do planeta. (O rendimento per capita — segundo dados de 1977 — era de 190 dólares por ano). A explicação oficial desses acordos reside na mútua conveniência de que o Paquistão se erga como um adversário temível frente ao Afeganistão. Quanto aos norte-americanos, apresentaram esses acordos como parte

da política oficial tendente a forçar a retirada dos soviéticos desse Estado.

Todavia, como observam os dirigentes indianos, trata-se de uma política contraditória. Fazer uma potência militar de um vizinho do Afeganistão, país que representa um valor estratégico de primeira grandeza para a URSS mercê da sua posição geográfica, e incentivar a insurreição islâmica, é, pelo contrário, um aliciante para que os soviéticos mantenham o seu apoio directo ao governo socialista de Babrak Karmal. Concluem, por isso, os dirigentes indianos, que a única coisa que se conseguirá será a militarização da área e que quaisquer que sejam os propósitos de Washington, Ul-Haq utilizará o seu poderio numa função anti-Índia.

O Paquistão e a Índia já se enfrentaram em três guerras desde 1947, quando se efectuou a divisão do subcontinente indiano e nasceu, no norte, a República Islâmica Paquistanesa. O facto do seu rival reforçar e modernizar o seu aparelho militar, esforçando-se, além disso, para se dotar de um dispositivo atómico, não deixará de induzir a Índia — outro país mergulhado na miséria — a enveredar pelo mesmo caminho.

As relações Washington - Pequim

A entente China-Estados Unidos é, pelo seu lado, de uma transcendência muito maior, mas é, ao mesmo tempo, mais difícil de determinar. A comparação com um icebergue — cuja parte maior está submersa — parece ser apropriada. Desde que, no começo da década anterior, Henry Kissinger, ao tempo conselheiro da Segurança Nacional do presidente Richard Nixon, efectuou a sua espectacular visita à China, foram constantes os encontros recíprocos, públicos e noticiados, entre altos funcionários de ambas as nações. Sem esquecer,

claro está, que foram também muitas as missões realizadas secretamente.

Ao reconhecer Pequim, Washington corrigiu uma atitude contrária às práticas internacionais. Iniciou-se assim uma era de relações entre os dois países que pode apresentar alguns aspectos positivos.

Um dos mais salientes é o facto de Washington ter apresentado a sua abertura, não com um timbre anti-soviético, mas sim como um factor do próprio equilíbrio diplomático, tendo em consideração as suas pre-existent relações com Moscovo.

Isso estava de acordo com a distensão e correspondia, além do mais, aos interesses naturais da superpotência norte-americana.

Não foi possível, no entanto, elevar imediatamente essas relações a um bom nível, devido a diversos problemas ainda existentes. Em primeiro lugar, os reduzidos, mas ainda importantes, vínculos entre os Estados Unidos e Taiwan.

Um vigoroso impulso para a intensificação potencial do intercâmbio foi dado pela política das «quatro modernizações» posta em prática pelo homem forte da equipa governante chinesa, Deng Xiao-Ping, a qual estava associada a uma ampla abertura para com as potências capitalistas industriais. No entanto, pelo menos à superfície, não se verificaram grandes progressos. É por isso que a visita que Haig fez a Pequim representa um verdadeiro salto de qualidade.

Foi, em primeiro lugar, um salto político. A definição apresentada pelo secretário de Estado foi a de que a China não se havia convertido numa «aliada» dos Estados Unidos, mas sim num país «amigo», com o qual existem numerosas coincidências que darão lugar a uma «coordenação» e a «estreitas consultas».

No plano militar, Haig declarou que o gigante asiático poderá adquirir armas norte-americanas em pé de

igualdade com outros países do Terceiro Mundo amigos dos Estados Unidos, o que está longe de ser uma resposta precisa. Acrescentou que, até ao presente, os seus interlocutores não lhe pediram quaisquer armas.

Dentro desta estratégia figura a convicção de que o cerco militar em torno da URSS, deveria, não só, dissuadi-la de praticar certas acções, mas que produziria, indirectamente, um efeito de fundamental importância: impedi-la de atender, simultaneamente, a todas as frentes que o Kremlin considera prioritárias, partindo da avaliação que indica que o orçamento da defesa tem uma gravitação superior nos orçamentos das potências socialista do que nas capitalistas.

Ataque ao Orçamento da URSS

De acordo com estimativas ocidentais, cuja margem possível de erro não parece ser grande, o produto nacional bruto dos Estados Unidos é, aproximadamente, o dobro do PNB soviético.

Os gastos defensivos que a URSS se veria forçada a efectuar para fazer face ao poderio norte-americano, representariam, por isso mesmo, um esforço económico proporcionalmente maior para Moscovo que, a partir de uma dada altura, não poderia encará-los sem efectuar sacrifícios noutras frentes.

É sabido que os soviéticos que, do ponto de vista histórico, chegaram tarde ao desenvolvimento industrial, atribuem aos gastos defensivos a responsabilidade de não lhes ser permitido devotar todos os recursos necessários ao desenvolvimento da sua força produtiva e demonstrarem assim, cabalmente, a superioridade do sistema de produção (e de redistribuição) socialista.

O problema remonta aos alvares da Revolução de Outubro, quando as potências capitalistas estabeleceram uma espécie de Santa Aliança e



Hoje o Governo norte-americano ajuda abertamente a guerrilha islâmica no Afeganistão

o consequente cordão sanitário para isolar a URSS. Esta, que era uma nação atrasada, com remanescentes arcaicas e feudais, teve de efectuar, logo desde o início, enormes investimentos na sua defesa.

Também nesse aspecto os homens de Reagan e os analistas do Pentágono regressam ao passado. Racionam eles que deverá chegar-se a um ponto em que a corrida armamentista torne impossível, para a URSS, atender ao mesmo tempo: à sua defesa; aos seus planos de desenvolvimento e ao incremento dos consumos; individualize o auxílio aos países aliados; aos movimentos de libertação e a outras formas de presença externa, aquilo que os seus adversários classificam de «expansionismo». Como a defesa não pode ser descurada, é de supor que teria de efectuar cortes nas outras esferas e que sofreria, desse modo, uma redução o auxílio externo soviético.

Dentro dessa maneira de pensar inscreve-se o apoio norte-americano à China. Para defender a extensa fronteira com a China, a URSS tem-se visto obrigada, desde o rompimento bilateral, a deslocar um maior número de efectivos, tendo chegado a colocar ali, presentemente, 42 divisões.

Se em vez do seu atraso bélico actual a China conseguisse modernizar as suas forças armadas, o esforço soviético teria de ser proporcional a esses avanços, ou seja muito maior — pensam os autores do projecto. Convém, no entanto, assinalar que existem dois factores que tornam um tanto relativo esse projecto e fazem com que um grande número dos passos concretos que teriam de ser dados para se alcançar tal meta, somente poderão concretizar-se num futuro imprevisível.

O atraso do dispositivo militar chinês

Em primeiro lugar, a crise económica chinesa, que obrigou a uma

redução substancial dos projectos implícitos nas quatro modernizações e, possivelmente, num grau relativamente superior no plano militar. Passarão, além disso, vários anos antes que os programas agora em curso elevem a economia chinesa, no caso de virem a ter êxito. Quer isto dizer que o armamentismo em grande escala da China não poderá ser financiado por agora. Os créditos que os Estados Unidos lhe concederem, sendo embora a longo prazo e com juros baixos, só poderiam, à luz desta realidade, cobrir alguns aspectos parciais das necessidades chinesas. O segundo tem a ver com o primeiro e diz respeito à situação das Forças Armadas chinesas. Dado que, depois de anunciadas as quatro modernizações, quando se pensou que os projectos seriam postos em prática em breve, foram enviadas missões chinesas ao estrangeiro do mesmo modo que estiveram na China numerosos militares e vendedores de armas, a informação sobre a defesa chinesa actualizou-se.

Os especialistas traçaram, desse modo, um quadro de desorganização, mau equipamento e carências que se resumem nos pontos seguintes:

- 1 — O atraso do dispositivo militar está calculado entre 15 e 20 anos;
- 2 — Todos os ramos das Forças Armadas revelam deficiências sérias, com excepção da infantaria, considerada de excelente nível.
- 3 — Para actualizar as suas forças armadas, a soma requerida foi calculada em 300 mil milhões de dólares. As exportações chinesas (dados de 1978) foram estimadas em 2,4 mil milhões de dólares. Um indicio da situação chinesa foi proporcionado por um artigo publicado no diário londrino «Financial Times», em 2 de Junho deste ano, baseado na análise de especialistas militares ocidentais. «A guerra com o Vietname em 1979 — diz o referido artigo — revelou como era inferior a artilha-

ria chinesa, desprovida de miras para uso nocturno e de telémetros automáticos. A exportação de MiGs para o Paquistão mostrou a inadequação dessas armas em comparação com a arma original russa, que é mais versátil e exige uma manutenção menos frequente». Convém, portanto, colocar o desafio chinês na sua verdadeira dimensão, como uma aspiração a longo prazo. Entretanto, os avanços que se efectuarem na devida direcção, se forem algo mais rápidos, isso dever-se-à, em boa medida, à cooperação Estados Unidos - China.

Uma situação cheia de riscos

Qual a resposta dos soviéticos a estes cálculos? Que se trata de uma grande ilusão e de um caminho perigoso. Fiel ao «Internacionalismo Proletário», a URSS em caso algum abandonará as suas responsabilidades externas. Na realidade, a superpotência soviética nunca deu quaisquer passos atrás nesse domínio e talvez que nas projecções do Pentágono haja uma subestimação dos mecanismos socialistas para realizar, quando o julguem necessário, sacrifícios no plano interno num grau maior do que seria possível nas economias capitalistas.

O certo é que a escalada armamentista, já um tanto rápida no fim do mandato de Carter, tornou-se muito mais veloz nestes poucos meses do governo de Reagan. Isso alia-se à grave deterioração das relações entre os Estados Unidos e a URSS, até ao ponto de não existirem, praticamente, mecanismos e um código mutuamente compreensível para um diálogo e uma negociação, nem sequer no caso de ter de recorrer-se ao telefone vermelho. A extensão da confrontação no cenário asiático acrescenta um risco a uma situação mundial cheia de riscos e mais do que nunca exposta à destruição total. □

A interminável batalha

No fundo, a missão Habib seria a continuação do domínio israelita por outros meios. No campo de batalha, porém, a resistência palestina e libanesa progressista frustra os planos expansionistas de Begin

Beatriz Bissio

O que resta desse país? O que resta desse pobre povo? — Estas dramáticas perguntas, feitas pelo papa João Paulo II ao núncio apostólico de Beirute, monsenhor Carlo Furno, que o visitava no seu leito do hospital, reflectem bem a perplexidade e os temores da consciência mundial diante da situação que se vive no Líbano.

Líbano, pequeno país do Médio Oriente, apresentado normalmente no noticiário internacional como um cadinho de «crises cíclicas», esquematizadas como um conflito que opõe cristãos a muçulmanos, e, mais recentemente, como palco da «crise dos mísseis». Mas, na realidade, o problema é outro e continua sem solução: o caso palestino e a luta da população libanesa por uma nova legalidade, apresentada, falsamente, como uma guerra religiosa.

Para cada «crise» são propostos «mediadores», cada um deles nova personagem, cuja «estrela» tem vida fugaz e seus nomes votados rapidamente ao esquecimento. Desta vez é Philip Habib, enviado especial do presidente Reagan ao Médio Oriente, para tentar pôr fim à chamada «crise dos mísseis».



Mas o que é, afinal, a tão propagada «crise dos mísseis»? Como se podem nela enquadrar as agressões israelitas a Beirute e ao sul do Líbano?

Os Sam-6 em cena

Nos primeiros meses deste ano, o governo israelita, encabeçado por Menahem Begin, voltou a pôr em prática as agressões em larga escala ao sul do Líbano, através de frequentes incursões por terra, mar e

ar, nas regiões de Tiro, Saida (Sidón), Nabatieh, Castelo Beaufort, campos de refugiados de Rashidieh; desembarques ao longo da estrada que liga Beirute a Damour e Tiro e, com trágica regularidade, voos a grande altitude sobre Beirute. A situação gerou uma esperada reacção por parte das forças sírias, libanesas-progressistas e palestinas que, em evidente desvantagem diante da agressão israelita, apenas podiam tentar melhorar o seu sistema defensivo.

Esta situação, levou a que a Síria tivesse deslocado alguns dos seus mísseis *Sam-6* (terra-ar), de fabricação soviética, para o vale de Bakáa, com o prévio consentimento do presidente libanês Elias Sarkis. As peças de artilharia anti-aérea instaladas até aquele momento mostravam-se sem alcance para atingir aviões altamente sofisticados (*F-21* e *F-16*, similares aos utilizados posteriormente no ataque israelita à central nuclear iraquiana), dotados dos mais modernos armamento e radares no campo da aeronáutica militar.

A entrada em cena dos *Sam-6* foi uma resposta militar a uma agressão, com o objectivo de aperfeiçoar o sistema defensivo de um país sistematicamente invadido e bombardeado na maior das impunidades. Salvo protestos formais nas Nações Unidas, as operações de Begin nunca foram alvo de qualquer sanção concreta.

Begin «denunciou» que os mísseis *Sam* instalados no vale de Bakáa pelas forças sírias constituíam «uma ameaça à segurança interna e à integridade territorial de Israel». Os Estados Unidos apoiaram essa interpretação, e, a partir de então, a Síria passou a ser responsabilizada por ter provocado a «crise dos mísseis».

Habib: só o nome é árabe

Surge então a «missão Habib», que serviria como mediadora da «crise». Para lidar com os árabes, segundo o simplista raciocínio do presidente Reagan, nada melhor que alguém que possa invocar uma ascendência comum. E como a administração Reagan não tem uma política para o Médio Oriente — ou melhor, uma proposta — aceitável pelos árabes, vá de recorrer a elementos supérfluos como esse.

Philip Habib tem, efectivamente, ascendência libanesa maronita. Mas

esse é o seu único «mérito» pro-árabe conhecido. Para além disso, ele mais não é do que uma peça perfeitamente integrada na aliança norte-americana e sionista.

Desde o início de Maio que Habib está em missão no Médio Oriente, com algumas esporádicas viagens a Washington. Viaja constantemente entre Telavive, Damasco, Beirute e Riad. E segundo noticiam profusamente os jornais árabes, ele «limita-se a fazer perguntas e a escutar», razão pela qual alguns articulistas da região se questionam se, na verdade, a sua «missão» não se destinaria a recolher informações e tomar conhecimento directo de alguns pontos débeis nas alianças árabes, para que depois a estratégia de Washington-Telavive melhor se adequasse a essa realidade.

Nestes quase quatro meses, Habib formou, seguramente, uma opinião cabal da situação no Médio Oriente. E, se no seu fôro íntimo, a sua ascendência lhe permitisse emitir um juízo objectivo, não poderia deixar de reconhecer diante do presidente norte-americano os rancores que desperta na região o apoio dos Estados Unidos ao governo do primeiro-ministro Begin.

Uma proposta vazia

A proposta de paz que finalmente Habib propôs reclamava a retirada das forças sírias da cidade de Zahle e de Saanin — posições que passariam a ser defendidas pelo débil exército libanês — e a retirada dos mísseis *Sam* do vale de Bakáa, em troca de um certo controlo dos voos israelitas sobre o Líbano. Nem uma palavra sobre o problema palestino.

Ou seja: depois de três meses de diálogo com os principais dirigentes árabes directamente afectados pela situação libanesa, depois de discutir longamente com os dirigentes israelitas e contando com todo o poder da sua condição de enviado especial

do presidente dos Estados Unidos, Habib só concebe uma solução de paz para o Líbano se, unilateralmente, os agredidos renunciarem à sua defesa.

Para a intranquilidade de Habib, porém, Israel não aceita, nem mesmo temporariamente, desempenhar o papel de «bom» da fita. Quando a missão se encontrava em pleno andamento, em meados de Julho, Menahem Begin desencadeou o mais importante ataque ao Líbano desde a invasão de 1978. Aviões israelitas bombardearam Beirute, sobretudo os bairros de Fakhani, Tarik-el-Judida, a Universidade Árabe, Ramlet-al-Beida e os campos de refugiados de Sabra e Shatila. Durante esses mesmos dias, incursões sistemáticas ao sul do Líbano destruíam pontes e estradas vitais, hospitais e residências, semeando o pânico entre a população civil libanesa e palestina, suas principais vítimas. Os peritos militares palestinos interpretaram essa agressão — que inutilizou grande parte das vias de comunicação do sul do país — como um passo prévio a uma eventual intervenção em grande escala das forças israelitas na região.

Como essas agressões se deram depois do ataque ao reactor nuclear iraquiano e em vésperas da reunião das potências ocidentais em Otawa, no Canadá, Alexander Haig, o secretário de Estado norte-americano, viu-se obrigado a censurar publicamente Begin. Acusou-o, nomeadamente, de colocar Washington em dificuldades diante dos seus parceiros na reunião de alto nível e pediu o cessar imediato das hostilidades. Isso não impediu, contudo, que, poucos dias depois, o próprio Begin se deslocasse a Matula, na fronteira israelita-libanesa, para se entrevistar com o major rebelde Saad Haddad, «ponta de lança» de Israel nas agressões ao sul do Líbano, a fim de inspeccionar pessoalmente o teatro de guerra.

Nessa altura, nem certamente o próprio Habib deveria confiar na sua capacidade de mediação. A Síria rejeitou formalmente a sua proposta de paz, mantendo a sua posição: Não aceitar a exigência da retirada dos mísseis das forças árabes de dissuasão; não aceitar as ameaças e preparar-se para novas eventuais agressões; tendo reiterado a sua oposição a toda e qualquer intervenção de Israel e dos Estados Unidos no Líbano.

Em círculos restritos, o regime de Damasco chegou a comentar que a missão de Habib estava a servir de base à agressão norte-americana-israelita contra o Líbano com o objectivo de dividir o país, aniquilar a resistência palestina e atacar a própria Síria.

Apoio dos ministros de Defesa árabes

Yasser Arafat reuniu-se durante esses dias com o comandante das forças das Nações Unidas estacionadas no Líbano, o general irlandês William Calaham, para analisar a situação, reconhecidamente tensa. Na conferência de imprensa que deu no final desse encontro, Arafat afirmou que «a paciência tem um limite». Com essas mesmas palavras tinha enviado memorandos ao secretário-geral da ONU e ao presidente do Conselho de Segurança, exortando-os a dar maior apoio às forças palestinas, libanesas e sírias.

Paralelamente, Arafat convocou uma reunião do Conselho de Defesa Comum Árabe, a mais alta instância militar do Mundo Árabe, para discutir a situação. Na reunião — realizada em Tunes, sede da Liga Árabe — o Conselho deu um amplo apoio à OLP e às forças libanesas progressistas, acrescentando estar consciente do papel desempenhado pela Síria no conflito, país ao qual estendeu também o seu apoio.

Na sua resolução final de quatro pontos, ficou decidido «adoptar as



Das ruínas do Castelo Beaufort, alvo constante das agressões israelitas, os palestinos resistem

medidas estipuladas pelo Tratado Árabe de Defesa Comum para ajudar o Líbano a preservar a sua independência, a sua soberania e a sua integridade territorial diante da agressão israelita», além de «ajudar a Organização de Libertação da Palestina (OLP) a enfrentar as perdas causadas pelas agressões sionistas». Tendo exortado, por outro lado, os países árabes a «ajudar os palestinos na sua luta nos territórios árabes ocupados».

O Conselho que — teoricamente — tem capacidade militar equivalente à NATO ou ao Pacto de Varsóvia (os 20 países da Liga Árabe têm, sob as suas bandeiras, cerca de

825 mil soldados, 9.500 tanques e 2 mil aviões de combate, sem contar com as forças militares egípcias) lançou também uma advertência aos Estados Unidos condenando a continuação da sua ajuda militar a Israel.

«Os Estados Árabes adoptarão medidas globais no caso desses países prosseguirem na sua ajuda a Israel» — foi sublinhado no comunicado final da reunião.

Embora seja pouco provável que essa advertência venha a ser convertida em medidas concretas a curto prazo, o facto de o comunicado da reunião ter sido redigido em linguagem dura é, por si só, um

indicador de novas realidades nos países árabes. Efectivamente, os desmandos de Begin não deixam apenas em posição incómoda os seus parceiros norte-americanos. Criam também crescentes contradições nos países árabes moderados, como por exemplo a Arábia Saudita. Se bem que Riad se tenha distanciado de alguma maneira de Washington, sobretudo se comparado com um passado recente, não deixa de ser um regime em que a estratégia da Casa Branca baseia as suas esperanças. Mas a cada dia que passa, para o príncipe Saud vai-se tornando mais difícil conciliar as suas posições pró-norte-americanas e a sua solidariedade para com a OLP e, de modo geral, com a causa árabe.

Um reflexo dos novos caminhos que a Arábia Saudita procura trilhar é a recente proposta de Riad de se criar um Estado Palestino independente com capital no sector muçulmano de Jerusalém, proposta esta de pronto rejeitada pelos israelitas.

Fortalece-se a linha dura

Mesmo sem a vantagem que alguns inquiridos apressadamente lhe indicavam, Begin conseguiu, depois de duras negociações, manter o seu cargo de primeiro-ministro. O custo da laboriosa diplomacia interna foi um endurecimento ainda maior das suas posições, e uma aproximação com os pequenos, sectários mas decisivos, partidos religiosos. Nada indica na composição do seu novo gabinete que Begin esteja a pensar mudar de estratégia para o Líbano e territórios ocupados. Pelo contrário, todas as declarações insistem na linha belicista mais intransigente. A presença de um radical como Ariel Sharon no Ministério da Defesa é já disso um exemplo. (*)

Tanto o diário de esquerda libanês *As Safir* como o conservador *An'Nahar* publicaram nos dias se-

guintes aos bombardeamentos de Beirute editoriais em que afirmavam que a crise actual depende integralmente do problema global do Médio Oriente. Por sua vez, Fuad Butros, ministro dos Negócios Estrangeiros libanês, afirmou que «o problema não tem solução fora da *entente*».

Os países árabes estão conscientes da explosiva situação que se vive actualmente naquela região. As recentes manobras conjuntas no Mediterrâneo da Síria e da União Soviética — que renovaram o seu tratado de assistência militar — constituíram uma advertência para Israel e seus aliados. E Moscovo afirmou já que qualquer agressão contra Damasco será considerada como uma intervenção contra a União Soviética.

Sadat, no seu triste papel junto de Begin, não conseguiu durante a sua viagem a Washington que a Casa Branca ajudasse a melhorar a sua posição diante dos seus irmãos árabes. Diante da sua tímida e teatral reivindicação de que a OLP fosse chamada a negociações, Reagan declarou publicamente que isso não estava nos planos da administração republicana.

Enquanto isso, no campo de batalha, as forças palestinas e libanesas progressistas dão uma demonstração de decisão e coragem, destacada por analistas de várias partes do mundo. A sua posição avançada no sul do Líbano — o já legendário Castelo de Beaufort, que domina de uma colina estratégica o rio Lituani — submetida a intensos ataques de artilharia, resiste à metralha e às pressões dos direitistas libaneses. As milícias e as forças regulares da OLP trabalham arduamente junto dos seus aliados libaneses na organização da população civil do sul do Líbano e evitar assim que o número de vítimas seja ainda maior. As pontes e estradas destruídas durante o dia pelos israelitas, começam a ser reconstruídas à noite pela população

local, organizada e orientada pela OLP e pelos progressistas libaneses, cuja direcção vive já praticamente em refúgios subterrâneos anti-aéreos. Contingentes de civis cada vez em maior número têm também que se abrigar em refúgios durante as principais horas do dia. Segundo um jornalista que visitou há poucos dias a região, «em todos os lados os sacos de areia substituem os vidros».

Até quando poderá esta situação continuar?

Mais do que em qualquer outra parte do mundo, a ameaça de uma terceira guerra mundial (como já reiteradamente afirmámos nos *cadernos do terceiro mundo*) está latente no Médio Oriente, mais precisamente no martirizado território do Líbano. Begin pretende acabar com o problema aniquilando o povo palestino. O seu objectivo é impossível de concretizar.

O desafio está aí. O Líbano converteu-se num campo de batalha das forças que historicamente se degladiam na região: os povos árabes de um lado, e os interesses imperialistas expressos na política expansionista de Israel, do outro. No momento em que a contradição principal é esta, o conflito transcende largamente as fronteiras do Líbano e enquadra-se na grande luta do século XX pela autodeterminação dos povos. E neste caso, aqueles que enfrentam o maior desafio são os próprios países árabes: se não sobrepõem o seu interesse comum às divergências circunstanciais, continuarão a assistir à mutilação do seu povo e ao adiamento da sua grande meta; a superação do subdesenvolvimento.

(*) O Comité Central da Al-Fatah, a maior e mais poderosa organização palestina da OLP, declarou, através de Abu Iyad, que «o novo governo Begin aumentará a tensão no Médio Oriente, levando-o à guerra».

Arafat: «Não temos terra nem para enterrar os nossos mortos»

O líder palestino fala-nos sobre a actual situação no Líbano e pergunta: quem são os verdadeiros terroristas?

Sus Van Elzen

VI Yasser Arafat pela primeira vez no aeroporto de Beirute, no momento em que chegavam os restos mortais de Naim Khader, representante da Organização de Libertação da Palestina (OLP) em Bruxelas, assassinado nos primeiros dias de Junho. O líder palestino, um homem de pequena estatura, parecia envelhecido. Não houve tempo para observar mais nada. Rapidamente o cortejo fúnebre — uma centena de veículos militares fortemente armados — partiu através da cidade em direcção ao «quilómetro quadrado árabe» controlado pela OLP.

A cerimónia fúnebre realizou-se numa igreja católica. Após o que se celebrou um acto extraordinariamente emotivo na Universidade Árabe, onde falou Bernadette Reynebeau, a viúva de Khader. Arafat estava presente.

À tarde partimos com o cortejo para Aman, a capital da Jordânia, onde Naim Khader foi enterrado. Desde o «Setembro Negro» de 1970, altura que os palestinos foram violentamente expulsos da Jordânia, até muito recentemente que Aman era considerada zona inimiga para os palestinos. «Há muito tempo que aqui não se chorava por um palestino» — comenta o nosso acompanhante Mustafá.

Com o rosto marcado pela tristeza, Arafat receber-nos-ia mais tarde no seu quartel-general em Beirute. A dor torna afável as pessoas. Depois de um prolongado silêncio cumprimenta-nos e agradece a nossa presença:

— «Não podem imaginar a perda enorme que significa para nós a morte de Naim Khader. Ele era um dos nossos melhores dirigentes. Trabalhava em silêncio mas profundamente.»

Arafat fala pausadamente: «Esta é a tragédia pales-

tina. O trabalho tem que continuar ... fazer frente à invasão bárbara das nossas terras, ao inferno permanente nesta cidade, à guerra de agressão no sul do Líbano, guerra empreendida pelos israelitas com um exército moderno, que utiliza armas norte-americanas muito sofisticadas contra o povo palestino e o povo libanês...

Enfrentamos, além disso, assassinos com armas silenciosas que nos disparam pelas costas em Bruxelas, Londres, Paris ou Chipre. Essa é a tragédia palestina. Tem sempre cor de sangue. Mas essa sangria quotidiana é parte do sacrifício do nosso povo para alcançar a vitória final. Você pode constatar aqui, nas ruas, a enorme determinação do nosso povo para prosseguir a luta, apesar de tudo...

Pedimos a Arafat a sua opinião sobre a ameaça de guerra que, a partir do Líbano, parece querer estender-se a todo o Médio Oriente. O enviado norte-americano, Philip Habib, percorre as capitais da região, numa tentativa de evitá-la. Arafat não crê na sinceridade desses esforços.

— «Existem muitas versões sobre a missão de Habib (que tem ascendência árabe). A verdade, porém, é que a guerra de agressão no sul do Líbano, através de bárbaros ataques (que chegariam à própria capital libanesa, causando a morte de centenas de civis), é realizada com aviões norte-americanos, com armas norte-americanas, com a luz verde dos Estados Unidos.

Os árabes unem-se

«Deve-se lembrar da última declaração de Richard Allen (conselheiro de Segurança Nacional da Casa

Branca). Ele afirmou que as forças militares israelitas têm o direito de realizar «perseguições quentes», perseguições militares contra os palestinos. Que significa isto? É a luz verde dos Estados Unidos.»

«Talvez Habib esteja realmente a tentar evitar a guerra entre Israel e a Síria, porque toda a gente sabe que isso complicaria toda a situação na região, já que os sírios têm um tratado de amizade com a União Soviética. Os norte-americanos tratam de evitar o confronto. Mas, ao mesmo tempo, Begin declara que discutiu com Habib esses **raids** e ataques permanentes contra os palestinos. Estão-nos a atacar por terra, ar e mar.

Há algum progresso na procura de uma solução para o problema libanês?

Como presidente da OLP faço todo o possível. E apesar de todas as diferenças existentes entre os países árabes, obtivemos êxito ao poder realizar, há pouco tempo, em Tunes, um encontro da Liga Árabe. Foi uma grande vitória da diplomacia palestina. Eu pessoalmente percorri todo o Mundo Árabe, desde os Emiratos à Argélia. Os meus irmãos e companheiros visitaram os países onde eu não pude ir e assim conseguimos realizar esse encontro que superou a divisão que existia desde a reunião cimeira de Aman.

Quanto ao Líbano, a minha opinião é de que a solução depende dos próprios libaneses. Uma reconciliação dos libaneses seria um excelente ponto de partida.

Qual seria a posição dos países árabes no caso de uma nova guerra no Médio Oriente?

Enfrentamos muitas dificuldades, como sabe, mas não temos outra opção. Temos que continuar a nossa revolução, mesmo nas actuais circunstâncias. E em Tunes, como já disse, conseguimos algo muito importante. Essa reunião mostrou que os árabes, apesar de todas as suas divergências, têm capacidade de se unirem quando se trata do tema medular, da raiz de todos os conflitos na região, que é o problema palestino. Este é o sentido do que se resolveu em Tunes e do que decidiram em Bagdade os ministros de Negócios Estrangeiros da Conferência Islâmica.

«O cavalo islâmico»

Prevê alguma alteração na guerra entre o Irão e o Iraque?

A OLP é membro de dois comités mediadores: o da Conferência Islâmica e o do Movimento dos Países Não-Alinhados. Participamos activamente em ambos e posso dizer que o mais importante é que estes comités encontraram bom ambiente para o seu trabalho. É uma tarefa muito difícil, pois esta guerra é um

desastre para todos nós. Para o povo iraquiano, para o povo iraniano, para todos os povos da região. Estamos a fazer tudo o que podemos para a deter. E posso acrescentar que conseguimos alguns passos positivos nessa direcção.

Que forças podem impedir que o Médio Oriente se converta numa área de conflito entre a NATO e o Pacto de Varsóvia?

Depois da Conferência de Tunes, o Médio Oriente converteu-se claramente num problema árabe. Espero que, nessa linha, se chegue a uma solução e faremos todos os esforços para que se continue nessa direcção. Não posso afirmar que o êxito seja certo, mas espero que o esforço árabe nos traga uma solução.

Além disso, é indubitável que a Europa tem um papel a jogar na crise do Médio Oriente, já que os norte-americanos são parciais. Essa parcialidade é óbvia; vê-se claramente em todas as declarações e na ajuda política, diplomática, financeira e militar com que os Estados Unidos alimentam Israel. E também nas concepções do Pentágono — muitas vezes expressas publicamente — sobre a importância de Israel para a estratégia militar norte-americana nesta região.

Os Estados Unidos, porém, costumam errar. Como, por exemplo, no problema do Afeganistão. Os norte-americanos tentaram dirigir para o Afeganistão toda a atenção mundial; mas em que é que resultou? Já nenhum jornal fala mais nisso na primeira página.

Depois começaram a fazer alarde sobre a influência soviética nesta região. Mas a actual crise no Líbano, com os sírios e palestinos de um lado e os israelitas de outro, recolocou o problema na sua exacta dimensão.

Os Estados Unidos querem montar o cavalo islâmico, aproveitar o ressurgimento do sentimento religioso, para enfrentar a União Soviética no Médio Oriente. No entanto, esquecem-se completamente que este «cavalo» está comprometido com a causa palestina.

A Internacional Socialista tem algum papel no Médio Oriente?

Tenho muito boas relações com diversos grupos da Internacional Socialista, com o seu próprio presidente, Willy Brandt, com o vice-presidente, o chanceler austríaco Bruno Kreisky, e com muitos outros, de Olof Palme a Leopold Senghor. E agora temos um dos líderes mais importantes do movimento, François Mitterrand, no Eliseu. Como resposta à minha mensagem de congratulações, recebi do presidente francês uma breve mensagem, porém muito importante; nela Mitterrand menciona os nossos direitos, o direito do nosso povo à autodeterminação e a ter um território. E isso é muito importante.



No funeral de Naim Khader, representante da OLP em Bruxelas assassinado pelos sionistas, Bernadette Reynebeau, sua mulher, e Yasser Arafat

Claude Cheysson, o novo ministro francês dos Negócios Estrangeiros, tinha boas relações com Naim Khader, o qual trabalhava para conseguir a compreensão da Comunidade Económica Europeia pela causa palestina. Pode ter sido essa uma das razões do assassinato de Khader?

Os israelitas escolhem como alvo os nossos melhores quadros, os nossos melhores líderes. Essa uma das razões pela qual assassinaram o meu irmão Naim. Ele era um desses quadros que deixam um grande vazio. Não será fácil substituí-lo.

O atentado foi atribuído na Europa aos próprios palestinos...

O assassinato de Naim Khader é o resultado da actividade dos serviços secretos israelitas contra os palestinos. Perseguem-nos com todos os meios possíveis. Não lhes importa como nos conseguem assassinar, liquidar o nosso povo. Às vezes utilizam os seus agentes, outras usam mãos árabes. Mas as decisões são tomadas por aqueles que estão interessados em nos liquidar. Mataram os nossos representantes em Londres, Paris, e agora em Bruxelas.

Não há forma de os deter?

Naim havia pedido autorização de porte-de-arma para sua protecção pessoal, mas as autoridades belgas negaram-lha. E sabemos que outros diplomatas em Bruxelas estão autorizados ao porte-de-arma. Eu pergunto: quem são os terroristas? Naim ou Begin?

Como pôr fim a esta guerra?

Reconhecendo aos palestinos os direitos que já lhes

foram reconhecidos pelas Nações Unidas: o direito de voltar à nossa pátria, o direito à autodeterminação e o direito de estabelecer o nosso Estado independente, de acordo com as leis internacionais. Somos seres humanos e temos o direito de viver como seres humanos, e não como refugiados apátridas sem documentação.

Talvez não entenda o que é ser refugiado. Temos o caso de Naim, procurámos sepultá-lo; mas onde? Aqui em Beirute? Em Aman? Porque não na sua terra natal, em Zababdeh? Acabou por ser sepultado longe da sua pátria. Eu vivo uma tragédia quotidiana aqui em Beirute, porque não tenho lugar para sepultar os nossos mártires. Há uma lei no Líbano que proíbe aos palestinos a compra de terras. Temos um velho cemitério, que está totalmente cheio, e não podemos comprar terras para fazer um outro cemitério. Temos um problema quotidiano: onde enterrar os nossos mortos? Onde?

Aqui, com você, estão quatro palestinos. Nenhum de nós tem o mesmo tipo de passaporte. Como viajo? Com um passaporte caducado. Na minha última visita ao Kuwait, estava eu com o xeque Sabah quando uma autoridade policial se aproximou para me dizer algo em voz baixa. O xeque perguntou-me: Não tens passaporte? Dá-me uma foto e dar-te-emos imediatamente um passaporte do Kuwait.

Eu disse-lhe que não. Como presidente da OLP posso conseguir um passaporte. E o meu povo? Perguntei a Sabah. -Darias um passaporte a todo o meu povo? Esse é outro aspecto da tragédia. □



Conhecer Lénine, é tanto uma questão política como uma questão cultural



Colecção
Pequena biblioteca Lénine

V.I. Lénine

**Karl Marx e
o desenvolvimento histórico
do marxismo**

Em 2.^a edição, aumentada,
uma notável exposição do
marxismo feita por Lénine



Colecção
Cadernos de iniciação
ao marxismo-leninismo

V.I. LÉNINE
Pequena biografia

Em 3.^a edição, um esboço biográfico
das principais etapas da vida
de um dos mais importantes dirigentes
políticos do nosso século: Lénine

2 obras com a garantia do rigor das
edições
Avante!

Uma cooperação frutuosa

A Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), ou «grupo dos nove», reunida na capital do Zimbábue, no dia 20 de Julho, deu um arranque decisivo para a institucionalização desse organismo de cooperação regional.

Criado no dia 1 de Abril de 1980, em Lusaka, a SADCC agrupa oito países da África Austral (Angola, Botswana, Malawi, Moçambique, Lesotho, Zâmbia e Zimbábue) e um da África Ocidental e Tanzânia, unidos por um objectivo comum: concertar esforços para o desenvolvimento dos Estados membros e redução da sua dependência para com a África do Sul e outros países industrializados.

Desde a data da sua criação até à realização da «cimeira» de Salisbúria, têm decorrido diversas reuniões de peritos e conferências ministeriais da SADCC. A primeira reunião de ministros teve lugar em Salisbúria, em Setembro do ano passado, e nela se analisou o programa de cooperação. Em Junho deste ano, os ministros estiveram reunidos na capital da Suazilândia (M'bambane) a fim de fazerem um balanço da acção desenvolvida e de proporem novas iniciativas. A última reunião ministerial da organização decorreu nas vésperas da «cimeira» em Salisbúria e destinou-se a preparar o encontro dos chefes de Estado.

Sete questões organizativas fundamentais ocuparam a atenção dos dirigentes dos «nove» reunidos em Salisbúria:

1) a criação de um secretariado nacional, para coordenar a actividade entre os diversos Estados (até agora as funções de coordenação têm sido exercidas pelo Botswana);

2) definição da periodicidade das reuniões dos chefes de Estado;

3) atribuição da presidência e do modo da sua designação;

4) escolha de um secretário executivo;

5) escolha da sede do secretariado;

6) ratificação da convenção que criou a Comissão dos Transportes e Comunicações, a qual entrou já em funcionamento;

7) atribuição de novo mandato à conferência ministerial para a criação de novas comissões.

A SADCC tem oito programas básicos de cooperação. Cada um dos Estados membros está encarregado de dinamizar a cooperação dos «nove», em domínios que lhe são atribuídos. Assim: Moçambique tem a seu cargo as questões das comunicações e transportes; Angola, as de energia; a Zâmbia, os problemas de fundo para o desenvolvimento da África Austral; a Tan-



zânia, as questões de indústria e comércio; o Zimbábue, as de segurança alimentar.

Na «declaração de Lusaka», foi considerado que a prioridade das prioridades eram os transportes e comunicações. Não surpreende, pois, que os progressos mais substanciais até agora registados na cooperação se tenham produzido justamente nessa área. Dois países membros – a Zâmbia e o Zimbábue – têm grandes dificuldades de acesso ao exterior, em virtude de não disporem de fronteiras marítimas. Por outro lado, o sistema de transportes da África Austral encontrava-se praticamente paralisado devido às vicissitudes históricas da região. Qualquer programa de desenvolvimento necessariamente teria de passar pela solução deste problema.

Uma primeira acção conjunta a nível internacional, realizada pelos «nove», foi a posição comum que eles adoptaram na conferência sobre energias novas e renováveis, que, sob a égida da ONU, decorreu em Nairobi (Quênia) de 8 a 21 de Agosto. Uma reunião de peritos da SADCC, que decorreu em Luanda nos primeiros dias de Agosto, decidiu adoptar um documento-base para definição dessa acção comum. Além disso, os nove países membros solicitaram o financiamento por organismos internacionais de projectos energéticos na região. À margem da conferência de Nairobi foi apreciada uma proposta angolana sobre a criação de um Instituto de Investigação Energética, de um Centro de Formação de Quadros para o sector, e do levantamento minucioso do potencial energético da região. Todos estes temas irão ser, aliás, analisados na próxima reunião ministerial da SADCC, a realizar em Novembro deste ano.

Saliente-se, por último, que o Zaire pediu a sua participação no grupo, afirmando que a parte sul da sua província do Shaba se encontra na África Austral. Mas este pedido suscitou reservas em certos Estados membros devido aos interesses económicos divergentes que aquele país tem em relação aos Estados fundadores da SADCC.

Os pesados Ónus da guerra



Lúcio Lara

□ Durante uma visita de três dias a Portugal, a convite do Partido Comunista Português (PCP), Lúcio Lara, secretário para a Organização do Comité Central do MPLA - Partido do Trabalho, afirmou que a nova administração norte-americana ataca e apoia a agressividade da África do Sul contra Angola e os demais países independentes africanos. Disse ainda que a «permanente agressão da África do Sul obriga à mobilização no país de todos os melhores quadros jovens, como também a dedicar uma percentagem superior a 50% do orçamento nacional para gastos bélicos». Além disso, revelou, numerosos equipamentos civis, como tractores e camiões, são desviados para

desempenharem funções de guerra, e milhares de camponeses são obrigados a viver de armas nas mãos.

Lúcio Lara, que participou em diversas reuniões com dirigentes do PCP e teve um encontro privado com o presidente Ramalho Eanes, defendeu a intensificação da cooperação entre o seu país e Portugal, mas reconheceu que ainda «não existe um esquema que defina as obrigações de cada uma das partes».

O dirigente angolano reafirmou o apoio às acções da SWAPO e do ANC. Consultado sobre a realização das manobras militares *Ocean Venture 87*, organizadas sob a responsabilidade dos Estados Unidos no Atlântico Sul, disse que, a seu ver,

trata-se de um acto inoportuno, de «uma atitude clara de apoio à agressividade da África do Sul». Denunciou as constantes violações do espaço aéreo do seu país na fronteira pela Força Aérea Sul-Africana, que «bombardeia tudo o que se move, desde bicicletas até camiões de abastecimento e ambulâncias».

Em relação à situação existente em Angola, Lara afirmou que «temos consciência de que, como país jovem, com quadros jovens, cometemos graves erros, mas eles devem-se à nossa inexperiência e não a má vontade». Destacou também o facto do governo ter conseguido modificar a burocracia colonial, transformando-a num aparelho administrativo revolucionário. Entre os êxitos alcançados em Angola, citou a quadruplicação, em três anos, do ensino primário, apesar das graves dificuldades por que passa o país, com guerra permanente e uma carência quase dramática de professores e escolas. Referiu-se ainda aos avanços realizados na saúde pública, na agricultura e na indústria.



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didáctico e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva dos «Cadernos do Terceiro Mundo» para todo o território angolano.

**Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245
Luanda — República Popular de Angola**

Nova máscara ou mudanças reais?

□ A designação do general reformado Gregório Alvarez para o cargo de presidente, em substituição de Aparicio Méndez, iniciou uma nova etapa política no Uruguai. A mudança na presidência foi a primeira reacção do regime depois da sua derrota no plebiscito de 30 de Novembro do ano passado, quando a nova Constituição, que legalizava a presença militar na condução do país, foi submetida à consulta popular.

Ao mesmo tempo que se realizavam reuniões internas para se chegar a um consenso sobre o nome do sucessor de Aparicio Méndez, as Forças Armadas iniciaram um processo de diálogo político através da **Comaspo**, Comissão de Assuntos Políticos, para a qual foram convocados os dirigentes dos dois partidos tradicionais, o **Blanco** (ou Nacional) e o **Colorado**, alguns deles proscritos. O objectivo: comprometer as duas correntes políticas na «abertura» que seria iniciada com a tomada de posse do novo presidente. Se bem que alguns dos políticos chamados nunca tivessem exercido uma oposição real ao regime — muitos deles pertencem, inclusivamente, aos reduzidos sectores que pregaram a votação no «Sim» do plebiscito — o que é significativo é terem sido também convocados alguns dirigentes do Partido Nacional e do Partido Colorado que haviam defendido posições de princípio inflexíveis, exigindo uma redemocratização sem disfarces.

As reacções desse tipo — apresentadas, pela primeira vez, de forma tão directa aos militares — não houve, segundo deixaram transpirar alguns círculos próximos dos dirigentes consultados, uma reacção intransigente. Ficou, contudo, no ar a ideia de que as Forças Armadas uruguaias (pelo menos o sector que está a impulsionar o diálogo) «estão» desejo-

sas de encontrar algum consenso entre os civis para que possam traçar um caminho para a democratização.

Ninguém, no campo civil, salvo aqueles que já eram adeptos do regime — por convicção ou oportunismo — pensa assinar esse cheque em branco. Os observadores políticos inclinam-se para a ideia de que não há um projecto definitivo a nível militar, mas sim que esse diálogo evidencia, por um lado, as suas divergências internas (já que, por vezes, o tom das conversações depende muito de quem for o interlocutor) e, por outro, que a prova de maturidade cívica do povo uruguaio demonstrada no plebiscito está a ser difícil de ser superada a nível castrense no esquema simplesmente continuista.

É difícil prever qual será a margem de manobra pessoal que terá o general Alvarez, um dos principais articuladores do golpe de 1973. As Forças Armadas afirmaram, no entanto, perante os políticos convocados para o diálogo, que o projecto de abertura é do conjunto dos militares e

não depende da vontade do chefe do Executivo.

Por ora, as forças democráticas aglutinadas na Frente Ampla (de esquerda) mantêm-se na expectativa ou não atribuem muito valor aos passos dados pelos militares. O exilado de maior peso político no país, Wilson Ferreira Adunate, presidente do Partido Blanco, afirmou que ainda não pode ser dito que esteja realmente em curso um processo de abertura no Uruguai.

Os próximos meses vão ser, sem dúvida, decisivos, seja para confirmar a vontade — até agora somente demonstrada em frágeis atitudes, como o diálogo e o cessar das proscricções e cassações de alguns dirigentes de segundo escalão — de levar o Uruguai a uma redemocratização ou, pelo contrário, para que fique evidenciado que tudo não passou de um esforço para mudar o rosto de um regime, bastante desgastado interna e externamente, com o uso de uma nova máscara rejuvenescedora e sem maiores consequências.

Kampuchea: as divisões persistem

□ A conferência internacional sobre o Kampuchea, realizada pelas Nações Unidas, alcançou apenas, em parte, um dos objectivos fixados pelos seus promotores: convertê-la numa caixa de ressonância para debilitar o governo do Kampuchea e os seus aliados, o Vietname e a União Soviética. Na realidade, surgiram desta reunião divergências mais profundas do que se poderia imaginar entre os governos da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiá-



Sihanuk

PANORAMA TRICONTINENTAL

tico) e a China, que se opõem à intervenção vietnamita no Kampuchea.

Ninguém esperava que, em relação ao objectivo formal da Conferência — a retirada das tropas vietnamitas — fosse possível avançar-se substancialmente. O próprio Kampuchea, bem como o Vietname e a União Soviética, classificaram a reunião de inaceitável e não tomaram parte nas deliberações.

Phnom Penh considerou-a uma «grosseira ingerência» nos seus assuntos internos, e Hanoi reiterou a sua disposição de tratar da «questão do Kampuchea» e da sua presença militar depois de ter cessado todo o apoio externo às guerrilhas do Khmer Vermelho e aos demais grupos que combatem o governo kampucheano. As guerrilhas contam com o apoio da Tailândia, de onde partem diversas operações que não chegam a abalar o poder, mas que desgastam o país e dificultam o seu processo de reconstrução.

Nenhum dos participantes no encontro de Nova Iorque aceitava este ponto de vista. Todavia, os países da ASEAN (Tailândia, Malásia, Indonésia, Filipinas e Singapura) propuseram que na resolução, juntamente com a exigência da retirada vietnamita, fosse incluída uma moção para desarmar os khmeres vermelhos de Pol Pot.

Se a moção tivesse sido aprovada, isso seria um primeiro passo em direcção à tese de Phnom Penh e dos seus aliados e seria ainda razoável manter esperanças de sucessivas aproximações entre as partes envolvidas no conflito. Pequim, no entanto, que dá apoio militar e económico aos khmeres vermelhos, opôs-se energicamente a essa proposta. Foi neces-

sária uma paciente acção mediadora dos delegados franceses para que se chegasse a um acordo em relação ao texto final, que pedia a realização de «acordos para se evitar que as facções armadas kampucheanas impeçam ou perturbem a realização das eleições». (O tema das eleições «livres» é outro ponto inadmissível para o governo do Kampuchea, pois envolve a negação da legitimidade do próprio processo eleitoral que está a ser levado a efeito).

Com a posição de apoio ao regime derrotado de Pol Pot, a China ficou isolada. E ficou, de igual modo, clara a divisão entre as forças que lutam contra o governo de Phnom Penh quando Son Sann, ex-primeiro-ministro de Sihanuk e líder de uma das

facções guerrilheiras, condenou ao mesmo nível o governo de Kampuchea e os khmeres vermelhos, acusando ambos de serem «armados e apoiados maciçamente do exterior».

Uma definição semelhante caberia a Son Sann, mas em relação ao Ocidente. Na realidade, ele representa uma variante simpática às potências capitalistas: com os seus ataques simultâneos aos pró-chineses e aos pró-soviéticos, espera que venham a ser aumentados os apoios à sua formação.

Em resumo: a reunião foi um fracasso em relação às intenções dos seus participantes e, depois de concluída a conferência, a «questão do Kampuchea» ficou tão estagnada como antes.

Brasileiros e cubanos em Bagdade

□ Na nossa última edição («Israel: terrorismo nuclear»), afirmamos que os árabes sofreram um duro golpe com o bombardeamento do reactor iraquiano, mas que Israel perdeu muito com essa agressão, sobretudo no campo político e diplomático.

A recente reunião de parlamentos de vários países em Bagdade, comemorando o 13.º aniversário da revolução do Iraque, terminou com uma veemente condenação do ataque israelita. Nos debates foram registados factos que revelaram a repulsa que a agressão despertou no mundo. Um dos exemplos da virtual unanimidade na condenação foi o

episódio que reuniu na conferência de Bagdade o Partido Democrático Social do Brasil (PDS), presente-mente no poder, e o Partido Comunista de Cuba.

Na sua intervenção, a delegação cubana denunciou o ataque israelita: «Esta agressão contra um Estado membro do Movimento dos Países Não-Alinhados, que realiza um esforço notável para superar a herança de séculos de opressão colonial e de exploração imperialista, é a continuação de uma política agressiva de carácter expansionista que vem caracterizando, há muitos anos, o governo de Israel».

Por sua vez, a delegação do PDS

cadernos do
**terceiro
mundo**

Assinaturas: Portugal — anual (12 números) esc. 500\$00; semestral (6 números) esc. 300\$00. Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S Tomé e Príncipe (12 números, via aérea) esc. 850\$00 ou US\$18. Restantes países (12 números, via aérea) US\$22.

Calçada do Combro, 10-1.º, 1200 Lisboa Tel. 320650

brasileiro, integrada por destacados dirigentes partidários, entre os quais um vice-presidente da Câmara Federal, o deputado Haroldo Sanford, emitiu uma declaração em que «condena com veemência a agressão de Israel contra o Iraque, o que fere os preceitos da paz, as normas do direito internacional e os princípios morais que devem nortear o comportamento das nações, manifestando ainda o seu repúdio pelas radicalizações sionistas, já condenadas pelo governo brasileiro no plenário da ONU».

A moção do PSD apoia ainda a retirada total das forças invasoras que ocupam territórios árabes, o direito à autodeterminação dos pales-

Bagdade; a reunião censurou o ataque israelita

tinos e louva o programa de acção do Partido Baas Árabe e Socialista, que lidera o governo do Iraque.

Como se verifica, só a inabilidade e o fanatismo do sr. Begin podem pro-

vocar esse facto não comum de que Cuba e o Brasil actuem harmoniosamente numa reunião internacional da natureza da que se realizou em Bagdade.



Provocação no Golfo de Syrta

□ Dois caças líbios SU-22 foram abatidos por F-14 dos EUA, no dia 19 de Agosto, no golfo de Syrta, quando efectuavam uma missão de vigilância, durante as manobras militares a que a VI Esquadra norte-americana procedia a 120 milhas das costas líbias. O combate entre dois caças líbios e aparelhos norte-americanos (dois, segundo a versão de Washington, oito, segundo a de Trípoli) ocorreu a 60 milhas das costas da Líbia. As manobras aeronavais envolveram 32 barcos da referida esquadra, encabeçados pelo porta-aviões nuclear «Nimitz» (com capacidade para receber 90 a 95 aviões) e pelo «Forrestal» (lançadores e porta-aviões capaz de albergar 70 aparelhos). Segundo informações vindas a lume na imprensa norte-americana antes da realização dos exercícios, estes constituíram um «teste» que a Administração Reagan pretendeu fazer às reacções da Líbia ante a realização simultânea de manobras aeronavais,

em águas e espaço aéreo sobre os quais Trípoli reclama a sua soberania e exercícios terrestres na sua fronteira com o Egipto.

A realização destas manobras inscreveu-se num vasto plano da Administração Reagan tendente a derrubar o regime líbio, escalonado por diversas fases e no qual se incluem mesmo projectos da CIA para assassinar o dirigente Muammar Kaddafi.

Em Maio deste ano, o Governo dos EUA, pretextando que a Líbia encorajava o «terrorismo internacional», encerrou a embaixada daquele país em Washington, expulsando os diplomatas líbios.

De então para cá, têm-se multiplicado as pressões para que as companhias norte-americanas e euro-ocidentais que operam na Líbia cessem a sua actividade nesse país e evacuem o pessoal.

As reacções dos dirigentes norte-americanos e os comentários da imprensa ocidental aos aconteci-

mentos de Syrte indicam que a Administração Reagan quis efectivamente provocar um incidente com a Líbia, a qual, com a devida antecedência, comunicara a sua oposição à realização das manobras naquele golfo.

Todas as indicações disponíveis e todas as afirmações providas das autoridades de Washington confirmam que, além de um desafio directo à Líbia, as manobras em Syrta visaram: a) fazer valer os «direitos» que os EUA se arrogam de cruzar todos os mares e impor como norma que os Estados devem respeitar o limite de três milhas para as águas territoriais, em contradição com a tendência de alargar esses limites às 200 milhas; b) intimidar todos os Estados que, no Médio Oriente, em África, no seio dos não-alinhados, na OPEP se opõem aos manejos do imperialismo e prosseguem uma política de independência e defesa intransigente da sua soberania.

Angola:

Repúdio Mundial pela invasão da República Popular de Angola

□ A invasão do Sul de Angola, perpetrada por forças sul-africanas, no dia 25 de Agosto, e que culmina uma série de agressões cometidas contra aquele país e outros Estados da Linha da Frente, mereceu o repúdio mundial. Este acto, que constitui uma grave ameaça à paz não só da África Austral mas de todo o mundo, é uma violação dos mais elementares princípios internacionais e visa perpetuar o domínio ilegal da Namíbia pelo regime racista de Pretória. Os seus objectivos imediatos são a criação de condições que permitam impor o chamado «plano de paz norte-americana para a Namíbia».

Como se sabe, a actual Administração enviou o subsecretário de Estado para os Assuntos Africanos, Chester Crocker, em longo périplo por várias capitais africanas, a fim de «vender» um projecto de «independência» da Namíbia, que fazendo tábua rasa de todas as decisões da ONU e, nomeadamente da resolução

453 já anteriormente aceite por Washington, procurava salvaguardar os interesses brancos naquele território e «trocar» a solução do problema pela retirada das tropas cubanas de Angola e pela partilha do poder em Luanda entre o MPLA-PT e a UNITA (Organização fantoche apoiada pela África do Sul). Ao mesmo tempo, a Administração Reagan dava a conhecer publicamente as suas relações preferenciais com o regime de Pretória e «ressuscitava» o contra-revolucionário Savimbi, procurando anular a emenda Clark e fornecer novo alento aos bandos da UNITA.

Este conluio assumido publicamente permitiu que Pretória organizasse a sua operação militar (nome de código «Proteu») mais ambiciosa desde que interveio em Angola em 1975. Segundo tudo indica, o propósito desta invasão — que fez penetrar as tropas racistas a 300 quilómetros de território angolano e durante a

qual a África do Sul recorreu a bombardeamentos aéreos e à guerra química — é a criação de uma espécie de «Estado da UNITA» no Sul de Angola, para facilitar a adopção do referido plano para a Namíbia. Tanto assim é que o já citado Chester Crocker, justificando a acção sul-africana, se apressou a afirmar que a paz voltaria à África Austral, quando as tropas cubanas retrassem de Angola, o que permitiria a «independência» da Namíbia.

É, no entanto, muito duvidoso que a dupla Reagan-Botha tenha meios para impor esta política. Unanimemente condenada pelas organizações internacionais e pelos Governos de todo o mundo, a invasão de Angola suscitou uma onda de repúdio, cuja veemência faz prever que os fins prosseguidos por Pretória e Washington, de modo nenhum, contarão com o indispensável apoio internacional. Muito significativo é o facto de os próprios parceiros dos EUA na NATO — que tanto têm auxiliado a África do Sul e a manutenção do seu domínio ilegal sobre a Namíbia — terem juntado a sua voz (em certos casos de forma muito inequívoca) aos protestos mundiais. Apesar das vitórias militares proclamadas pela África do Sul, a sua derrota política é mais que evidente. O Governo de Washington, teimando em apoiar Pretória, nesta acção violadora de todas as normas internacionais e ameaçadora da paz mundial, coíoca-se também à margem da comunidade das nações, fazendo recair sobre si a derrota política infligida ao seu protegido. Num próximo número de **cadernos do Terceiro Mundo** incluiremos informações pormenorizadas sobre este grave acontecimento, cujas implicações e cujas consequências são, por ora, imprevisíveis, pois à data do fecho da nossa edição continuam os combates e a ocupação pelas tropas racistas de dez localidades da província angolana do Cunene, incluindo a capital N'giva.



Com o apoio do Governo norte-americano

Reabilitação – O presidente Samora Machel anunciou a desactivação do Centro de Reeducação de M'Sawize, na província moçambicana de Niassa. No Centro encontravam-se 480 antigos membros de organizações repressivas criadas pelo governo colonial português no país, tais como a Pide (polícia política), OPVS, GES, etc.

O chefe de Estado moçambicano afirmou que, a partir daquele momento, todos os ex-reeducandos passavam a desfrutar dos mesmos direitos dos outros cidadãos moçambicanos. A medida não abrange, porém, os elementos que, tendo servido numa daquelas organizações, não passaram ainda pelo processo de reeducação.

Tem sido uma das características do governo de Moçambique independente o humanismo com que são tratados os elementos que fizeram parte dos órgãos repressivos coloniais. Uma lição prática de respeito pelos direitos humanos.

Nos campos de reabilitação, esses elementos viviam como qualquer camponês, cultivando a terra e integrados na população de cujos problemas compartilhavam.

Petróleo – O petróleo voltou a ser um ponto de atrito entre o governo civil do presidente Belaúnde Terry e as Forças Armadas peruanas. Um projecto de lei apresentado pelo presidente do Senado, Javier Alva Orlandini, líder de uma das tendências do partido no poder, a Acção Popular (AP), propôs a suspensão dos artigos das leis que estabelecem que as Forças Armadas devem conceder a sua autorização no que respeita aos contratos petrolíferos. Os militares, no entanto, segundo informações publicadas na imprensa, não aceitam a suspensão do veto que têm sobre os contratos petrolíferos com empresas estrangeiras. Problemas relativos a um contrato petrolífero foram a causa, em Outubro de 1968, do derrube do actual presidente Belaúnde Terry pelo general nacionalista Velasco Alvarado. O governo, porém, considera hoje que o poder de veto confere aos militares uma capacidade de decisão alheia às suas funções. Por sua vez, as Forças Armadas entendem que os jazigos petrolíferos fazem parte da segurança nacional e têm, portanto, implicações militares. Preferem eles que o petróleo seja explorado pela empresa estatal Petroperú, mas na opinião do ministro do sector, Pedro Pablo Kuczynsky, o Estado não tem capacidade financeira para empreender a exploração e a extracção petrolífera com a necessária urgência.



Maurice Bishop

Solidariedade – O governo de Maurice Bishop ficou satisfeito com a solidariedade dos países das Caraíbas que recusaram recentemente a ajuda norte-americana de quatro milhões de dólares pelo facto de Washington tentar excluir Granada dos benefícios da doação. Até mesmo a Jamaica, presentemente governada por uma equipa conservadora e pró-ocidental, aderiu a essa decisão. A doação ia ser feita ao Banco de Desenvolvimento das Caraíbas (BDC), que confirmou a sua decisão de não aceitar a ajuda norte-americana, devido à discriminação feita em relação a Granada. Nicholls, presidente do BDC, afirmou que as condições da oferta violavam os estatutos da sua instituição. O BDC foi criado em 1970 e desde então recebeu dos Estados Unidos 190 milhões de dólares.

Bancos estrangeiros – Vinte e quatro bancos e institutos financeiros internacionais estabeleceram-se no Chile desde 1975, segundo uma informação da Corporação de Fomento à Produção (CORFO). Outros 20 novos bancos comerciais estão em negociação para abrir delegações nesse país. Enquanto certos sectores do governo consideram benéfica para a economia chilena o aumento da actividade bancária estrangeira, o ministério do Interior, seguindo a mesma ideologia entreguista, negou autorização para que fosse realizado um acto comemorativo pelo décimo aniversário da nacionalização do cobre, que devolveu ao país as suas riquezas básicas.



Sir Seewosagur
Ramgoolam

Diego Garcia – O primeiro-ministro das Ilhas Maurícias, Sir Seewosagur Ramgoolam, vai apresentar na Assembleia-Geral das Nações Unidas um memorando a pedir à Grã-Bretanha a devolução da ilha de Diego Garcia. Esse assunto foi analisado durante a última reunião da OUA (Organização da Unidade Africana), realizada em Nairobi. A maioria dos países africanos apoiou «as legítimas reivindicações do povo mauriciano». Como é sabido, a ilha de Diego Garcia, que faz parte do arquipélago das Ilhas Maurícias, foi cedida por Londres aos Estados Unidos, que construíram ali uma das suas mais importantes bases aeronavais no estrangeiro.

Central de subversão – O presidente moçambicano, Samora Machel, acusou a África do Sul de recrutar, adestrar e lançar contra os países da Linha da Frente «grupos de mercenários especializados em subversão, sabotagem e assassinios». Na sua opinião, a África do Sul é «uma autêntica central de subversão» na África Austral. Samora Machel denunciou ainda o estabelecimento de bases militares no Oceano Índico, considerando-o «uma ameaça permanente à independência e à tranquilidade interna dos países ribeirinhos». Em relação à Namíbia, Samora Machel condenou, uma vez mais, o regime do *apartheid*, frisando a «atitude ambígua, muitas vezes de cumplicidade, do «Grupo de Contacto» dos países ocidentais.

OPEP – Vai ser inaugurado, brevemente, na Venezuela, um Centro de Estudos da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que analisará sistematicamente os problemas petrolíferos do mundo, organizando também seminários e divulgando informações sobre a história da OPEP.

Moçambique: combate à doença – Todas as crianças recém-nascidas serão obrigatoriamente vacinadas contra a tuberculose antes de saírem das maternidades moçambicanas – decidiu o Ministério da Saúde do Maputo. As autoridades moçambicanas esperam, deste modo, fazer baixar a incidência da tuberculose. Obrigatória é também a vacinação contra o sarampo para todas as crianças de idade superior a nove meses. O sarampo é uma das doenças que mais mortes causa entre as crianças moçambicanas.

Mais dinheiro para armas – De 1976 para cá as autoridades racistas de Pretória triplicaram o seu orçamento de defesa. Segundo informações prestadas ao Parlamento pelo ministro da Defesa, Owen Horwood, o orçamento militar de Pretória ascenderá este ano a cerca de 1500 milhões de libras esterlinas, o que equivale a um aumento de 40% em relação ao ano passado, e corresponde ao triplo dos gastos feitos em 1976 com essa rubrica. Em contrapartida, os restantes gastos orçamentais sofreram um aumento de apenas 1%.

Novos embaixadores – A República de Cabo Verde e a República da Guiné-Bissau têm novos representantes junto do Estado português, cargos agora ocupados por Corsino Tolentino e por Leonel Sebastião Vieira, respectivamente. O novo embaixador cabo verdiano vem substituir Corsino Fortes, poeta e intelectual, figura muito prestigiada em Portugal, que regressou ao seu país para desempenhar o cargo de Secretário de Estado adjunto do Primeiro-Ministro, com responsabilidade, sobretudo, sobre o pelouro da informação.

Por sua vez, Leonel Vieira, substituiu Filinto de Barros, actual titular do Ministério da Informação e Cultura da República da Guiné-Bissau. Leonel Vieira, ocupava uma posição de relevo no Ministério dos Negócios Estrangeiros em Bissau, antes desta nomeação, tendo chefiado várias missões diplomáticas ao estrangeiro.

telex telex telex telex telex

Desenvolvimento nuclear – «Se o Iraque de-sejar firmar, com o meu país, um novo acordo para a instalação de um reactor nuclear, a França está pronta a fazê-lo nas mesmas condições em que o tem feito a outros clientes» – afirmou o ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Claude Cheysson. O ministro garantiu que «os contratos de vendas de armas assinados pelo governo anterior serão respeitados, mas que a França não venderá armas aos países totalitários, que poderiam utilizá-las como meio de repressão».

Um segredo bem guardado – Seis empresas estatais do Canadá e 18 multinacionais, da França, Grã-Bretanha, África do Sul e Austrália constituíram, no mais absoluto segredo, um «clube» (ou cartel) para controlar o preço e a produção do urânio. O «clube dos cinco» foi constituído na década de 70, mas só agora a sua existência foi revelada no Canadá, cujo governo se viu obrigado a prestar informações sobre o caso, devido ao facto de o Departamento de Justiça dos EUA ter tomado conhecimento do que se passava. Algumas das grandes empresas envolvidas no escândalo: «Rio Tinto Zinc» (britânica), «Comissariat de L'Energie Atomique» (França), Corporação de Combustíveis Nucleares (África do Sul), «Zinc Electronic» (Austrália). O «clube» teve a sua sede em Paris entre 1972 e 1975, e o acordo para a sua criação foi elaborado em Joanesburgo. O cartel escondia-se sob a designação eufemística de «Investigações Conjuntas do Mercado» e os documentos internos que circulavam no interior do clube eram catalogados em três categorias: secretos, altamente confidenciais e especialmente confidenciais. O cartel manteve-se secreto, porque os cinco países capitalistas industrializados que o constituíam queriam ter mãos livres para condenar os esforços das nações subdesenvolvidas interessadas na criação de monopólios de defesa das suas matérias-primas. Aliás a política oficial canadiana era a de recusa em participar em associações de produtores do Terceiro Mundo. As tentativas nesse sentido feitas junto do Canadá pelos produtores de tungsténio, cobre, ferro, mercúrio e prata foram sistematicamente rechaçadas por Otava.

Atentado às liberdades no Egipto – O governo egípcio desencadeou uma acção em larga escala contra bibliotecas e livrarias, destinada a apreender todas as publicações do Comité de Defesa das Liberdades. Este organismo tem vindo a publicar livros e panfletos denunciando a política governamental e a penetração sionista no Egipto.

Rivalidade – A tradicional rivalidade entre a China e a Índia – que em 1962 chegou a provocar uma guerra de um mês entre os dois países – parece começar a dissipar-se. Foi, pelo menos, assim que se expressaram, nas suas respectivas intervenções, os ministros dos Negócios Estrangeiros da China, Huang Hua, e da Índia, Narasimha Rao. Huang visitou a Índia em fins de Julho. Foi a primeira visita oficial de uma autoridade chinesa a Nova Deli desde a guerra.

Namíbia e Sahara Ocidental – A situação de discriminação racial a que estão sujeitas as populações da Namíbia e do Sahara Ocidental foi objecto de uma tomada de posição do Comité das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial. No tocante à Namíbia, o Comité manifestou a sua preocupação pela persistência e crescente agravamento da discriminação racial, e da sua forma mais brutal – o «apartheid» – naquele território. O Comité apelou a que todos os países signatários da Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial suspendessem a colaboração militar e o apoio à África do Sul. O Comité manifestou-se igualmente preocupado pelas tendências visíveis para que a África do Sul proclame uma declaração unilateral de independência no território. Saliente-se ainda a preocupação manifestada pelo Comité pelo facto de os recursos da Namíbia estarem a ser sujeitos a uma superexploração, susceptível de conduzir ao seu rápido esgotamento.

Quanto ao Sahara Ocidental, o Comité exprime a sua convicção de que a presente situação é de molde a criar diferenças de igualdade de tratamento entre os vários sectores da população, e apoiou as resoluções da ONU e da OUA, reafirmando os direitos inalienáveis do povo do Sahara Ocidental à autodeterminação.

O assalto à Amazónia

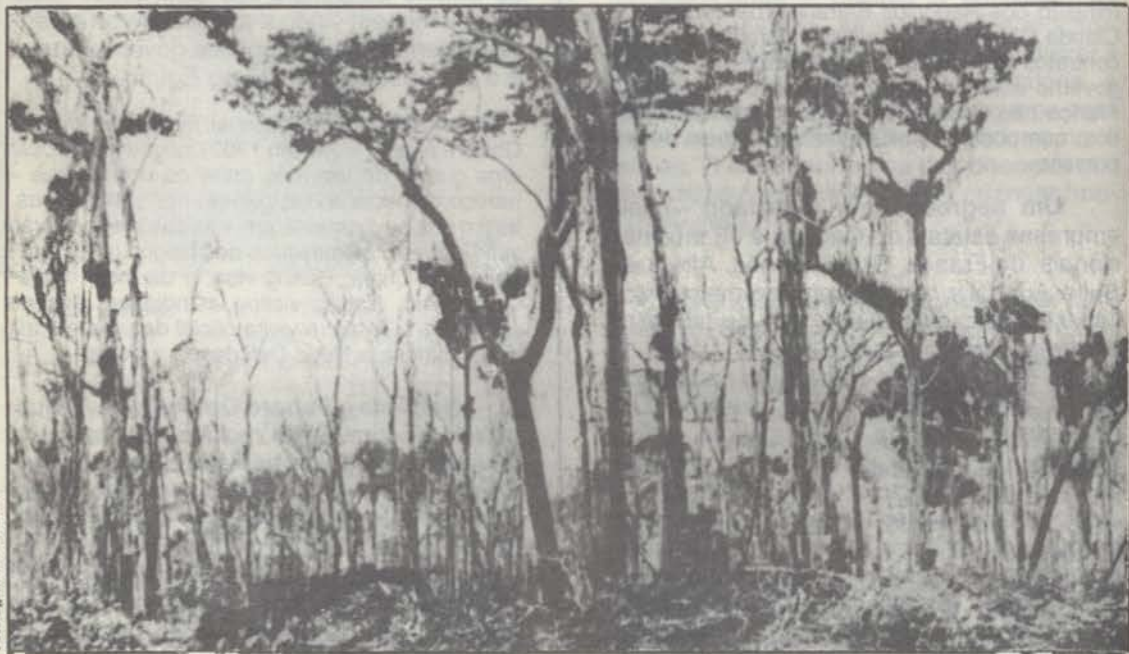


Foto agência O GLOBU

Antigamente, na Amazónia era assim: seis leñadores levavam entre 6 a 8 dias para derrubar um hectare de selva. Agora, sozinho, um homem pode derrubar um hectare em dois dias se utilizar uma moto-serra; 40 a 50 hectares de mata num só dia se usar o «correntão» — uma corrente de ferro com 100 metros de comprimento, com um peso de 11 toneladas; ou cerca de 100 hectares em apenas meio dia se utilizar um avião e os desfolhantes que eram usados no Vietname.

A destruição ecológica faz parte de uma realidade que ameaça destruir a Amazónia: a sua ocupação em larga escala pelo capital transnacional em associação com o grande capital brasileiro e com o governo de Brasília. São projectos gigantescos, como é o caso do Jari, do capitalista norte-americano Daniel Ludwig, e da Alcoa, também norte-americana. É ainda o caso do Carajás, onde o governo, propositadamente, limitou a sua própria actividade à extracção do minério de ferro para deixar noutros sectores o campo aberto às transnacionais e ao empresariado privado nacio-

nal, sem qualquer controlo e... com muitos subsídios.

Trata-se de uma nova etapa da história da Amazónia, onde o empreendimento seringalista começa a sair de cena para dar lugar à empresa agropecuária, de mineração ou madeireira. Uma nova história que repete, em escala bem maior, os erros das últimas décadas, que contribuem para agravar os problemas da região amazónica, onde a pobreza e a desesperança contrastam com o imenso potencial do solo e as grandes perspectivas que a sua exploração adequada — visando os interesses do país — poderia abrir para o povo brasileiro.

Esta reportagem, coordenada por Edilson Martins, especialista em assuntos da Amazónia, pretende dar ao leitor um panorama tão vasto quanto possível do que se está a passar hoje na Amazónia. Dizer que a maior floresta do mundo está hoje ameaçada representa pouco. A Amazónia está de facto a ser invadida e saqueada como nunca aconteceu nas tentativas anteriores que o capital internacional fez para a ocupar.

Amazónia: 50 anos de fracassos e decepções

A «Fordlândia», do capitalista norte-americano Henry Ford, fracassou. Os grandes lagos do futurólogo Herman Kahn, também norte-americano, não saíram do papel. E a Transamazónica continua a criar graves problemas para a região.

Edilson Martins

NOS últimos 50 anos, três projectos geraram esperanças na Amazónia brasileira: o primeiro fracassou, o segundo não saiu do papel e o terceiro, embora executado, talvez tenha trazido mais danos que benefícios.

Dos projectos, o primeiro foi a criação da «Fordlândia», no Pará, em 1928. Dezoito anos depois, revelou-se apenas um sonho exótico de um dos «cardeais» do imperialismo norte-americano, Henry Ford. O segundo projecto era o de um «mar interior», a ser formado pelos Grandes Lagos, que resultaria da inundação dos vales dos rios amazónicos. Foi uma idealização do sr. Herman Kahn que não passou do papel, constituindo, hoje, apenas a recordação espalhafatosa das pretensões do excêntrico futurólogo americano.

A Transamazónica, o terceiro dos projectos, foi anunciado como a redentora da região. Não consolidou nada. Até hoje, em muitos trechos a movimentação de veículos na estrada não é suficiente para justificar as elevadas somas investidas. Na época da construção da Transamazónica, nos anos do chamado «milagre brasileiro», o governo Médici prometia atrair para a região 500 mil nordestinos; não atraiu 30 mil.

A história dos projectos

Em 1928, um ano antes da grande recessão norte-americana, o todo —

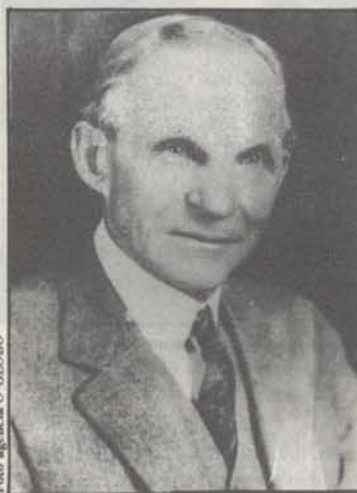


Foto agência O GLOBO

Ford; comandando tudo pelo telégrafo

poderoso Henry Ford empreendeu numa ideia: suprimir definitivamente a falta de borracha nas suas indústrias. O grande capitalista não suportava continuar na dependência dos preços dos ingleses do Ceilão (actual Sri Lanka) e dos holandeses de Java.

Resolveu então fixar-se na Amazónia. Para que o capitalista norte-americano pudesse concretizar os seus sonhos, o governo brasileiro cede-lhe 2470 Km² (2,5 milhões de acres) de terras, nas margens do rio Tapajós. Três mil caboclos (1) foram convocados, numa verdadeira acção de guerra, passando a auferir salários que se consideravam nesse tempo régios. O excesso de concessões à empresa Ford foi mo-

tivo de protesto por parte dos seringueiros, grandes latifundiários. De nada adiantou — um milhão de pés de seringueiras foram plantados.

No coração da Amazónia começaram então a surgir o hospital, os postos de saúde, os «courts» de ténis, as mansões dos directores, o café e o **drugstore**, no melhor estilo da Nova Inglaterra. Assumindo a posição de general numa zona conflagrada, o velho Ford comandava tudo pelo telégrafo. A animação e exuberância dos anos iniciais pouco duraram: os pés de seringueira começaram a definhir, mortos pelo excesso de sol e a falta de humidade, consequência da abertura de grandes clareiras. A floresta heterogénea triunfava, apesar do tecnicismo e da disciplina do capitalista norte-americano. Em 1946, Henry Ford despediu-se melancolicamente da Amazónia. O primeiro projecto ambicioso dava a sua história por encerrada. Duas décadas depois, Ludwig, também poderoso capitalista norte-americano, repetiria a empreitada de Henry Ford, evidentemente, com características e objectivos bem diferentes; tudo leva a crer que o destino do seu projecto Jari será o mesmo da «Fordlândia» (ler artigo neste número).

A década de 60 regista nova tentativa de ocupação da Amazónia. Não tão aventureira como a primeira, mas, sem dúvida, fantástica. A diferença é que o Henry Ford dos anos 60 não tinha o poder econó-



Transamazônica; um projecto faraónico que não integrou a região — desintegrou

mico do criador da Fordlândia. Ao invés de dinheiro, o seu poder provinha do seu QI (coeficiente de inteligência) amplamente alardeado. O seu nome, Herman Kahn, 150 quilos, obeso, lento, extremamente feio, director do Hudson Institute dos Estados Unidos. Na época, o Hudson reunia dezenas de cientistas de renome internacional. Não só concebia projectos futuristas para a economia de fiferentes países, como intentava até prever o desdobramento de guerras convencionais, por exemplo, a do Vietname; tanto no caso da Amazónia como no caso do Vietname o instituto falhou.

Um «mar» de barragens

O mar interior projectado para a Amazónia provocou polémicas em todo o país. Anunciado em 1967, não faltou, como sempre acontece, quem também o defendesse. Na verdade, o projecto de um sistema

sul-americano de grandes lagos fora anunciado pela primeira vez em 1964. Quem lançou a ideia foi um discípulo de Kahn: Robert Panero.

Panero propunha a construção de barragens baixas para formar os lagos. A equipa do futurologo Herman Kahn chegou a sobrevoar várias vezes a Amazónia colombiana, estudando locais para a execução do projecto. Edificadas ao longo dos rios, com elevação de dez a trinta metros, as barragens formariam, segundo o projecto, um «mar» na maior bacia de água doce do mundo. Entendiam os cientistas do Hudson Institute que o continente sul-americano tinha uma grande vocação: a da ligação dos seus principais rios, através de canais, possibilitando assim o tráfego directo e permanente.

Um detalhe: a ligação dos principais rios (a exemplo, do Araguaia e o Xingu, que são paralelos e correm em direcção ao Amazonas) acabaria por unir o Oceano Atlântico ao Pa-

cífico através da faixa norte do continente.

Em resumo, o projecto resultaria na interligação de cinco grandes nações sul-americanas, significaria a tão sonhada internacionalização da Amazónia, reivindicação das nações desenvolvidas do Ocidente.

Canoas, botes a motor e pequenos navios seriam lançados nos lagos, ligando cidades, vilas e povoados. Existia a expectativa de que o projecto resultasse na estabilização dos níveis de água dos rios, reduzindo os problemas causados pela acumulação de sedimentos. Além disso, melhoraria o potencial de navegação, propiciando, segundo os seus defensores, um grande desenvolvimento da região, em consequência das facilidades para, circulação da produção. Hoje, Herman Kahn, o seu discípulo Robert Panero e o Hudson Institute são apenas passado na longa noite de pesadelo da Amazónia.

A Transamazônica

A década de 70 acabou com o sonho dos grandes lagos e substituiu-o por outro mais efectivo; as estradas, apontadas como solução definitiva para a integração de toda a região.

Dentro dessa perspectiva nasceu o projecto da Transamazônica. O seu objectivo era o de ligar o ponto mais oriental da América do Sul — o Cabo Branco, no Atlântico — à rede rodoviária peruana, atingindo o Pacífico após vencer a floresta. Na verdade, esse objectivo foi hoje praticamente alcançado.

Mas se a Transamazônica internacionalizou a região, fracassou como projecto de integração. Isto porque não se coloniza uma região com mão-de-obra miserável, sem poupança, sem tecnologia; com migrantes abandonados e ludibriados pelo governo, ecológicamente inexperientes e sobretudo famintos. □

(1) Assalariado rural

O ciclo da borracha

A velha empresa seringalista perde os financiamentos do governo e dá lugar à nova empresa «agro-pecuária», madeireira e de mineração, oriunda do capital industrial.

A Amazónia brasileira — região Norte — com uma área de 3.581.000 quilómetros quadrados, o que corresponde a 42% de todo o território nacional, incluindo os Estados do Pará, Amazonas, Acre, e os territórios de Rondônia, Amapá e Roraima, vive, desde a década de 60, um novo ciclo socio-económico.

A velha empresa seringalista, que desde a segunda metade do século passado fora a unidade básica do ciclo extractor da borracha, com os seus seringalistas históricos e os seus seringueiros lendários, está praticamente inactiva, muito embora o país importe anualmente 50 mil toneladas desse produto, pagando ao mercado externo cerca de 85 milhões de dólares.

Essa transição atinge a chamada Amazónia legal, que envolve outros Estados fora da região Norte, abrangendo 58% do país. A região assiste hoje à consolidação da nova empresa agro-pecuária, madeireira e de mineração, oriunda do capital industrial. A substituição do capital comercial — base do ciclo mono-extractor da borracha, colheita da castanha-do-Pará e comercialização de peles de animais silvestres — pela nova empresa, com uma tecnologia transnacional e altamente sofisticada, gera hoje uma das transformações mais radicais de toda a história da Amazónia.

A primeira região escolhida nessa nova tentativa de ocupação foi o vale do Araguaia. O processo actual

apresenta características especiais e merece já uma reflexão nacional. Ele é levado a efeito num sentido de ocupação e devassamento definitivos, de delapidação das reservas florestais, das riquezas minerais do subsolo e da destruição prática e económica de toda a região.

No dia 31 de Outubro de 1853, o governo dos Estados Unidos solicitou oficialmente ao Brasil que abrisse a Amazónia à navegação internacional. Desde 1823 — data do primeiro embarque de borracha brasileira para o mercado externo — que certos interesses internacionais se voltavam para a região. Em 1912, o Brasil perde definitivamente a hegemonia mundial da produção da borracha, que mantinha desde 1870.

Durante esse período, os ingleses contrabandearam, do Brasil para as suas colónias do Sudeste asiático, 70 mil *mudas*, vindo a tornar-se posteriormente, com o desenvolvimento dos novos seringais, os principais exportadores do mundo, em consequência do alto grau de racionalização capitalista das suas plantações.

De 1922 a 1945, os consórcios norte-americanos interessados na exploração da goma elástica (latex), fundam as companhias *Amazon Corporation*, *American Brazilian Exploration Corporation*, *Canadian Amazon Co. Ltd.* e a *Ford Amazon Company*, entre outras. Para se ter uma ideia do que foi o ciclo da borracha, que agora se encerra, bastará enunciar alguns da-

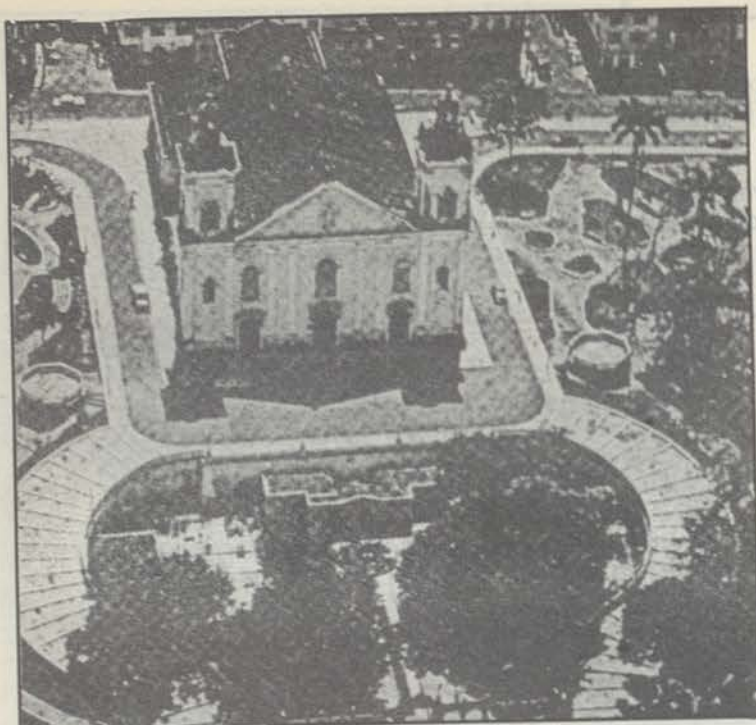
dos. Em 1823, a actual região Norte contava uma população calculada em 127 mil habitantes; em 1872, a população andava à volta de 340 mil; em 1900, já ultrapassava os 700 mil habitantes; e, em 1920, contava já um milhão e 400 mil habitantes.

No momento em que o país luta e necessita de reduzir o seu volume de importações, a produção actual da borracha, fundamental para a sua indústria, não vai além de 21 mil toneladas. Nos últimos cinco anos, o consumo da indústria brasileira aumentou cerca de 80%. O Brasil apresenta anualmente um défice de, aproximadamente, 50 mil toneladas; em 1972, esse défice era de 18 mil toneladas.

O Estado do Acre, por exemplo, cuja vocação para a produção de latex é indiscutível, está hoje transformado numa grande fazenda de gado, com inúmeras empresas madeireiras que destroem implacavelmente a floresta tropical.

A partir de 1970, o ciclo da borracha, que durou 100 anos, sofreu dois golpes mortais: foi extinto o monopólio estatal da borracha, o que desobriga o Banco da Amazónia de financiar a empresa seringalista; e o governo Federal contestou, através do Inbra, o domínio da propriedade. Todos os grandes proprietários passaram à situação de rendeiros.

Um seringalista da região, Armando Pereira, definiu deste modo essas duas medidas: «Foi um golpe económico decisivo desferido na



Manaus, resquício de uma época próspera proporcionada pela riqueza da borra-cha

boca do estômago de toda uma classe.

O capital industrial, oriundo de empresas transnacionais e grupos sulistas, esmagou dessa forma, impiedosamente, a velha empresa seringalista.

A suspensão de financiamentos pelo Banco da Amazônia, deixou toda a classe dos seringalistas endividada. A partir de 1970, os grandes seringais, alguns deles com mais de 600 mil hectares, passaram a ser vendidos a preços irrisórios a grupos sulistas e a empresas estrangeiras. O hectare era adquirido a 2,5 cruzeiros; (43,89 por dólar em Janeiro de 1980) hoje, chega a estar a 5,8 mil. Os resultados negativos dessa política são notórios.

A penetração

Há que observar que, sem as estradas, a empresa transnacional e os grupos nacionais a ela associados não teriam jamais chegado, com a rapidez conhecida, à Amazônia.

Nenhum dos grupos do ciclo actual — madeireiro, mineração e agro-pecuário — ingressou na região pelos rios, que seria a via natural e a menos prejudicial natureza. A cunha da penetração actual foram as estradas, principalmente a de Belém para Brasília, iniciada no governo de Juscelino Kubitschek. A instalação do capital industrial começa, portanto, a partir de Juscelino, alcançando o auge após o golpe militar de 1964.

Implantada a via Belém-Brasília, estava criada a infra-estrutura para se alcançar o vale dos rios Araguaia, Tocantins, Sul do Pará, Rondônia e, finalmente, o Acre, o último reduto dessa penetração nacional-estrangeira da Amazônia brasileira.

A riqueza maior

É bom não esquecer que o maior patrimônio da Amazônia são os seus recursos naturais. O desafio que a nação vive no seu todo é o desapare-

cimento desses recursos naturais. Os danos que estão, presentemente, a ser perpetrados contra a Amazônia — desflorestamento intensivo sem reposição, principalmente nas grandes pastagens — são irreparáveis.

O cientista Herbert O. R. Schubart, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA — uma das instituições que está a realizar estudos sérios sobre o modelo de colonização da região, adverte que «a questão fundamental que se apresenta à humanidade, tendo em vista o desaparecimento dos recursos naturais da terra, é a regularização das suas populações através de mecanismos mais inteligentes do que as guerras, as catástrofes ou a fome».

O ciclo que agora se inicia tem nos desflorestamentos o seu grande aliado. E esses desflorestamentos têm lugar sob o patrocínio de incentivos fiscais proporcionados pelo governo Federal, conforme denúncia do INPA, um organismo, por sinal, oficial. «No Acre e na Rondônia», revelou recentemente esse organismo, «estão a ser queimadas diversas essências de valor económico, devido aos estímulos dos incentivos fiscais, para a implantação de campos de pastagem».

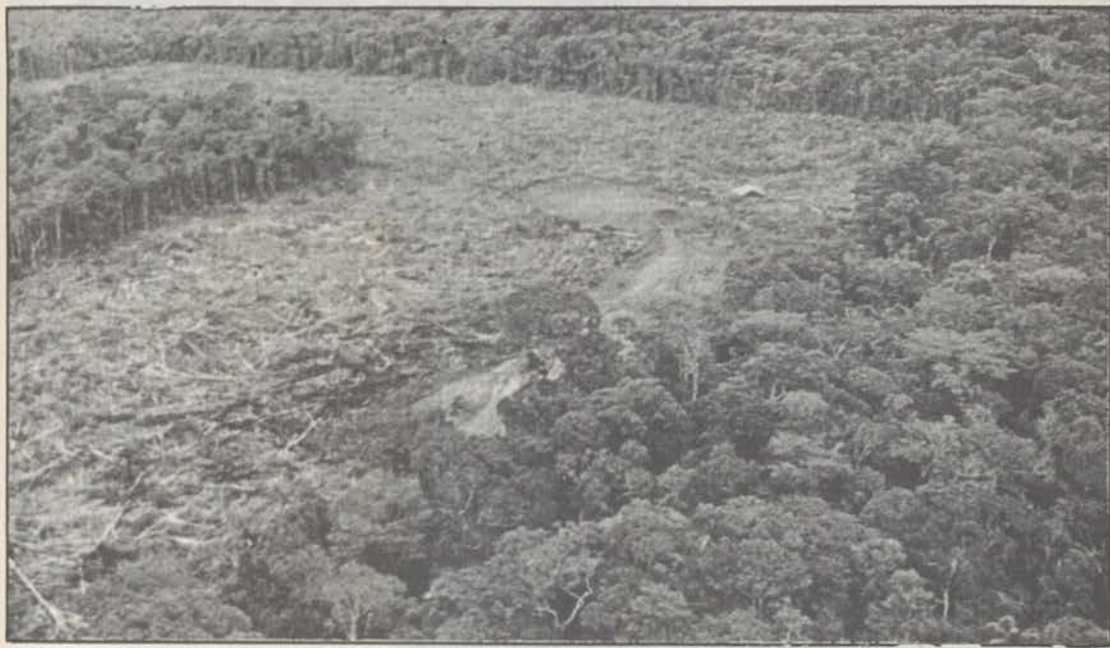
Os «barões da borracha», os que sobraram, encontram-se imobilizados pelo reumatismo, a obesidade e carências financeiras, sem poder e sem voz. Os charutos «Romeu e Julieta» já não se acendem à luz morna de candelabros austríacos. Entretanto, nos cabarés de Marabá, a cidade mais próxima das explorações de minérios da Serra Pelada, no Sul do Pará — a Amazônia viveu sempre de mitos, desde a sua descoberta — uma prostituta chega a cobrar 50 mil cruzeiros por uma noite.

Ontem era o insolente e invariavelmente obeso seringalista; hoje, o símbolo desse novo **eldorado** pode ser um ex-emigrante, subnutrido, vindo dos sertões nordestinos, atraído pela febre do ouro que assola o vale do grande rio. □

O assalto à floresta

A «tecnologia» aplicada nos desmatamentos amazônicos tem vindo a evoluir rapidamente: com desfolhante, um avião sozinho liquida cerca de 100 hectares de floresta em apenas meio dia de trabalho

Orlando Valverde *



TODAS as políticas de ocupação da Amazônia brasileira foram determinadas em função de interesses estranhos à região e mesmo ao país.

De acordo com um recente relatório sobre o desflorestamento da Amazônia, elaborado por técnicos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), de São José dos Campos (S. Paulo), baseado em imagens de satélite, foram derrubados 7 milhões e 700 mil hectares (77 mil quilómetros quadrados) de floresta até ao final de 1978, área equivalente a 2,96 por cento das reservas brasileiras. Embora a percentagem seja ainda modesta, é alarmante o

facto de a taxa de incremento da devastação ter, entre 1975 e 1978, apresentado o valor de 169 por cento.

Realmente, à medida que o tempo corre, o processo de devastação acelera-se: a machado e foice, como se trabalhava até finais da década de 60, seis lenhadores levavam entre seis a oito dias para derrubar um hectare de mata não inundável; com moto-serra, um homem sozinho pode derrubar um hectare em dois dias. Na segunda metade da década

de 70, entrou em utilização o «correntão», uma corrente de ferro, de 100 metros de comprimento, arrastada em cada extremidade por um tractor pesado, que abre um corredor nas matas de troncos finos. Com esta técnica, que provoca terríveis danos ecológicos, uma equipa de cinco homens pode derrubar 40 a 50 hectares de mata num só dia.

Quando terminou a guerra do Vietname, sobraram nos Estados Unidos grandes stocks do chamada «agente laranja», desfolhante que aniquilou as matas vietnamitas e provocou horrorosas doenças na população. Esse material, contrabandeado, em parte, para a Zona Franca

Orlando Valverde é geógrafo, com vários livros publicados sobre a Amazônia

de Manaus, foi adquirido no comércio.

No Acre, por exemplo, onde é muito pequeno o número de «projectos agropecuários» financiados, o desfolhante foi utilizado também como um dos meios para expulsar das suas terras rendeiros, índios e seringueiros, forçando-os a emigrar para não morrerem. Usando desfolhante, um aviador, sozinho, pode destruir cerca de 100 hectares de floresta em apenas meio dia de trabalho.

Os trabalhadores contratados para o corte das matas e o plantio das pastagens são aliciados por empreiteiros de mão-de-obra, vulgarmente conhecidos por «gatos», nas regiões onde há crise agrária, sobretudo no Maranhão, de onde são transportados sob vigilância, como se de gado se tratasse. Terminado o seu serviço, são despedidos sem qualquer indemnização, em desobediência absoluta às leis do trabalho. Sem dinheiro para regressar à sua terra natal, esses trabalhadores penetram mais ainda na selva amazônica, onde se estabelecem como rendeiros. Daí, poderão, mais tarde, ser expulsos, mas entretanto, já terão derrubado um pouco mais de floresta, aumentando assim o desflorestamento.

Nas terras desprovidas de cobertura florestal e submetidas aos aguaceiros que se sucedem à época das queimadas, acontece o seguinte: erosão acelerada dos solos; lixiviação, que é o arrastamento dos nutrientes solúveis, por dissolução, para o lençol freático, e daí para os rios; eluviação, ou seja, descida das partículas finas (argila, silte e areias finas) para as camadas inferiores do solo; aumento da carga sólida dos rios, que se entulham de sedimentos. E a alteração do clima local e do regime das águas. Resultado: os rios tornam-se torrenciais, com enchentes e vazantes violentas.

Na floresta, verifica-se o desapa-



Os desfolhantes têm várias utilidades; aniquilar e expulsar insectos e índios

recimento de várias espécies vegetais como, por exemplo, o mogno, a madeira de marcenaria mais preciosa da Amazônia; a maçaranduba, que além de madeira produz goma não elástica; o castanheiro-do-Pará, também com boa madeira e dando, com as suas sementes, o alimento mais rico que se conhece por unidade de volume; a poaia, ou ipecacuanha, raiz medicinal; o pau-rosa, produtor de essência para perfumaria.

Há uma ameaça real: a continuar tal processo, muitas espécies botânicas desaparecerão da Terra para sempre.

Exploração florestal

Para se compreender, desde a origem, a evolução dos propósitos da exploração florestal na Amazônia brasileira, é necessário voltar quase 30 anos atrás.

Logo que foi criado, em 1953, pelo governo federal, o primeiro órgão oficial de planeamento para a Amazônia — que tem hoje o nome de Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) — foi assinado um convénio com a FAO para a execução dos primeiros

levantamentos florestais do país. Os levantamentos foram realizados entre 1954 e 1957, numa extensão de, aproximadamente, 1700 quilómetros por 100 de largura, desde o rio Maracaçumé, no Maranhão, até ao rio Madeira, Amazonas.

Um pormenor significativo: os relatórios técnicos publicados pela FAO tiveram uma edição limitada, copiografada em língua inglesa, ficando, portanto, inacessível ao grande público e aos empresários brasileiros. Só em 1973 é que a SUDAM fez uma edição condensada em português, mas com exclusão dos mapas.

No entanto, já em 1972, a directora do Departamento de Recursos Naturais da SUDAM, Clara Pandolfo, publicou um trabalho sugerindo uma série de reservas florestais e reservas indígenas na Amazônia brasileira, além de «12 florestas regionais de rendimento». Esse trabalho tinha o título de «Estudos Básicos para o Estabelecimento de uma Política de Desenvolvimento dos Recursos Florestais e de Uso Nacional das Terras da Amazônia». Havia, nesse trabalho, informações importantes, entre elas a de que a soma das chamadas «florestas de

rendimento» equivaleria a 392.530 quilómetros, uma superfície maior do que a das duas Alemanhas juntas.

Clara Pandolfo sugeria que o governo brasileiro fornecesse incentivos fiscais, baseados no Imposto de Rendimento, através da SUDAM, para a implantação das reservas. Além disso, o governo responsabilizar-se-ia pela infra-estrutura local, ligando a área de cada projecto ao rio navegável mais próximo. Na opinião de Clara Pandolfo, as concessões das áreas para exploração seriam dadas a empresas qualificadas nacionais ou estrangeiras. A autora admitia que, já naquela época, a exploração madeireira do país vinha sendo feita de forma predatória. Dizia que as poucas empresas que procuravam cumprir o Código Florestal limitavam-se a plantar pequenos bosques de *Eucalyptus* e *Pinus* tropicais, numa proporção muito inferior às áreas devastadas.

Perante esta constatação, sugeria a criação de uma sociedade de economia mista para repor as árvores. A sociedade teria 40% das suas acções subscritas pela União, 20% pela SUDAM e as restantes acções distribuídas entre empresas governamentais e pessoas físicas, ainda que estranhas à região Amazónica.

Relatórios duvidosos

Em 1977, estive no Brasil um outro técnico da FAO. Foi o norueguês F. Schmithusen. Veio com a finalidade de avaliar as propostas do chamado relatório Pandolfo. Não era um silvicultor, mas um técnico em administração de empresas.

Baseado em dados diferentes dos apresentados por Clara Pandolfo, o técnico norueguês criticou mais profundamente os baixos rendimentos das pequenas serrações da Amazônia. A sua sugestão era que a exploração fosse feita em períodos limitados de tempo, de preferência a longo prazo, através de grandes empresas, que não teriam a obrigação de ad-



Do machado à serra, a tecnologia cada vez mais ao serviço da destruição da floresta

quirir as terras onde trabalhassem. Apesar do seu entusiasmo, o técnico estrangeiro não ocultou ao governo a necessidade de se proceder a severas fiscalizações para se evitar a devastação das florestas.

É sintomático o facto de ambos os relatórios mencionados atribuírem à floresta amazónica volumes médios de madeira comercial muito superiores aos volumes fornecidos pelo Projecto Radam. Sem o declararem

explicitamente, é claro que os dois relatórios tinham como finalidade entregar a exploração madeireira da Amazônia brasileira a grandes firmas internacionais, uma vez que há carência de capital para empresas nacionais que viessem a candidatar-se a empreendimentos de tal envergadura. Além disso, de acordo com a legislação em vigor, são consideradas nacionais todas as empresas que tenham sede no Bra-

sil, independentemente da sua composição accional. Como não existe qualquer restrição legal à remessa de lucros para o exterior, fica assim muito facilitada a pilhagem da economia brasileira.

Fiscalização utópica

As recomendações do norueguês Schmithusen, com relação à «severa fiscalização» parecem ridículas para quem conhece esses serviços no Brasil. O técnico da FAO parecia procurar um pretexto para que fosse lançada, futuramente, a culpa das devastações sobre funcionários brasileiros, acusados de inépcia e corrupção.

Em 23 de Janeiro de 1979, o então presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF — o dr. Paulo Berutti, deu uma entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, que retrata claramente a triste situação da guarda florestal no Brasil. Confessando-se envergonhado, o dr. Berutti declarou que havia no país somente 3000 guardas, quando seriam necessários 80.000, no mínimo.

Eis em que situação se encontra a fiscalização florestal apenas nas unidades políticas da Amazônia brasileira: no Estado do Amazonas, para vigiar 156.4 milhões de hectares de matas, há nada mais do que 12 guardas, muito embora equipados com 4 carros e 10 barcos; no Pará, os guardas florestais são em número de 20; no entanto, muito em especial no sudeste desse Estado, prevalece a violência: foram já assassinados três guardas por transgressores da lei ou pelos seus sequazes; no Acre, 15 guardas tomam conta de 15 milhões de hectares de floresta (um para cada milhão de hectares), embora disponham de quatro carros, quatro lanchas e dois barcos; no Território da Rondônia não existe um único guarda florestal; a fiscalização dos derrubes está a cargo da Polícia Fe-

deral, que nada entende do assunto. Em 1975, o único guarda florestal do Território foi demitido, após inquérito administrativo; estivera seis meses sem receber vencimento e associara-se, por isso, aos contrabandistas de madeira.

Em face deste quadro, fica-se com a impressão de que as grandes transnacionais madeireiras ainda não penetraram na Amazônia. Nada mais falso: muitas delas já lá se encontram há muito tempo: a BRUMASA, subsidiária da Bruynzeel, holandesa, extrai madeiras do baixo Amazonas; a GEORGIA LUMBER exporta madeira serrada do Território do Roraima, via Venezuela; a TOYOMENKA, japonesa, trabalha com uma serração moderna, automatizada, em Abaetetuba, próximo de Belém. A NATIONAL BULK CARRIERS, controlada pelo magnate D. K. Ludwig, instalou um império madeireiro no vale do Jari.

A pesquisa incipiente

A silvicultura tropical está ainda, infelizmente, na sua infância. A substituição da complexa floresta heterogênea por uma plantação homogênea tem dado resultados lamentáveis na Amazônia. Os plantios de pimenta-do-reino, maciçamente feitos pelos japoneses em Tomé-Açu, 200 quilômetros ao sul de Belém, foram destruídos por um fungo (*Fusarium*), que ataca as raízes. Tem havido incêndios nas florestas plantadas: de seringaais, no Acre; de *Gmelina* e *Pinus* (para celulose), no Jari.

Não estão ainda concluídas as pesquisas silviculturais, promovidas pelo INPA, nas cercanias de Manaus (na Reserva Ducke), e pela Estação de Silvicultura de Curuá-Una, perto de Santarém, pertencente a um Convênio FAO-SUDAM.

Na ânsia de entregar o restante dos recursos naturais da Amazônia

às transnacionais, várias personalidades do governo brasileiro não querem aguardar os resultados das pesquisas.

No encerramento do 3.º Congresso Florestal Brasileiro, realizado em Manaus, em Dezembro de 1978, Paulo Berutti afirmou, num discurso de improviso, que se fosse exportada toda a madeira nobre de uma superfície de 56 milhões de hectares da selva amazônica, o Brasil poderia, com as divisas obtidas, pagar a sua dívida externa — à época, cerca de 40 mil milhões de dólares; monta, presentemente, a mais de 60 mil milhões de dólares.

Manifestações populares de rua, especialmente de estudantes e intelectuais, reagiram contra essas declarações. Embora reprimidas com violência, o governo recuou momentaneamente. Mais de vinte associações de defesa do meio ambiente foram fundadas de norte a sul do país, pelo despertar da sua consciência ecológica.

A mais antiga dessas associações é a Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA), criada no Rio de Janeiro em 1967, e cujos estatutos prevêem a futura transferência da sua sede para a Amazônia. Atravessou, com dificuldade, os anos duros da ditadura e da repressão policial, mas contribuiu eficazmente para fazer abortar o Plano dos Grandes Lagos Sul-Americanos, do Instituto Hudson, financiado pelo Departamento da Guerra dos Estados Unidos; realizou quatro cursos sobre a Amazônia, frequentados por um número sempre crescente de alunos; publica o boletim *A Amazônia Brasileira em Foco*, já no seu 13.º número, bem como o jornal *Amazônia Hoje*. E está a organizar presentemente o I Simpósio Internacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia, que deverá ter lugar de 16 a 18 de Outubro próximo. □

A invasão estrangeira

Um perfil das transnacionais na Amazónia, as facilidades governamentais e a sua «táctica de associação» ao capital nacional para exploração dos recursos naturais brasileiros.

Ricardo Bueno *

DURANTE muito tempo foi conhecida como o *Inferno Verde*, uma floresta densa, fechada, em que a luz do Sol não penetrava, com milhares e milhares de espécies vegetais e animais (algumas desconhecidas do homem). Muitos sonhavam viajar nos seus rios caudalosos e piscosos (alguns límpidos, outros pardacentos). Não faltavam as lendas sobre riquezas minerais fabulosas e até mesmo montanhas de diamante. Contavam-se histórias sobre tribos indígenas ferozes, que nunca tinham tido contacto com seres civilizados e que adoravam a carne humana. A Amazónia incendiara as imaginações.

Todavia, um animal ferocíssimo, criado pelo homem, penetrou nessa floresta. Devassou os seus segredos mais delicados, derrubou centenas de milhares de árvores, poluiu os rios, gerou pastagens degradadas, liquidou espécies inteiras de outros animais e matou rebanhos e pequenos proprietários. Na sua caminhada, cada vez mais rápida, esse animal ameaça transformar o *Inferno Verde* num *Deserto Vermelho*. O seu nome: capitalismo selvagem.

Um capitalismo liderado por grandes grupos nacionais e estrangeiros. Vamos deixar de lado a «prata da casa», para tratarmos da penetração estrangeira. Para compreendê-la é necessário fazer uma pequena viagem no tempo e



regressar a 1966, o ano em que foram criados pelo governo federal os incentivos fiscais para a ocupação da Amazónia. Uma fórmula maquiavélica para embaratecer a conquista da Amazónia pelo grande capital. Pela Lei n.º 5.714, os grupos monopolistas adquiriram o direito de descontar até 50 por cento do Imposto de Rendimento a pagar, desde que os recursos fossem utilizados em projectos na Amazónia que recebessem luz verde da Super-

intendência de Desenvolvimento da Amazónia (Sudam).

A brincadeira não parou aí. Os benefícios fiscais foram muito mais além:

- Isenção total ou redução de 50 por cento do Imposto de Rendimento devido, por dez anos, para os empreendimentos instalados ou que viessem a instalar-se até 31 de Dezembro de 1974.

- Isenção de qualquer imposto ou taxa que recaia sobre a importação de máquinas e equipamentos necessários à implantação de projectos na área da Sudam (o que permitiu ao norte-americano Daniel Ludwig, do Projecto Jari, importar uma fábrica completa de papel e celulose sem

* Ricardo Bueno é jornalista e economista. Autor de «Porquê sobem os preços no Brasil», «ABC do entreguismo», «A farsa do petróleo e do proólcool: rumo ao desastre». Actualmente chefia a Reportagem do «Jornal de Comércio».

pagar um tostão de impostos).

• Benefícios estaduais e municipais como, por exemplo, o não pagamento do ICM.

Perante tanta generosidade, os grupos estrangeiros não se fizeram rogados e aproveitaram os incentivos para se apropriar de gigantescas extensões de terras na Amazônia através da implantação de projectos «agro-pecuários». Vai mesmo entre aspas, pois de «agro» não têm nada:

Os grupos estrangeiros não plantam coisa alguma na Amazônia. Quanto ao «pecuário», só se justifica parcialmente, pois mesmo em algumas áreas onde há cabeças de gado, o interesse principal é outro: o negócio é verificar se nas terras há reservas importantes de minérios ou madeiras de alto valor no mercado internacional. Ou, então, sentar-se simplesmente em cima das terras à espera de que se valorizem (utilizando-as, portanto, como reservas de valor).

A Sudam aprovou mais de 330 projectos agro-pecuários. Os grupos que os controlam têm os seus nomes guardados em segredo pela Superintendência que não tem interesse em revelar a extensão das terras em mãos de estrangeiros. O dado seria, certamente, chocante. No entanto,



A agressão à mata é uma rotina de trabalho

apesar do «esconde-esconde» da Sudam, alguma coisa já foi descoberta. A geógrafa Irene Garrido, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao fazer pesquisas na parte sul e leste da Amazônia constatou a existência de fazendas da *ITT*, *Gulf Oil*, *Mercedes Benz*, *Volkswagen*, *Swift King Ranch*, *Liquifarm SPA* (italiana), *Mitsui*, *Heublein e Sifco*. Já penetraram, também, no *Inferno Verde* a *Georgia Pacific*, a *Bethlehem Steel*, a *Toyo Menka*, a *Marubeni*, a *Ester Research Co.*, a *Twin Agricultural and Industrial Development*, o Banco *Mitsubishi*, a *Singer*, a *National Bulk Carriers* (de Daniel Ludwig) e outros membros da grande família transnacional.

A extensão das áreas é de pasmar. Um destaque especialíssimo para o Projecto Jari, que chegou a reivindicar 3,7 milhões de hectares. A *Volks* possui 140 mil hectares, a *Liquifarm* 670 mil (cinco vezes a cidade do Rio de Janeiro), a *Georgia Pacific* 400 mil, a *Union International* (inglesa) 664 mil hectares. E por aí fora. São dezenas de milhões de hectares nas mãos dos grupos estrangeiros.

Madeira: um grande negócio

Mas como nem só de caviar vive o homem, nem só de terras vivem os grupos estrangeiros que invadiram a Amazônia. Eles também estão a deitar a mão às madeiras da região e a devastar grandes áreas. A Sudam já ousou dizer, porém, que essa desgraça é provocada por 300 serrações clandestinas, a maioria delas de pequeno porte. E as grandes serrações? Será que a Superintendência as desconhece? Será que não sabe, por exemplo, que nas cercanias da foz do Amazonas existem empresas gigantescas, serrações de meter medo, como as duas pertencentes à *Eidai Co. Ld.*, a maior fabricante de contraplacados do Japão, que controla uma área de 50 mil hecta-

res? A *Bruynzeel NV*, uma firma holandesa de materiais de construção com filiais em várias partes do mundo, possui também uma propriedade imensa de sociedade com a *Bethlehem Steel* (250 mil hectares em Amapá). A *Georgia Pacific Corporation*, que lidera o fabrico de contraplacados nos Estados Unidos, possui duas grandes áreas no Pará. Seria uma injustiça não incluir nesta lista a Jari Florestal e Agro-Pecuária que projecta produzir 4,6 milhões de metros cúbicos de madeira, com vendas programadas para os Estados Unidos e a Europa.

E que dizer dos minérios? O sonho oficial é transformar a Amazônia numa grande base de exportação de minérios. Fazer com que as fabulosas riquezas minerais da região (que compreendem reservas de bauxite, ferro, ouro, manganês, cassiterite, nióbio, caulino, etc.) gerem dólares para aliviar a situação da balança de pagamentos.

Como conseguir isso? A resposta do governo brasileiro é clara e já está a ser posta em prática: atrair os grandes grupos internacionais da área da mineração para que, sozinhos ou associados a empresas estatais e, às vezes, a grupos privados nacionais, (*joint-ventures*), devessem o subsolo e as elevações da Amazônia e, com o minério aí encontrado, alimentem as fábricas que possuem nos países ricos (em especial nos Estados Unidos e no Japão). A expressão «entregar o ouro aos bandidos» assenta, neste caso, como uma luva.

A corrida pelo controlo dos minérios já começou. Em apenas dois anos (1973/74), por exemplo, seis importantes grupos (*Royal Dutch Shell*, *Saint Joe Minerals*, *Saint Gobain Pout-a-Musson*, *International Nickel*, *Brascan* e *United States Steel*) requereram nada menos do que 188 áreas para pesquisa de minerais em dois municípios do Pará -Marabá e São Felix de Xingu. Seguindo o *coojornal*, uma publicação

do Rio Grande do Sul com circulação nacional, «a maioria dos pedidos de pesquisas não chega, naturalmente, a constituir um programa de investimentos. Na verdade, a requisição das áreas é apenas uma das formas de um grupo empresarial ingressar numa região e garantir a sua presença nela, sem que isso signifique a pretensão de explorá-la imediatamente.»

Reservas minerais

A relação dos grupos estrangeiros que já estão na Amazônia para explorar as reservas minerais é impressionante. Mencionaremos apenas a fina flor: *Alcoa, U.S. Steel, Alcan, Anglo American, Habna, Bethlehem Steel, Shell, Saint Joe, Saint Gobain, Inco, Eternit, Brascan, Brasimet, Patiño, Mitsubishi, Mitsui, Show e Denko, Sumitomo Chemical, Nippon Steel, Oesterle, Stanko, Noronda, New Jersey Zinc, De Falcon, Exxon e Bunge y Born.*

As subsidiárias desses trustes multiplicam-se rapidamente na Amazônia. Um levantamento realizado pela geógrafa Irene Garrido assinala: «As grandes companhias têm vindo a criar empresas de pesquisas de mineral, cujos endereços são no Rio de Janeiro. Pode-se identificá-las, no entanto, pelos nomes relacionados com a toponímia amazónica. É o caso das empresas organizadas pela *Royal Dutch Shell*: Mineração Rio Xingu, Mineração Curuá, Mineração Jauaperi, Mineração Iriri e Mineração Nhamundá. O grupo *Patiño* também mantém empresas deste tipo, como a *Nivale* — Mineração Vale de Madeira e Mineração Vale do Roosevelt. A *Bethlehem Steel* formou a Mineração Itafba e a Mineração Cabo Orange, sendo a primeira para pesquisas geológicas do manganês no Nordeste da Amazônia».

Nalguns casos, os grupos estrangeiros formam *joint-ventures* com empresas de mineração brasileiras.



A madeira da Amazônia é um dos principais interesses dos grandes capitais estrangeiros

A *Shell* ligou-se à Mineração Rocha, pioneira em Rondônia, através da sua subsidiária *Hilton Maatschappij NV*. O grupo norte-americano *W.R. Grace* associou-se à Mineração Brasileira — *Mibrasa*. E o grupo *Patiño* (que monopoliza o estanho à escala mundial) uniu-se à Mineração Brasileira.

⊗ mais grave é que para atrair esses grupos estrangeiros, o Brasil oferece favores escandalosos. O caso da *Albrás* (projecto controlado pela Vale do Rio Doce) é disso um exemplo notável. Para cooptar sócios japoneses para aquela fábrica de alumínio, que ficará em Vila do Conde (a 40 quilómetros de Belém), o governo brasileiro comprometeu-se a construir toda a infra-estrutura, inclusive a central hidroeléctrica de Tucuruí, que não custará menos de 2500 milhões de dólares. Esta hidroeléctrica não só irá fornecer energia ao projecto *Albrás* como o fará a «preços muito camaradas» (ou seja, subsidiados). Como 50 por cento da produção da *Albrás* irá para o Japão, isso significa que o Brasil

(um país pobre) estará a subsidiar o alumínio utilizado por aquele poderoso país do sol nascente. Em resumo: o Brasil estará a financiar o desenvolvimento de um país muito mais rico.

Quem beneficiou também das generosas doações do governo brasileiro foi a *Icomi*, na qual a *Bethlehem Steel* tem 49 por cento. Aquela empresa importa equipamentos sem pagar impostos e o projecto de granulação do manganês contou, numa primeira fase, com 38 por cento e, posteriormente, 65 por cento dos seus recursos provenientes de incentivos fiscais. Já a Mineração Brasileira (que apesar do nome é norte-americana) goza de isenção do imposto de rendimentos para explorar a cassiterite. A fábrica de redução de cassiterite, em Manaus, contou com benefícios da Sudam e da Suframa que constituem mais de 75 por cento do total de recursos aplicados. Enquanto que na exploração de caulino, Daniel Ludwig está isento do imposto sobre rendimentos e importação. □

O projecto Jari: a luta contra a desnacionalização

A implantação no sector florestal do programa de produção de celulose representou um atentado à natureza, enquanto que a implantação industrial significou um desrespeito aos interesses sócio-económicos e financeiros do país.

Irene Garrido *

O destino da imensa área do projecto Jari, na Amazónia, seguramente o maior latifúndio do mundo, joga-se sem a participação do povo brasileiro. Vítima dos seus sucessivos erros, o capitalista norte-americano Daniel Ludwig conjectura a chamada «nacionalização» do empreendimento, numa operação que lhe trará uma dupla vantagem: socializar os seus prejuízos e abrandar a pressão da opinião pública contra as múltiplas irregularidades que tem praticado.

É uma manobra hábil que está sendo articulada pelo empresário Azevedo Antunes, personagem intimamente ligada ao capital transnacional desde que foi alçado, na década de 50, do obscuro cargo de director duma pequena empresa de mineração para o importante cargo de director da Icomi, empresa associada à poderosa Bethlehem Steel Corp. Se concretizada, a chamada «nacionalização» vai significar apenas a substituição meramente formal do patrão norte-americano pelos seus representantes brasileiros, permitindo assim que o grupo Ludwig possa obter todas as facilidades que vem exigindo.

As exigências

Mas de que facilidades se trata? A primeira delas é a regularização das

terras ocupadas pelo projecto. Esta é a primeira grande reivindicação do dono do Jari, Daniel Ludwig. Quando pediu o aval ao BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Económico), o Jari dizia possuir 3 700 000 hectares (37 mil quilómetros quadrados). Actualmente, reduziu as suas pretensões para 1 600 000 hectares (16 mil quilómetros quadrados), mas o governo só regularizou 300 000 hectares (3 mil quilómetros quadrados).

A tese que postula é a dos «limites naturais». Em carta datada de Agosto de 1980, comunicou a sua pretensão — que dá a ideia de se tratar de um litígio entre nações — ao ministro chefe da Casa Civil da Presidência da República, general Golbery do Couto e Silva (que recentemente pediu a demissão do seu cargo, o que lhe foi concedido). O documento, em vez de ser devolvido ao remetente, acabou por ser distribuído entre os ministros da área económica.

Outro aspecto da «nacionalização» é a transferência para o governo brasileiro dos encargos sociais e gastos com a infra-estrutura.

Embora ocupe uma área imensa, o Jari emprega apenas oito mil traba-

lhadores, número muito pequeno se se tiver em linha de conta as dimensões gigantescas do projecto e o facto do Brasil possuir um milhão de trabalhadores sem terra.

Para pressionar o governo, o Jari, que anteriormente admitia empregados, está agora a despedi-los. É mais um ingrediente da tensa situação social que se vive na área do projecto, onde a empresa mais não fez do que agudizar o problema, discriminando os trabalhadores braçais. Um trabalhador de nível técnico ou administrativo tem todas as facilidades: casa com ar condicionado, frigorífico, gasolina grátis e altos salários. O trabalhador braçal ganha o salário mínimo e não tem sequer casa para morar.

Por último, o capitalista norte-americano lucraria também com novos avais para empréstimos. Nada mais lucrativo para quem conseguiu até agora burlar todas as exigências legais para a importação e obtenção de financiamentos. Alguns exemplos: a fábrica de celulose que funciona acoplada à central termo-eléctrica do Jari foi construída no Japão, por curiosidade num estaleiro que pertenceu a Ludwig. O capitalista norte-americano conseguiu vencer a barreira da legislação protecçãoista da indústria nacional graças às excelentes relações que mantém com um

Irene Garrido é geógrafa e vice-presidente da Campanha Nacional de Defesa pelo Desenvolvimento da Amazónia (CNDDA)

antigo funcionário seu; Heitor de Aquino Ferreira, secretário particular do presidente Figueiredo e do ex-presidente Geisel.

Daniel Ludwig não se limitou, porém, apenas a comprar a fábrica no Japão. Para efectuar a compra, conseguiu também obter aval do BNDE, o que, por lei, só pode ser concedido a projectos genuinamente nacionais. Mais: o Jari foi também isento do imposto de importação para todos os programas do projecto. O então presidente Geisel justificou a medida pelo facto de o governo considerar o Jari «empresa de relevante interesse para o desenvolvimento nacional».

Destruição ecológica

Próximo da foz do Amazonas e da fronteira com o Suriname, no vale do rio Jari, o projecto do capitalista Daniel Ludwig começou a ser implantado em 1967. Foi o resultado prático de uma visita que o capitalista norte-americano fez ao primeiro presidente pós-64, o marechal Castelo Branco, encontro esse promovido por Roberto Campos, personalidade de notória ligação com o capital transnacional.

O projecto, registado sob o nome de Jarí Florestal Agropecuária, Lda., tem múltiplas actividades: produção de celulose, extracção de caulim, produção de arroz, criação de bovinos e de búfalos para industrialização de carne. É um negócio muito lucrativo; tudo o que produz tem grande aceitação no mercado externo.

Um dos seus grandes objectivos económicos — talvez o principal — é a produção de celulose, a partir da *gmelina*. Trata-se de uma árvore importada da Birmânia e plantada na Amazônia numa extensão de dois mil quilómetros quadrados, em substituição da floresta original, de composição heterogénea.

Este detalhe do projecto é um dos principais alvos dos seus críticos,



No Jari, um império quase do tamanho da Suíça, grandes máquinas destroem a floresta

tanto nacionais como estrangeiros. Cientistas e instituições de pesquisa têm sido incansáveis na luta contra a devastação ecológica patrocinada pelo Jari. E não é difícil compreender a razão dos protestos e denúncias: ninguém de bom senso pode admitir uma medida antiecológica de tal envergadura.

O conhecimento sobre o resultado de uma prática de tal natureza é ainda escasso. Pouco se sabe o que pode suceder quando a floresta heterogénea é substituída por plantações homogéneas, e o mais grave é que não foram feitas experimentações, em pequenas áreas, para conhecer o crescimento da *gmelina* e o desenvolvimento de doenças e pragas. Dez anos depois do início do plantio, os técnicos do Jari descobriram já o facto desastroso de a *gmelina* não crescer com facilidade em solos arenosos, como os utilizados, aparecendo assim doenças e pragas.

Anteriormente, o capitalista norte-americano Henry Ford tinha sido também vítima do desprezo pelos métodos científicos ao tentar plantar seringueiras, em grande escala,

no Vale do Tapajós. Com a diferença de Ford, apesar de todos os problemas que criou, ter devolvido as terras que ocupava ao governo. Naquela época, a Amazônia ainda não era uma região muito valorizada.

Ludwig quer assumir posição diferente. Para ele há duas alternativas: a nacionalização do projecto à sua maneira (o que significa a permanência do seu controlo) ou a sua abertura a capitais privados nacionais, onde o seu poder continuará a exercer-se.

Pela sua dimensão e localização, o Jari não pode pertencer a um único empresário. Tal circunstância tem um duplo aspecto negativo: entrava o desenvolvimento e põe em risco a própria soberania nacional. Tanto assim é que o Conselho de Segurança Nacional criou o Grupo Executivo para o Baixo Amazonas — GEBAM. Trata-se de um organismo que não faz oposição ao projecto Jari mas que se preocupa com a questão das suas terras e a sua posição geográfica.

Está fora de dúvida a importância da nacionalização do Jari. Mas isso não significa entregá-lo a «testas-de-ferro» que, utilizando os seus nomes brasileiros, tornarão mais fácil a obtenção de concessões oficiais. Se a nacionalização que Ludwig defende for concretizada, o capitalista norte-americano terá conseguido fazer com que o governo esqueça uma das regras básicas do capitalismo: a de que o empresário assume o risco do negócio. □

Carajás, uma riqueza em perigo

Uma das maiores reservas de minério do mundo está aberta à iniciativa privada, nacional e estrangeira: as transnacionais estão prontas para a sua conquista

Luis Alfredo Salomão *

ENTRE o Araguaia-Tocantins e o Xingu, próximo das cidades de Belém e São Luís, está localizada a província mineral de Carajás. As suas reservas ainda não foram totalmente avaliadas, mas os números já conhecidos são suficientes para confirmar as suas colossais dimensões. São mais de 20 mil milhões de toneladas de ferro de elevado teor de concentração — 66% —, seguramente a maior reserva do mundo; 60 milhões de toneladas de manganês e um grande potencial de minérios de cobre, níquel, ouro, bauxite e cassiterite. Em alguns casos, a exploração das jazidas pode tornar o Brasil auto-suficiente ou aumentar significativamente a produção de metais não-ferrosos.

Toda esta riqueza está ameaçada porque o governo restringiu a sua exploração directa apenas ao minério de ferro, a qual está a ser feita através da Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD). Esta atitude visa deixar aberta a oportunidade de exploração dos demais minérios a companhias privadas nacionais ou estrangeiras. No mínimo, é uma postura tecnicamente discutível: a CVRD teria facilidades para actuar directamente na exploração dos demais minérios, como é, por exemplo, o caso do manganês. Politicamente, trata-se de uma decisão equivocada e conduzirá, seguramente, à entrega das reservas de Carajás ao capital estrangeiro.

Se restar alguma dúvida quanto a esta ameaça, basta observar o com-

A localização de Carajás é privilegiada: a energia é abundante, as cidades são próximas. O problema são as transnacionais



portamento das autoridades governamentais e da direcção da Vale do Rio Doce, esta última particularmente. Não será difícil constatar que vêm sendo envidados todos os esforços no sentido de atrair empresas estrangeiras como a *British Petroleum* para explorar o cobre, a *Kaiser* ou a *VAM* para explorar o alumínio, a *Switone* para explorar o manganês, e assim sucessivamente. Isto porque o governo e a Vale do Rio Doce não

confiam na capacidade técnica e financeira do empresariado nacional e têm o compromisso de esvaziar as empresas públicas.

As reservas

Ainda que se queira evitar a jactância, não se pode deixar de admitir o facto das gigantescas dimensões de Carajás. Independentemente das suas reservas de minério de ferro, que só por si já teriam justificado o seu incomensurável interesse público, há outros dados igualmente expressivos. As suas reservas de manganês, com 60 milhões de toneladas, têm um teor de minério de

Luis Alfredo Salomão é director do Departamento Sócio-económico de Clube de Engenharia do Rio de Janeiro

42% e baixa presença de álcalis (1%). São superiores às reservas deste minério na Serra do Navio (Amapá); no país, só são superadas pelas reservas de Urucum, Mato Grosso. Há ainda o grande potencial de minérios com níquel, ouro, bauxite e cassiterite. Não será de surpreender se surgirem outras ocorrências expressivas na província mineral de Carajás, como a descoberta em plena mata amazônica de Serra Pelada, uma exploração de ouro que hoje ocupa 25 000 homens.

É evidente que toda essa riqueza, ainda sem uma avaliação precisa, constitui um imenso factor de atracção de investimentos. O grande problema é justamente a possibilidade do seu domínio pelo grande capital transnacional, problema que se agrava no Brasil pela penetração que este tem conseguido e pela representação que possui junto do governo brasileiro. Se levarmos em conta o elevado endividamento externo — mais de 60 milhões de dóla-

res — e a ameaça sombria do país não ter excedentes na balança comercial para pagar as suas dívidas, torna-se mais evidente a vulnerabilidade nacional no caso do Carajás. Actualmente, as suas reservas são consideradas pelo governo um valioso trunfo para a renegociação da dívida externa.

Não é apenas no campo económico que o Carajás está ameaçado. Dadas as suas dimensões, o projecto vai ter repercussões em diversos campos da política nacional, envolvendo desde a ocupação e o desenvolvimento do sudoeste amazónico — principalmente nos Estados do Pará e Maranhão — até à industrialização dos seus recursos minerais. Envolve, também, a utilização dos recursos florestais, para fins industriais e energéticos, e o aproveitamento dos recursos hídricos locais. Terá também uma série de consequências para a cidade de São Luís, distante 750 quilómetros de Carajás, e onde está a ser construído o porto para escoamento do minério, cujos

habitantes, a ser mantida a tendência actual da falta de planeamento, ver-se-ão brevemente a braços com os mais diversos tipos de problemas: poluição, crescimento urbano desenfreado, saturação dos serviços públicos e até a destruição do seu já bastante ameaçado património arquitectónico colonial.

De particular importância é a política de ocupação demográfica e de organização — social e fundiária — do campo na região. Se forem implantadas grandes fazendas silvopecuárias, como está a ser planeado, haverá uma intensificação dos conflitos por causa das terras.

Quanto à penetração do capital transnacional, não é difícil avaliar os seus efeitos. Basta lembrar os resultados da sua contribuição na «pesquisa» mineral, bastante conhecidos. A «descoberta» de Carajás deu à *U.S. Steel* tranquilidade quanto ao suprimento futuro, a baixo custo, de minérios de ferro e manganês, ambos de elevado teor, sem que a siderurgia nacional tenha



O homem e a terra são vítimas da mesma espoliação. O destino de ambos depende de uma definição política coerente

qualquer preocupação com os pesados investimentos em infra-estruturas. O ónus de todo o investimento foi assumido pelo arrogante governo Geisel, que se autoproclamava nacionalista; a transnacional ainda recebeu 55 milhões de dólares para sair da sociedade que tinha com a Vale do Rio Doce na Amazônia Mineiração, hoje extinta.

Há ainda outros casos escabrosos. Por exemplo: o caso do níquel de Barro Alto, sobre o qual a transnacional *Inco* está sentada há anos. Casos como o de Carajás e Barro Alto mostram como não é recomendável a política nacional de aceitar liberalmente a participação do capital estrangeiro na pesquisa e exploração mineral.

É razoável admitir que, em certas circunstâncias excepcionais, exista interesse dos brasileiros em contarem com a participação estrangeira em determinados projectos de mineração. Tal interesse pode ser ditado por questões tecnológicas ou de ordem comercial. No entanto, não significa que esta deva ser a regra, como acontece presentemente. Deve ser, sim, uma excepção. E a

deliberação sobre a sua conveniência tem que caber ao Congresso Nacional e não a uma minoria que pretende ditar o que é melhor para a nação.

Um dos aspectos mais negativos da actual política de exploração mineral é o esvaziamento dos projectos de pesquisa. Dispõe-se hoje de levantamentos por radar de quase todo o território nacional, o que, através de técnicas de interpretação, permite obter dados sobre o relevo e a estrutura geológica na escala de 1 : 250 000. Para um levantamento satisfatoriamente preciso, no entanto, seria necessário pormenorizar esse levantamento à escala de 1 : 100 000, através de levantamentos aero-geofísicos. Estimuladas pelo governo federal, algumas empresas brasileiras equiparam-se para fazer esses levantamentos e chegaram a cartografar três milhões de quilómetros quadrados; todavia, o programa de pesquisa não teve continuidade e as empresas, em dificuldades financeiras, estão a desfazer as suas equipas técnicas devido à ociosidade.

O recomeço dos programas de le-

vantamento sistemático para um melhor e mais completo conhecimento geológico do país é fundamental. Uma demonstração clara disso é o facto da descoberta de Carajás por uma empresa transnacional, nas circunstâncias em que se verificou, ter custado um preço demasiadamente elevado ao povo brasileiro, pago pela falta de consciencialização objectiva e consequente sobre o potencial das suas riquezas e sobre a necessidade de defendê-las. A nação aceitou a jactância da pregação ideológica do «Brasil-Grande do Futuro» e não teve a menor capacidade para resistir às manobras do capital transnacional para se apropriar dos seus recursos naturais e humanos, com o apoio de alguns «cortesãos» entreguistas. É um tanto improvável que se descubra uma nova província da grandeza de Carajás, mas é também quase certo que a pesquisa sistemática em mais de metade do território, praticamente ainda desconhecida (do ponto de vista geológico) permitirá encontrar depósitos significativos de inúmeros minérios de que hoje o país tem carência. A Serra Pelada —

SBPC condena Carajás

Durante a 33.ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) foi aprovada, por unanimidade, no encontro sobre «Política Mineral Brasileira e o Projecto Grande Carajás», uma moção que rejeita a política mineral executada pelo Governo brasileiro. Como proposta concreta, conclamou-se a sociedade brasileira para um amplo debate sobre política mineral, especialmente sobre o projecto Grande Carajás, e foi criado um grupo de trabalho para estudar o assunto e propor formas de acção.

É a seguinte, a moção aprovada:

Considerando que:

1. O Governo brasileiro está dando início, no Norte do país, ao programa Grande Carajás, que

envolve investimentos da ordem dos 60 mil milhões de dólares, para a exploração de jazidas de minérios de ferro (18 mil milhões de toneladas — a maior do mundo), de manganês (60 milhões de toneladas — a maior do Brasil), de cobre (1 milhão de toneladas — também a maior do Brasil) e outros recursos naturais.

2. O governo brasileiro, ainda no âmbito do programa Grande Carajás, está a permitir a instalação de empreendimentos ligados à produção de bauxite — alumina-alumínio — que envolvem investimentos da ordem dos 3 mil milhões de dólares, com base em capitais estrangeiros.

3. O governo brasileiro se dispôs a conceder

para citar apenas um caso bastante divulgado pela imprensa — é um exemplo disso; o que não teria acontecido se, em vez de ter sido encontrada por pesquisadores nacionais, essa jazida de ouro fosse descoberta pela *Anglo-American*?

Interesse nacional

É necessário salientar ainda que a dependência mineral do Brasil — que importa 65% das suas necessidades de produtos do subsolo — não será superada apenas com a máxima exportação do que é extraído das jazidas do país, como vem acontecendo desde há anos por causa do oportunismo irresponsável. A alternativa para diminuir a dependência externa do país será o conhecimento profundo das suas reservas minerais e a definição de um programa racional para o seu aproveitamento, levando em conta os interesses das futuras gerações.

Por uma feliz coincidência, Carajás tem condições excepcionais para permitir o desenvolvimento de um grande projecto de utilização das

suas reservas minerais, apoiado em projectos de metalurgia e aproveitamento energético do potencial da região. Distante 650 quilómetros de Belém, 750 quilómetros de São Luís, a região de Carajás possui um imenso potencial hídrico (Tururu) e, pelo seu valor económico e estratégico, poderá dar ao desenvolvimento do país contribuições relativamente superiores àquilo que as minas de *Bushwatt* e *Sydney* representam para a África do Sul e o Canadá, respectivamente.

No fundo, a discussão sobre Carajás envolve o próprio relacionamento do país com o capital transnacional. Assim, o destino de Carajás está no mesmo nível de discussão do projecto Jari, outro empreendimento monstro que se desenvolve na Amazônia sob os auspícios das transnacionais, do chamado pacote florestal e dos contratos de risco para a exploração do petróleo. A conclusão é a de que se torna imperativo o controlo do ingresso de capital transnacional no país. Devido ao elevadíssimo grau de integração do Brasil na economia internacional, não se pode ter ilusões de que a

dependência externa venha a ser eliminada a curto prazo por força apenas da vontade nacional. Os interesses do grande capital transnacional estão aqui profundamente enraizados e contam com o apoio da burocracia e de alguns sectores da burocracia governamental.

É possível que, a prosseguir o processo de abertura democrática, os interesses nacionais venham a sobrepor os interesses do país à expansão do capital transnacional. É encorajador, para o Brasil, o exemplo do que têm feito algumas nações do Terceiro Mundo, como a Venezuela, a Colômbia, o Peru e o Equador que celebraram o Pacto Andino juntamente com a Bolívia e o Chile (estes últimos temporariamente afastados devido à situação interna de ambos os países). Não quer isto dizer que aquilo que é bom para esses países seja bom para o Brasil. O valor do exemplo do Pacto Andino é demonstrar que há a necessidade de se lutar para derrotar as instituições que hoje garantem a hegemonia do grande capital transnacional no país. E, ao que tudo indica, a vitória é possível. □

ampla gama de investimentos fiscais e creditícios, inclusive isenção de imposto sobre rendimento, e tarifa subsidiada de energia, cujo ónus recairá sobre a poupança do povo brasileiro, beneficiando principalmente grandes grupos estrangeiros.

4. O programa Grande Carajás insere-se num modelo de desenvolvimento excludente, incentivador da dependência, com características negativas e voltado principalmente para a exportação de bens primários e semi-acabados, de preços internacionais aviltados, agravando, através da importação de capital e tecnologia, a balança de pagamentos e a dívida externa.

— Vem a provocar mudança definitiva e radical na estrutura socioeconómica e fundiária da região, com impacto ambiental predatório e relativamente pequena geração de postos de trabalho.

5. A política mineral brasileira tem alienado os recursos do subsolo, que, pela Constituição, são patrimónios da nação, transferindo-os para grupos estrangeiros, como vem a acontecer na Amazônia e em Aracá, na Bahia.

6. Finalmente, a política mineral e, especialmente, o programa Grande Carajás, tem sido executado sem ampla consulta ao povo brasileiro, através de decisões fechadas, sem participação do Congresso Nacional.

A SBPC resolve:

1. Rejeitar a política mineral em execução pelo governo, em especial o programa Grande Carajás tal como proposto e em execução pelo governo.

2. Conclamar a sociedade brasileira para um amplo debate sobre a política mineral, especialmente sobre o projecto Grande Carajás, que leve à adopção de medidas voltadas para o entendimento das necessidades maiores do povo brasileiro.

3. Criar, no seu âmbito, um grupo de trabalho para estudar o assunto e propor formas de acção para a SBPC, para o qual convidará entidades representativas da sociedade civil que se têm vindo a interessar pelo debate aberto sobre a política mineral do projecto Grande Carajás com o objectivo de se definirem propostas alternativas para o «uso das riquezas do nosso subsolo».

Os minérios da Amazônia



Bauxite — minério argiloso de onde se extrai o alumínio. O Brasil tem a terceira maior reserva de bauxite do mundo. Quer dizer, tinha. A maior parte da bauxite brasileira foi entregue à exploração de grupos estrangeiros. A *Alcan*, a *Alcoa* e *Ludwig* repartiram as jazidas das margens do rio Trombetas. O grupo inglês *Rio Tinto Zinc* ficou com as jazidas de Paragominas. A *American Reynolds* e *Ludwig* têm reservas ao longo do rio Amazonas.

Cassiterite — é o minério do estanho. Extraído do solo, ainda é maioritariamente produzido por brasileiros. Mas o governo tem feito tudo para tirar os pesquisadores das áreas de cassiterite em Rondônia e Goiás e entregá-las a grandes empresas, especialmente estrangeiras.

Cobre — até hoje o Brasil importa cobre. Há um grande projecto do governo para se instalar na Bahia uma grande exploração das minas de Caraíba. Mas a maior jazida foi recentemente descoberta na região de Carajás. Pertence, por enquanto, à *Vale do Rio Doce*, mas as transnacionais já se ofereceram para explorá-la. Pode ser desnacionalizada a qualquer momento.

Cromo — metal muito usado na siderurgia. Toda a produção brasileira é feita na Bahia por uma empresa controlada pela *Bayer*, alemã.

Diamante — a maior parte da produção, extraída de jazigos, é contrabandeada. O que sai legalmente é vendido em bruto, embora a produção lapidada valha muitas vezes mais. Em 1973 o Brasil exportou dois mil quilos de pedras brutas, ganhando apenas 16 milhões de dólares, e dois mil quilos de pedras lapidadas, ganhando nada menos que 19 milhões de dólares.

Ferro — O Brasil é o maior produtor de minério de ferro do mundo e a *Vale do Rio Doce* é a maior companhia mundial na exportação dessa riqueza essencial. As reservas brasileiras estão no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais e na Serra dos Carajás (Pará). Além da *Vale*, diversos grupos estrangeiros extraem minério em Minas Gerais. O mais importante desses grupos, o consórcio internacional *MBR*, liderado pela *Hanna*, exporta seu minério pelo porto de Sepetiba, depois de transportá-lo pela Rede Ferroviária Federal pagando tarifas subsidiadas. A entrega das jazidas de minério de ferro de Águas Claras à *Hanna* é uma história tão escandalosa que chegou a colocar contra o governo do general Castelo Branco o então governador Carlos Lacerda que o ajudara a chegar ao poder derrubando o presidente João Goulart.

Manganês — esse minério é fundamental na siderurgia. A maior jazida do Brasil está no Amapá e vem sendo dilapidada há quase 30 anos pela empresa norte-americana *Bethlehem Steel*. O manganês é todo exportado para os Estados Unidos por preços que não sobem nunca em termos reais. A jazida, entretanto, vai acabar em 20 anos, tanto que o governo só permite a exportação de dois milhões de toneladas anuais. O manganês é a maior riqueza do Amapá, mas o território hoje continua tão pobre como era há 30 anos.

Ouro — primeiro foram os portugueses que levaram todo o ouro que puderam encontrar na superfície. Agora são os sul-africanos da empresa *Anglo American* que estão a tomar conta do ouro. Compraram a maior e mais antiga mina do Brasil — *Morro Velho* — e associaram-se à exploração do ouro em Jacobina, Bahia.

Mas ouro dá mesmo é para os pesquisadores. Eles existem às centenas, perdidos nas matas amazônicas e servidos de bons (e clandestinos) campos de aviação, por onde o ouro se some do Brasil. Oficialmente, a produção de ouro no Brasil é avaliada em mais ou menos 6 mil toneladas por ano. Extra-oficialmente, sabe-se que ela chega a mais de 15 mil toneladas.

Urânio — as reservas estão nas mãos da *Nuclebrás*, mas o monopólio estabelecido na década de 60 foi quebrado no governo de Geisel, que permitiu a associação da *Nuclebrás* com grupos estrangeiros para pesquisar e explorar urânio no Brasil. A única associação até agora feita foi com um grupo alemão e o resultado tem sido, até certo ponto, frustrante. □

Alcoa ameaça destruir São Luís

Uma cidade que faz parte do patrimônio cultural do Brasil, enfrenta as maquinações e a arrogância da transnacional do alumínio.

Reginaldo Telles

A Organização das Nações Unidas é taxativa: por questões de preservação da natureza, a industrialização do alumínio tem que ser limitada a 250 mil toneladas anuais por fábrica, não podendo a produção ficar concentrada próximo das cidades, dos rios, das baías, ilhas e oceanos. Nenhuma dessas recomendações está a ser levada em consideração pela Alcoa (Alumínio S/A), uma transnacional norte-americana, no gigantesco complexo industrial que está instalado na ilha de São Luís do Maranhão, no chamado Meio-Norte do Brasil — uma porta no Nordeste e outra na Amazônia.

As suas pretensões são descabidas: desrespeitando todos os critérios estabelecidos pelas recomendações da ONU, a transnacional vai produzir, na fase inicial, 600 mil toneladas por ano; ampliará, posteriormente, a sua produção para três milhões de toneladas, isto é, multiplicará por cinco a produção inicial.

Como se isso não bastasse (vai desequilibrar todo o ecossistema da cidade), a fábrica está ainda empenhada em apossar-se de 13% da área de São Luís: reivindica para as suas instalações 10 mil hectares, 1500 dos quais serão destinados à construção do chamado lago de lama vermelha, onde ficará depositado o seu lixo industrial. Inicialmente, a fábrica tinha solicitado apenas 3,5 mil hectares, mas resolveu ampliar as suas pretensões quando se deu conta de que o governo estava incli-



Nascimento Morais Filho condena a Alcoa e defende a exploração do alumínio em benefício de São Luís e do povo marginalizado, que vive esquecido

nado a conceder facilidades excessivas, ou tudo o que a transnacional pedisse.

Poluição

Encravada no Golfão Maranhense, em plena região amazônica, São Luís do Maranhão é uma cidade que tem crescido muito. Na última década, a sua população passou de 265 mil para 500 mil habitantes. O seu maior problema é o contingente de mão-de-obra desocupada e des-



qualificada, constituído na sua maior parte por gente habituada apenas ao trato rudimentar da terra, que se oferece fundamentalmente para o plantio do arroz, da mandioca e do côco babaçu, as três principais riquezas do Estado.

A cidade é pobre, muito chuvosa (chega-se a dizer que é cercada de água por todos os lados, inclusive pelo ar), sem agricultura e sem indústria. Isso não significa, no entanto, que não atraia muita gente: são aos milhares as famílias que chegam das zonas rurais do interior do Estado, de onde são «enxotadas» pelos latifundiários tradicionais e, agora, também pelas empresas pastoris que estão a ocupar enormes áreas das melhores terras do Maranhão, com o apoio do governo.

Nenhuma das suas dificuldades impede que o governo dê todo o apoio à implantação da indústria do alumínio, cuja tecnologia depende prioritariamente da abundância de energia no Estado, proveniente da hidroeléctrica de Boa Esperança e reforçada pela hidroeléctrica de Tucuruí, na região do Tocantins, no vizinho Estado do Pará, em fase de conclusão. Uma portaria do ministro das Minas e Energia, César Cals, garante à *Alcoa* um desconto de 15% nas tarifas eléctricas.

Nem sequer o parecer de um grupo especial de trabalho, integrado por técnicos do próprio governo, condenando a *Alcoa*, fez com que a administração recuasse no apoio que vem dando ao projecto. Um dos pontos básicos do relatório era o facto da *Alcoa* estar a instalar-se justamente em cima dos mananciais de água que abastecem São Luís; o único efeito dessa constatação foi a súbita atenção que o governo passou a dar ao projecto de Italuís, que prevê o abastecimento de água da capital através das reservas continentais do rio Itapecuru.

As conclusões do parecer técnico são dramáticas: a *Alcoa* vai produzir 410 mil toneladas anuais de lixo

industrial, que, segundo as pesquisas feitas, tenderão a infiltrar-se nas estruturas arenosas do solo, atingindo os lençóis de água subterrâneos. Resultado: poderão ocasionar o desaparecimento de sururus, camarões, tainhas, bagres, ostras e diversas outras formas de vida das baías de São Marcos e São José. E a poluição não ficará limitada apenas ao mar. As chaminés da transnacional norte-americana lançarão, para os céus de São Luís, toneladas de óxido de enxofre, um gás que, na presença da água, reage facilmente, dando origem ao ácido sulfúrico. Esse poluente atingirá os cursos de água, as plantações e as cidades vizinhas.

Mobilização popular

Em São Luís, a movimentação contra a *Alcoa* começou em 1980. No dia 3 de Junho desse ano, o deputado oposicionista Haroldo Saboia, denunciou a transnacional na Assembleia. Em Agosto, foi criado o Comité de Defesa da Ilha de São Luís, coordenado pelo professor e escritor Nascimento Morais Filho. O Comité entrou imediatamente em acção: a ilha foi inundada com panfletos que denunciavam a transnacional *Alcoa* e alertavam a população para os riscos que trazia a produção de alumínio na cidade.

Do Comité fazem parte parlamentares, jornalistas, sindicatos, associações de classe, a universidade local, colégios secundários, etc. O movimento tem crescido de tal modo que não seria exagerado dizer-se hoje que ele é a própria ilha de São Luís. A campanha de consciencialização contra a *Alcoa* teve dois fortes aliados: o *Jornal Pequeno*, órgão comprometido com as lutas populares, e a Rádio Educadora, da Diocese local, que toma sempre posição em defesa dos oprimidos. De bairro em bairro, através de comícios relâmpago e a distribuição de folhetos, a campa-

nha foi mostrando o que era a *Alcoa* e levando a população a entendê-la de um ponto de vista crítico.

Quem fala é o presidente do Comité, Nascimento Morais:

«O governador do Estado e o representante da *Alcoa*, logo após o início do trabalho do Comité, foram vaiados quando recebiam honrarias numa festa num dos clubes de São Luís.

«A campanha ganhou, efectivamente, a simpatia popular. No dia 12 de Outubro, Dia da Criança, centenas de meninos declamaram poesias, cantaram e fizeram desenhos com base em temas relacionados com a ameaça da *Alcoa*. Tudo isso teve lugar durante a Festa da Natureza, na Praça Gonçalves Dias.

«Antes do Dia da Criança — conta Nascimento Morais — tentámos fazer uma concentração pública, mas a Secretaria da Segurança proibiu-a. Intrepusemos, então, um mandato de segurança que se encontra hoje no Supremo Tribunal Federal.

«Do programa do Comité faz parte um simpósio que reunirá, em São Luís, estudiosos e especialistas em temas ecológicos e económicos. Todo esse trabalho tem tido uma boa repercussão. No exterior, o *New York Times* foi um dos jornais que dedicou espaço à publicação das denúncias contra a transnacional.

«A luta contra a *Alcoa* é de toda a cidade. É uma luta política em que o melhor é a terra e o maior é o povo — afirma Nascimento Morais, um entusiasta do trabalho do Comité. E não faz segredo disso:

«Se não estivesse a participar na campanha contra a *Alcoa*, morreria de enfarte ou de remorso. Trata-se do segundo momento mais importante da vida do Maranhão. O primeiro foi a sua adesão à Independência; agora, estamos a lutar contra a invasão estrangeira.»

Para dirigir o Comité, Nascimento Morais suspendeu o trabalho de pesquisas que estava a fazer sobre

a vida de seu pai, seu homônimo, cujo centenário do nascimento será comemorado a 19 de Março de 1982. Nascimento Moraes (pai), notável jornalista, mestre de muitas gerações, era negro e destacou-se em várias campanhas da Imprensa contra a tirania e à opressão de muitos governos, sempre ao lado dos oprimidos e dos seus irmãos de cor.

A fome de lucros

Um dos argumentos que a *Alcoa* usa para justificar a instalação da sua fábrica são as vantagens que esta oferecerá à população local. Nascimento Moraes contesta essa tese. E cita dados:

«A *Alcoa* diz que dará quatro mil empregos na fase da construção da fábrica, mas desse total 2500 serão operários e técnicos especializados que virão de fora. O maranhense só terá ocupação em trabalho braçal, de servente ou de contínuo. Cabe então perguntar: para quê tanto sacrifício? A troco de quê?

«Há muitas outras questões: quantos lavradores não estão a ser desalojados dos milhares de hectares que a *Alcoa* ocupará no interior da ilha? Quantos pescadores não ficarão desempregados em virtude da morte dos peixes, caranguejos, sururus e camarões?

«Outro argumento da transnacional a favor da fábrica: o volume de recursos que o Estado arrecadará em impostos. No entanto, os técnicos do governo ainda não conseguiram descobrir o alcance de tais vantagens tão propaladas. Em cinco anos, a *Alcoa* pediu isenção de 99 milhões de dólares, ou seja, nada menos do que 90 por cento do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) que teria de pagar. Paralelamente, pediu também isenção do Imposto de Rendimentos por 15 anos. Isto sem falar no contrato especial feito com o governo que garantirá à fábrica energia eléctrica por preços mais baratos do que os actualmente

SALVA TEU FILHO COMBATENDO A ALCOA



A ONU — ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONDENA A INSTALAÇÃO DE USINAS DE ALUMÍNIO EM ILHAS, BEIRAS E DESAGUADOUROS DE RIOS, BAÍAS E TERRENOS ARENOSOS. ISTO PORQUE UMA USINA DE ALUMÍNIO DESTRÓI AS PRAIAS, ENVENENA OS PEIXES, OS CARANGUEJOS, OS SURURUS E OS CAMARÕES. MATA AS PLANTAS E MATA O HOMEM.

Comitê de Defesa da Ilha de São Luís

A cidade declarou guerra à transnacional. O cartaz conscientiza o povo pagos pelo consumidor brasileiro.

Perante estes números, cabe fazer outra pergunta: por que é que o governo não negociou a instalação da *Alcoa* na região das minas, distante uns 900 quilómetros de São Luís? Será que a *Alcoa* não dispõe de dinheiro para construir uma cidade para os seus funcionários, com água, luz, escolas, hospitais, etc.?

Porque razão se foi instalar na capital? Será que em São Luís existe toda a infra-estrutura que irá poupar despesas à riquíssima empresa norte-americana?

Parece existir apenas uma res-

posta: a fome de lucros. Quanto mais a *Alcoa* conseguir facturar, melhor. Para a *Alcoa* pouco importa que a natureza morra e 70 mil pessoas sejam lançadas no desemprego. O seu presidente, Alain Belda, foi bem explícito: declarou que vai solicitar ao governo todas as vantagens e regalias que puder. Pouco importa que os pobres da ilha, do Munim, do Baixo Itapecuru e do litoral fiquem sem o alimento barato — peixe, caranguejo, camarão, sururu. Para o presidente da transnacional, o importante são os lucros e as férias em Paris, no Hawai, nas Bermudas. Nada mais importa. □

Acção popular, arma contra o arbítrio

*A luta dos maranhenses em defesa da sua ecologia
vai agora aos tribunais*

Os advogados Josemar Pinheiro e João Batista dos Santos desmistificaram a Alcoa, numa acção popular que vêm incrementando em defesa da ilha de São Luís do Maranhão, ao conseguirem provar que a transnacional tem despendido milhões com propaganda na Imprensa para «fabricar» uma imagem de cordeiro, quando, na verdade, é o lobo mau que destrói as matas e as terras ribeirinhas no local onde se erguem as suas instalações. Nesta entrevista, os dois advogados falam das suas expectativas em relação à posição da justiça na defesa dos interesses populares no país e no Maranhão, em particular.



Josemar: a justiça é para defender o povo

Qual o porquê da utilização da Justiça na luta contra a transnacional Alcoa?

A luta judicial é também um instrumento de resistência a favor dos interesses da população ameaçada. A Justiça engaja cidadãos comprometidos com o povo e com a natureza, embora na nossa sociedade muitos dos seus integrantes estejam ligados ao sistema de corrupção, opressão e arbítrio. Estamos, no entanto, optimistas porque nesta luta os juizes encontram-se ao lado da população. No nosso país, a Justiça tem sido o último sustentáculo para corrigir injustiças e vencer a arrogância do autoritarismo. É o que tem acontecido em momentos decisivos, como foi o caso Herzog (o jornalista Wladimir Herzog foi assassinado nas dependências do II Exército, em São Paulo, durante o Governo de Geisel. Posteriormente, a Justiça considerou a União responsável pela sua morte).

A acção popular é susceptível de ser utilizada?

A acção popular faz parte desta última etapa. Na Semana da Ecologia, entramos com uma acção popular para demonstrar que estamos dispostos a prosseguir até ao fim da luta — a retirada definitiva da Alcoa da ilha de São Luís. Essa acção, que também é política, possui uma singularidade: a de só poder ser proposta pelo cidadão eleitor, mas, infelizmente, poucas vezes a ela se recorre contra os desmandos, os actos lesivos da lei, praticados pelos administradores. A população desconhece esse poderoso instrumento de luta na defesa dos seus direitos ameaçados ou completamente aniquilados. Pela acção popular cabe ao povo agir e para anular actos que atentem contra o património económico, administrativo, artístico, ambiental ou históricos da comunidade.

No plano jurídico, quais foram os resultados da luta contra a Alcoa?

Agora, os maranhenses descobriram que a nossa terra tem uma vocação siderúrgica. Na acção popular, discutimos as consequências da Alcoa, fruto da conspiração do «trilateralismo» para ocupar as nações periféricas com projectos já condenados nas suas matrizes, rejeitados e punidos por legislações de vários países. O assunto foi estudado a vários planos: económico social e ambiental e as suas consequências negativas foram, além do mais, comprovadas em relatórios feitos por técnicos responsáveis e idóneos designado pelo próprio Governo. A acção popular contra a Alcoa é assim a porta de entrada para os protestos que daqui por diante serão muitos.

A contra-informação: uma tática de entrega

O INCRA põe em causa os levantamentos do solo e subsolo amazônicos realizados pelo RADAM — uma instituição comprometida com a soberania do país — com o objectivo de o pressionar e desmoralizar

ATRAVÉS do seu presidente, Paulo Iokota, o Incra declarou este ano que mais de 90% de todo o levantamento do RADAM (Radar da Amazônia) enfermava de equívocos. A notícia causou um grande mal-estar, já que refutava como imprecisas as avaliações do solo levadas a efeito pelo RADAM.

Onde o RADAM desaconselhava qualquer tipo de agricultura, o Incra «provava» que o solo era fértil. O território de Rondônia mostrava, segundo o Incra, exemplos vários dessa avaliação enganosa.

O director do DNPM (Departamento Nacional de Pesquisas Mineiras), António Luís Sampaio, ao qual está subordinado o RADAM-Brasil, insistiu na honestidade e precisão do estudo levado a efeito. A polémica arrastou-se por alguns dias, mas pouco depois, segundo tudo leva a crer por intervenção do Planalto (*), os dois organismos chegaram a «acordo».

Quem teria razão? Que interesses subterrâneos levaram essas duas instituições oficiais, sempre tão harmónicas, a revelarem, publicamente, um antagonismo tão grave?

O presidente do Incra, Paulo Iokota, é um homem da inteira confiança do ministro do Planeamento, Delfim Neto, a quem serve de há muito. O Estado capitalista brasileiro tem firmado diversas alianças com a empresa transnacional. Des-

necessário é repetir a confiança depositada pelas corporações transnacionais no ministro Delfim Neto. Por conseguinte, os interesses do capital privado industrial, cada vez mais presente na Amazônia, não podem ser contrariados por instituições preocupadas com a ecologia, o ecossistema, etc.

Imaginar um erro de 90% nos levantamentos do RADAM é duvidar demasiadamente do que resta da nossa ciência. A elaboração dos mapas não resulta de maquinações cartográficas. Foi feita com precisão científica, cuja margem de erro é absolutamente mínima.

A elaboração dos mapas

Criado em 1970, o RADAM elaborou já os mapas de 4,2 milhões de quilómetros quadrados do território brasileiro, ou seja quase 50% de toda a superfície do país, na escala de 1 para um milhão.

Utilizando o sistema de abertura de clareiras no meio da selva — 50 metros por 40 — foram já abertas mais de três mil dessas unidades na Amazônia, onde são instalados os sensores remotos. Fazendo uso de fotografias aéreas, que fornecem uma leitura precisa, foram visitados e pesquisados, só de helicóptero, 12 mil pontos diferentes da Amazônia.

O RADAM possui, nos seus arquivos, um total de 18 volumes, os

quais revelam, através da leitura de mosaicos, um quadro preciso e geral de toda a região amazónica. São levantamentos relativos à geologia, vegetação, solos, geomorfologia (relevos), biologia, enfim, ao uso potencial da terra.

A história é antiga. Parece desnecessário falar da voracidade da empresa transnacional. Ela quer sempre mais, com um mínimo de custos, e tudo dentro de uma pressa tipicamente capitalista. Não existem, convém notar, quaisquer compromissos respeitantes à conservação das riquezas naturais. Ela quer lucro — e rápido!

Bragantina, por exemplo, no Pará, que era há bem pouco tempo uma área de terra rica, é hoje um matagal inútil. O que se discute não é a qualidade da terra mas sim os seus índices pluviométricos, que em áreas de terreno acidentado levam os melhores solos amazónicos e empobrecem as zonas mais férteis.

Betty J. Meggers, no seu livro «Amazônia — ilusão de um paraíso», adverte que a «formação geológica da bacia amazónica é muito velha e diferente de outras regiões tropicais, como as da África e do Sudoeste da Ásia. A região é constituída pelas terras mais antigas que permanecem fora dos mares e dos rios, em cima da terra».

Enquanto no Sul se adquire um terreno que servirá para filhos e netos, dada a sua capacidade produ-

tiva, na Amazônia a posse de uma terra não vai além de três ou quatro colheitas. Quem percorrer, por exemplo, a auto-estrada Belém-Brasília, constata isso: o agricultor vai penetrando pela floresta dentro, à medida em que o solo evidencia a sua esterilidade na terceira ou quarta colheita.

A oportunidade

Pela primeira vez, na História da Humanidade, o homem poderia empreender, numa grande região,

uma ocupação de forma racional. A Amazônia é hoje a maior floresta de mata contínua existente no mundo, com o maior volume de água doce da terra. Foram gastas somas astronômicas na elaboração dos seus mapas, um trabalho agora ameaçado pela desmoralização. Através dos 4,2 milhões de quilômetros quadrados do território cartografados pelo RADAM, o Brasil poderia empreender a ocupação da Amazônia de forma racional. De maneira tal que, num futuro próximo, todo esse patrimônio — cuja destruição é irropa-

rável — não seja apenas um retrato na parede.

No caso específico do RADAM, o seu compromisso é com a soberania nacional. Pelo menos até que prove o contrário. Se o não fosse bastariam, para comprová-lo, as denúncias no gênero da que teve início com o Inbra e as pressões de desrealização.

(*) Expressão que, no Brasil, designa a capital, Brasília, sede da Presidência da República.

Os
Santos
que vêm
do Mar
nal ten
prensa
quando
e as te
instala
das su
na def
nhão.

Josemar



WILLY

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola



**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola



ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 - Luanda
telex 3148 3260